

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós Graduação em Antropologia / PPGAN

Caleidoscópio, narrativas e subjetividade na Arqueologia
Pública

Fernando Alexandre Soltys

Belo Horizonte
Agosto de 2010.

Fernando Alexandre Soltys

Caleidoscópico, narrativas e subjetividade na Arqueologia Pública

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Andrés Zarankin

Belo Horizonte

Agosto de 2010.

306 Soltys, Fernando Alexandre
S691c Caleidoscópio, narrativas e subjetividade na arqueologia pública

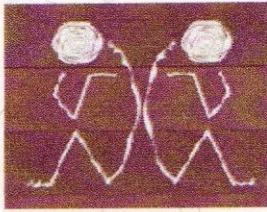
2010 [manuscrito] / Fernando Alexandre Soltys. – 2010.

159 f.

Orientador: Andrés Zarankin

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências.

1. Antropologia - Teses. 2. Arqueologia - Teses. I. Zarankin, Andrés . II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia. III. Título.



PPGAN - UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-graduação em Antropologia

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ANTROPOLOGIA DE FERNANDO ALÉXANDRE SOLTYS (Nº DE MATRÍCULA: 2008654952)

Aos 19(dezenove) dias do mês de agosto de 2010 (dois mil e dez), reuniu-se na sala da Congregação - F1052, do prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais a Comissão Examinadora, para julgar, em exame final, a Dissertação intitulada: "**CALEIDOSCÓPIO, NARRATIVAS E SUBJETIVIDADE NA ARQUEOLOGIA PÚBLICA**", requisito final para a obtenção do Grau de Mestre em Antropologia, Área de Concentração: Arqueologia – Linha de Pesquisa: Arqueologia Histórica. A Comissão Examinadora foi composta pelos professores doutores: **Andres Zarankin – Orientador (FAFICH/UFMG); Carlos Magno Guimarães – (PPGAN/FAFICH/UFMG) e Lúcio Menezes Ferreira (UFPEL)**. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Dr. Andres Zarankin, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao Mestrando Fernando Alexandre Soltys, para apresentação de sua Dissertação. Seguiu-se a argüição pelos examinadores, com a respectiva defesa do candidato. Logo após a argüição dos examinadores, a Comissão se reuniu, sem a presença do mestrando e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora aprovaram a Dissertação por unanimidade e o resultado foi comunicado publicamente ao candidato pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 19 de agosto de 2010.

Prof. Dr. Andres Zarankin
(orientador)

Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira

Prof. Dr. Carlos Magno Guimarães

Observação: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo do Coordenador

Agradecimentos

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais, por incluírem meu projeto. À CAPES, pela concessão da bolsa de mestrado durante o primeiro ano da pesquisa.

Ao meu orientador, Andrés Zarankin, pelo constante apoio e grande paciência nos momentos difíceis, e pela sincera amizade que cresceu com o tempo em que convivemos juntos desde 2005. A ele tenho todo carinho e respeito por ter me colocado no caminho daquilo que entendo ser arqueologia hoje.

Aos Professores Lúcio Menezes Ferreira e Carlos Magno Guimarães pelas sugestões e críticas feitas ao meu trabalho. Aos colegas do PPGAN por terem compartilhado comigo ideias e pensamentos que não só ajudaram meu texto a ficar do jeito que é hoje, mas também pelas horas de conversa fiada nos intervalos e no pós-aula nos botecos por aí.

Aos meus amigos, que considero hoje irmãos: Bruno, que sempre aturou minhas insônias pelas altas madrugadas me dando muito apoio, broncas quando mereci e um abraço quando precisei; e Elisângela, por não ter me deixado ficar sozinho nos momentos ruins, tanto pelo ombro amigo, quanto pela excelente companhia, sempre me deixando de ótimo humor. A ambos agradeço do fundo do coração pelas leituras e críticas ao meu trabalho e pela paciência que comigo tiveram.

Aos amigos que ficaram em Campinas, Presto e Vinicius pelas noites varadas que nunca terminavam, e Lalo, pelas conversas sensatas e a garantia de um bom futebol ao lado de um grande jogador e amigo. Aos amigos Ricardo e Charles que ficaram em São Paulo e que sempre aguentaram longas conversas no “calabresa” ou no Skype e que me ajudaram sempre a seguir em frente.

À minha família, pelo incentivo e conforto que sempre me deu. Ao meu pai por sempre ter ajudado como pode sem nunca ter contestado minhas escolhas, com apoio irrestrito. À minha mãe pelo carinho e amor único, sempre querendo o melhor de mim, com excesso de zelo. Aos meus irmãos por terem sempre sido presentes quando precisei conversar ou simplesmente ficar quieto ao lado, sabendo que eles, sempre que necessário, estariam lá para mim. Ao meu primo Daniel que sempre foi como um irmão, que tão pouco vejo, mas que sempre me faz enxergar o óbvio nebuloso.

Resumo

A presente dissertação analisou a relação entre as correntes teóricas arqueológicas, a forma como elas constroem narrativas e como cada uma dessas linhas de pensamento se relaciona com o público em diferentes contextos: na mídia, em museus e com relação aos próprios arqueólogos. Em uma perspectiva interpretativa, discuto de que maneira as instituições e a relação destas com o público se apresentam hoje, postulando limites para o mundo contemporâneo das formas tradicionais de produção de conhecimento.

Palavras-chave: Arqueologia Pública, Teoria Arqueológica

Abstract

This dissertation examined the relation between the archaeological theories and how they construct narratives, and how each of these lines of thought relates to the public in different contexts: Media, Museums, and the Archaeologists themselves. In an interpretative perspective, I discuss how the institutions and the relation with the public is today, putting the insufficiencies of the traditional forms of knowledge creation in the contemporary world.

Key-words: Public Archaeology, Archaeological Theory

Sumário

Introdução	8
Sobre curiosidades e tipologias	13
Arqueologia regrada ou generalizada	21
Pensamentos pós-modernos na Arqueologia	37
Arqueologia Pública	54
Público e Mídia	67
O que acontece por lá: Arqueologia Pública fora do Brasil	80
O que acontece por aqui: Arqueologia Pública no Brasil	92
Arqueólogos	111
Discussões finais e conclusões	130
Referências bibliográficas	137
Anexos	151
Anexo 1. Princípios de Ética da Society for American Archaeology	
Anexo 2. Código de ética da SAB	

Introdução

Quando comecei a pesquisa que envolvia minha dissertação, a idéia inicial era outra, trabalhar apenas com teorias arqueológicas e a narrativa decorrente desse tipo de produção. Com o passar do tempo, considerei que apenas trabalhar nessa ótica não teria muita relevância para o panorama arqueológico brasileiro, motivo pelo qual minhas pesquisas tomaram novos caminhos. Acabei por incluir então, além de uma discussão teórica, a importância da arqueologia nos discursos produzidos por arqueólogos e a forma com que esses discursos acabam sendo percebidos e criados pelo público em geral, museus e mídia.

A presente dissertação trata, portanto, da relação entre a forma como produzimos conhecimento através de nossas bagagens teóricas e o desenvolvimento da arqueologia pública, com as múltiplas definições que a palavra permite. Abarcando o estudo de arqueologia pública em vários países, discuto como esse desenvolvimento se deu através de novas visões para o relacionamento com o público em geral e, especificamente, com o arqueólogo.

Na primeira parte do texto, coloco de que forma as diferentes correntes teóricas constroem o conhecimento, e a forma como isso aparece nas produções arqueológicas. Para isso, fiz um recorte, selecionando as três principais correntes do pensamento arqueológico contemporâneo, que seriam a Arqueologia Histórico-Cultural, a Nova Arqueologia (ou Arqueologia Processual) e por último as Arqueologias Pós-modernas. Ao analisar o desenvolvimento de cada corrente de forma separada, tentei evidenciar o

pensamento por trás de cada uma, a metodologia para sua interpretação, a forma como se materializa tal pensamento no fazer arqueológico e, por fim, seu envolvimento com o público, tanto o leigo, quanto o profissional. Obviamente, há muito mais nesse universo arqueológico, mas escolhi esse recorte para que o trabalho fique acessível, considerando que não preciso levar em conta a totalidade dos estudos de cada corrente para que minha análise seja possível.

Primeiramente, comento e faço algumas observações sobre o começo da arqueologia como vista antigamente, como um gabinete de curiosidades, passando ao interesse nacionalista posterior e o advento da arqueologia histórico-cultural. Através de um apanhado geral sobre onde e como era feito esse tipo de arqueologia, podemos ver alguns resultados dessa forma de se pensar. Coloco também uma discussão sobre métodos e técnicas usadas na arqueologia histórico-cultural e de que maneira isso era apresentado ao público (e porque era dessa maneira).

No segundo capítulo da primeira parte coloco em voga as causas da mudança de pensamento que levaram ao surgimento da arqueologia processual, ou Nova Arqueologia. Criticada como ultrapassada, não-científica e de senso-comum, os processualistas tentaram enfraquecer a arqueologia histórico-cultural. Para isso, começou-se a dar uma importância distinta para a teoria, que passaria a integrar o trabalho do arqueólogo. O arqueólogo como cientista, desvendando mitos de forma racional. Essa é a visão do arqueológico para os processualistas, objetiva, dedutiva, generalizante. Discuto no final do capítulo como esse tipo de teoria foi percebido pelo público e que tipo de impacto ambos tiveram ao fazer do positivismo sua corrente inspiradora.

Continuando na idéia de produção de diferentes correntes teóricas, trago os pensamentos pós-modernos na arqueologia para a discussão. Falo de pensamentos pós-modernos ao invés de arqueologia pós-processual pelo fato de ter sido este último constantemente considerado um termo reducionista da ampla gama de pensamento que é a arqueologia pós-moderna. Desenvolvo argumentos no capítulo para demonstrar de que forma esse novo jeito de pensar se tornou uma alternativa aos tipos de arqueologias que eram feitas até então. E, mais do que isso, como ela mesmo, dentro do próprio estilo e forma de pensar, criava alternativas. Discuto também como o pensamento pós-moderno de multi-vocalidade se encaixou com a necessidade do público de ter sua história ouvida. Através da subjetividade explícita das arqueologias pós-modernas, foi possível tirar da invisibilidade histórias que até então pareciam não existir.

Para a discussão da terceira parte da dissertação, usei principalmente as idéias que surgiram no universo anglo-americano para expor minhas crenças sobre como vemos hoje a arqueologia pública. Ali, apresentarei um pouco sobre a história da arqueologia pública, e as diversas maneiras com que é feita essa interação com o público e, ainda, como isso interage com o trabalho do arqueólogo. Desde as visões de um público receptor de informações, num espaço, como o museológico, que não convida para reflexão, já que retrata práticas de uma forma que, aparentemente, não podem ser mudadas, passando por outro que interage com o que é exibido para eles, mas não acarreta em mudanças no pensamento do arqueólogo, até uma arqueologia participativa, onde o arqueólogo constrói o conhecimento junto de seu público, sem uma hierarquização aparente do processo de construção desse conhecimento.

Trato também das formas que as narrativas arqueológicas chegam ao público, e como o público reage a isso, assim como as diversas manifestações da imagem do

arqueólogo como visto por público e mídia, forma pela qual esse mesmo público acaba não só reagindo, mas também criando uma maneira própria de ver arqueólogos e arqueologia. Através dessas análises, utilizando o que discuti nos capítulos anteriores sobre teoria arqueológica, através da exposição do pensamento e metodologia de cada corrente, relaciono as narrativas que surgem através da escolha de cada arqueólogo em seguir tal corrente. Desde uma narrativa que apenas exponha conclusões acerca de um trabalho profissional, dificultando a relação do público com aquela história, passando por uma narrativa em que, o que é apresentado possui uma lógica científica explanatória, em que não apenas o trabalho é exposto, mas também recebe explicações acerca do que foi estudado, ainda que hierarquizando a visão ao mostrar o modelo científico como o único verdadeiro. Por último, através da inclusão de novas vozes na criação do discurso arqueológico, não só preocupado em mostrar os achados, ou somente explicar o porquê da produção, é possível notar como o público é ativo na construção do conhecimento e de sua história, isso sendo possível pela diversidade de narrativas que são criadas e aceitas por leigos e arqueólogos.

Considerarei importante fazer uma discussão especial relacionados aos museus, pela força que eles possuem no universo arqueológico, tanto pela salvaguarda dos objetos da história, como pelo poder de transmissão e criação de conhecimento dada a essas instituições pelo público. Discorro um pouco sobre a história dos museus no Brasil, sua introdução na era imperial brasileira e como o museu foi mudando (ou não) com o passar das décadas. A partir dessa história dos museus e como ele é apresentado hoje ao público, tento enxergar uma conexão entre esse tipo de exposição e o trabalho que é feito com a arqueologia em seu interior e, ainda, como o público interage com esse espaço cultural.

Para finalizar esta introdução, como não podia deixar de fora o assunto, trato da produção intelectual dos próprios arqueólogos, fazendo uma reflexão sobre como os arqueólogos estão lidando com essa abertura que se tem hoje com o público. Desde questões envolvendo educação patrimonial até divulgação dos trabalhos de campo e textos acadêmicos. Dentro da análise estão o próprio discurso arqueológico, alguns relatórios de campo, tanto acadêmicos como de resgate, assim como os “famigerados” panfletos distribuídos pelos projetos de arqueologia de contrato. Discuto ainda como os arqueólogos podem (ou devem) de beneficiar dessa abertura para o público, e de como é preciso entender que a participação das pessoas na construção de suas histórias é um caminho sem volta. Como tenho em mente fazer um texto que seja acessível ao maior número de pessoas possível, decidi também traduzir todas as citações que estavam em inglês ou espanhol, deixando o original em notas de rodapé, para que as pessoas que não tenham tanta facilidade em compreender textos em outros idiomas sejam contempladas.

Meu objetivo ao escrever esta dissertação não foi simplesmente criticar o que vem sendo feito, mas também demonstrar, através de exemplos bem sucedidos, que existem outras formas de se pensar a arqueologia que fazemos e a forma como lidamos com o público, o qual considero, pessoalmente, o objetivo maior de nosso trabalho.

Sobre curiosidades e tipologias

Proponho, aqui, discutir os desenvolvimentos da arqueologia relacionada ao surgimento do antiquarianismo, não só pela ordem cronológica da criação do que chamamos hoje arqueologia, mas também para relacioná-los com a história da criação dos museus, história essa conectada às primeiras idéias com as quais o arqueólogo buscava envolver um público alvo, e no qual buscava inserir ideologias. Através de uma série de propostas teóricas e outras metodológicas, somados a um interesse pelo passado, podemos nos referir a uma Arqueologia Evolucionista, que voltava seus interesses principalmente para o gosto público da época na discussão da antiguidade do ser humano e suas origens. Com o crescimento do nacionalismo, junto dele o surgimento cada vez maior de museus, passou-se a ser de interesse dos estados outro tipo de arqueologia, uma que definisse culturas e povos. Com esse relacionamento entre a criação de uma arqueologia nacionalista, que liga um povo a sua história, portanto, discuto o desenvolvimento da Arqueologia Histórico-Cultural.

Costuma-se ligar o início da arqueologia com o surgimento do chamado antiquarianismo. Essa forma de ver os artefatos arqueológicos teve seu crescimento na Inglaterra dos Tudors, no século XVI, quando foi fundada a Sociedade dos Antiquários, uma associação londrina para a preservação e o estudo das antiguidades nacionais. Eles fizeram pouquíssimas tentativas de escavação, de forma deliberada e a cronologia não era uma preocupação. Os achados pré-históricos eram geralmente associados ao período pré-romano de invasões bretãs ou saxônicas e dinamarquesas. Algo semelhante

aconteceu na arqueologia escandinava, que, com patrocínio real, possibilitou aos antiquários fazer o registro dos monumentos de maneira meticulosa e sistemática, com descrições de lápides rúnicas, tumbas megalíticas e inscrições rupestres.

Os estudos das antiguidades pré-históricas foram também influenciados pelo desenvolvimento geral da metodologia científica, que estava intimamente ligada com a crescente capacidade dos europeus de manipular tecnologicamente seu ambiente (TRIGGER, 2004). A *Royal Society of London* organizou os primeiros estudos de objetos arqueológicos ainda no século XVII, e, embora essas pesquisas, em nossa visão de hoje, fossem muito fragmentadas e os seus resultados muitas vezes desconexos para constituir uma disciplina da arqueologia pré-histórica, elas ajudaram a lançar bases para o seu posterior desenvolvimento. Pouco se tentou de explicações do passado em si.

Como diz Trigger: *“Por causa da dependência dos escritos, os antiquários, em geral, perderam as esperanças de vir a saber sobre períodos anteriores à existência desses registros.”* (TRIGGER, 2004). Os antiquários continuaram acreditando que o mundo tinha pouco mais de cinco mil anos, e estavam incertos no que tocava a saber se o curso geral da história humana fora progressivo, degenerativo ou marcado por mudanças cíclicas.

“Tinham aprendido a descrever e classificar monumentos e artefatos, a escavar e registrar achados, a usar vários métodos de datação, inclusive a estratigrafia, e a calcular a idade de alguns achados. Assim como o período de três idades, pedra bronze e ferro. Porém a crença no objetivo ilustrativo histórico de monumentos, e a crença nos registros históricos limitaram suas pesquisas. A criação da arqueologia pré-histórica exigia que os antiquários encontrassem meios de libertar-se deste pressuposto limitador.”(TRIGGER, 2004)

Por outro lado, o antiquarianismo foi uma atividade pouco estudada por si mesma, já que sempre se aborda o assunto, ao menos pelos arqueólogos, pela ótica da

estruturção científica da disciplina, como uma etapa que estaria destinada a gerar uma ciência, e não como uma atividade que tem um sentido próprio, uma razão de ser em seu tempo. Com certeza, uma das grandes mudanças no que tange a visão do antiquarianismo foi o contato com o novo mundo. Novas culturas que mal se conheciam resumiam-se dentro de salas, num mecanismo de redução, de miniaturização da cultura e povos da América, dispostos em dezenas de objetos.

No início do século XIX começou a se constituir um estudo autônomo e sistemático da pré-história. Originando-se na Escandinávia, baseou-se numa lógica evolucionista para a datação de acervos de museus criados por Christian Jürgensen Thomsen, tornando possível o estudo completo de períodos recentes da pré-história através da noção de três idades sucessivas, idade da pedra, do bronze e do ferro. Tais técnicas marcaram o início da arqueologia pré-histórica “que logo se tornou capaz de assumir seu posto ao lado da arqueologia clássica como um componente significativo do estudo do desenvolvimento humano.” (TRIGGER, 2004). Além dos novos métodos de datação, outra preocupação começou a fazer parte principalmente de arqueólogos da França e Inglaterra, que tomava questões relativas à origem humana assunto de grande interesse no começo do século XIX para toda comunidade científica e para o grande público, em função dos debates entre os evolucionistas e os criacionistas, que começaram depois da publicação de *A origem das espécies*, de Charles Darwin, em 1859.

O conceito darwinista de seleção natural foi aceito pela maioria de cientistas e parte do público, como parte da explicação para o desenvolvimento evolutivo biológico dos seres vivos, incluindo os seres humanos. A arqueologia paleolítica veio adquirir com isso grande destaque nas discussões evolucionistas.

Essa arqueologia evolucionista foi cientificamente importante e trouxe um interesse grande do público para a antiguidade do ser humano, de mostrar a evolução gradual da civilização europeia desde seus tempos primitivos. Para Trigger, essa aceitação passava também pela relação que a arqueologia tinha com outras ciências da época “...por causa de seus vínculos estreitos com a geologia e a paleontologia, ciências que se achavam na vanguarda da criação de uma nova visão da história do mundo. As três disciplinas eram valorizadas porque eram capazes de demonstrar a realidade do progresso em tempos pré-históricos.” (TRIGGER, 2004).

Como atores dessas ciências que foram desenvolvidas nas idéias do Iluminismo, os arqueólogos cientistas viam a evolução da cultura material associada a um aperfeiçoamento social e moral. Parecia confortável pensar a própria civilização como o produto de uma evolução em seu estágio máximo, status dado a essa civilização que estudava a cultura material dessa maneira, excluindo-se os povos nativos do Novo Mundo, produto de desajustes biológicos, incapazes de participar do progresso vivido pelos europeus.

Com o passar dos anos, o evolucionismo cultural praticado pelos arqueólogos começou a ser contestado por conta do crescente nacionalismo. Com o desenvolvimento dos Estados nacionais, começou-se a pensar num esforço funcional para a criação de um acervo, que desse sentido para eles. Com o crescimento do acervo, foram sendo criados museus e instituições de pesquisas para tratar dos artefatos, deslocando a atenção de megalitos e túmulos para o estudo dessa cultura material mais contextualizada. E, ainda, com a criação de cadeiras de arqueologia em universidades, começou a ser formado um dos pilares teóricos até a década de 1960, que foi a idéia de cultura arqueológica, baseada em um conjunto de restos que definiria um povo. Esse enfoque tende a

particularizar o que se conta do passado. Em vez de se procurar similaridades dos objetos, enfatizam-se as diferenças e particularidades. Também tende a ver culturas como se não evoluíssem. A mudança pode vir por dois meios, difusão ou migração. As sínteses produzidas costumam ser descritivas: tal cultura seguiu outra, ou tal inovação se difundiu em tal ritmo.

Arqueólogos da corrente histórico-cultural (chamados de histórico-culturalistas) consideravam inevitável que fosse feita uma história baseada na tecnologia pelo fato de terem sobrado objetos. Nessa corrente, têm-se a idéia de arqueologia como a recaptura imaginativa do passado dentro das fronteiras duras da evidência.

Entre as ferramentas de interpretação do arqueólogo está a analogia, que, através dos estudos de tecnologia e comparação cultural, permitem a idéia de que formas similares teriam funções similares. Para Willey e Phillips (WILLEY & PHILLIPS, 1966) existem duas formas de analogia: a geral, baseada no senso comum e a analogia histórica específica. Para esta última, através de etnografia e observação é possível traçar uma linha até o passado.

Em sua visão, ao se fazer história, a metodologia não deve se intrometer, sendo o plano seguir a história das maiores tradições culturais (no caso da América): *“Por grandes tradições culturais eu me refiro a culturas nativas ou grandes agrupamentos culturais, tais como esses podem ser discernidos em espaço geográfico e tempo cronológico.”* (WILLEY & PHILLIPS, 1958).¹ Cada tradição cultural seria caracterizada por padrões de práticas de subsistência, tecnologia e adaptação ecológica. A grande dificuldade para o arqueólogo estaria em determinar as principais unidades (as maiores

¹ “By major cultural traditions I mean the principal native cultures or major cultural groupings as these can be discerned in geographical space and chronological time.” (WILLEY & PHILLIPS, 1958).

tradições culturais), pois todas as grandes tradições de alguma forma se relacionavam com outras tradições.

Para se fazer o estudo das grandes tradições culturais é de extrema importância ter a referência geográfica e a escala cronológica das áreas culturais. Mesmo sabendo que essa geografia cultural pode ser bastante flexível, tinha-se a idéia de que o núcleo, o coração das áreas culturais permanece relativamente fixo.

Outra grande ferramenta seria o estudo das linguagens, pois do ponto de vista histórico a mudança é extremamente lenta. Um exemplo foram os diversos estudos feitos no esforço de se comparar o idioma falado pelos esquimós e línguas asiáticas. A conclusão foi de que, como era muito difícil constatar semelhanças, isso provaria que estão separados há muito tempo. Para uma classificação mais fácil, foram propostos troncos lingüísticos, onde sub-categorias encaixariam todas as línguas. Outra idéia, que considerou-se possível, seria traçar relações genéticas através da gramática, que seria mais resistente a mudanças do que ao vocabulário, dessa forma abrindo um estudo cronológico através da gramática.

Ao se fazer uma exposição das idéias, convém para tais arqueólogos colocar cada grande tradição cultural disposta cronologicamente, mostrando as fases culturais, alocadas em períodos. Na verdade, pensava-se numa crônica de acontecimentos amalgamada por uma narrativa. Havia pouca explicação das razões das mudanças ou dos motivos de uma cultura se difundir. Muito dessa falta de explicação vinha da crença de que muitos fatos seriam senso-comum. O problema do senso-comum é que o que pode ter sentido para nós, não necessariamente tem sentido para eles. Confiar no sentido comum é típico de essencialistas (pensamentos e atitudes naturais) e etnocêntricos (crer que as atitudes e valores da própria cultura tem caráter universal).

Para Trigger (TRIGGER, 1996), a maioria das arqueologias foi nacionalista em sua orientação. A pré-história europeia é permeada de nacionalismo e romantismo. No leste europeu, povos suprimidos como, na época, os Tchecos, voltaram-se para a arqueologia como meio de se glorificar seu passado nacional e encorajar a resistência a pressões externas. Outro exemplo são os dinamarqueses, que usariam, de acordo com Trigger, a arqueologia como uma forma de consolo, já que os vikings, seus ascendentes, não foram conquistados pelos romanos. Dessa forma, os estudos, inclusive da pré-história neolítica, foram considerados como sendo do povo escandinavo. Da mesma maneira, arqueólogos israelitas escavaram o sítio de Masada, onde houve resistência ao império romano, obtendo-se um monumento com grande valor simbólico.

Talvez um dos casos mais emblemáticos foi o do alemão Gustaf Kossina (ARNOLD, 1996), que em 1911 quis demonstrar arqueologicamente que a Alemanha era a terra natal dos indo-europeus e o centro cultural de criatividade dos tempos pré-históricos. Dessa forma, através de seus trabalhos, pressupunha que somente os germânicos preservaram a pureza racial e, conseqüentemente, todo o poder criativo.

O problema dessa arqueologia voltada fortemente para o nacionalismo é que ela acabou dando um valor excessivo à etnicidade como um marcador cultural desse nacionalismo. Criavam-se critérios para se determinar a que grupos étnicos os achados pertenciam, no intuito de se conectar a história passada de uma nação. A arqueologia passa então por problemas intrinsecamente históricos. Esse nacionalismo, essa unidade nacional foi estimulada por uma herança biológica comum, cada povo teria seus próprios genes, e a mudança só seria explicada através da difusão e migração.

Cada cultura era uma entidade única que tinha de ser entendida em seus próprios termos. Para Trigger (2004), isso envolvia a aceitação de duas doutrinas: “o *relativismo*

cultural – que negava a existência de qualquer padrão universal aplicável na comparação do grau de desenvolvimento, ou de valor, de diferentes culturas - e o particularismo histórico, que considerava cada cultura como o produto de uma seqüência única de desenvolvimento, na qual a difusão (em grande medida fortuita) desempenha um papel proeminente no desencadeamento da mudança.” (TRIGGER, 2004). Não se via possibilidade de mudança cultural significativa sem mudança biológica concomitante. Para se definir essas culturas, uma preocupação com tipologias foi ficando cada vez mais evidente, onde se procurava fazer identificações de artefatos com cada cultura. Dessa maneira, apenas se identificava tais culturas, não se explicava nada, como diz Trigger, *“estava fadada a permanecer uma não-explicação.”* (TRIGGER, 2004). Não havia, portanto, essa preocupação com a explicação das culturas, e a interpretação estava mais na prática, em campo, e no fazer das tipologias, do que na tentativa de se atribuir uma narrativa aos sítios. A tipologia parecia um fim aos arqueólogos dessa corrente, na qual encontrar artefatos que seriam marcadores culturais era a grande façanha.

Com um discurso onde não havia muito espaço para interpretações diferentes, o público que acaba se deparando com uma arqueologia histórico-cultural acaba sendo passivo de certa forma. Passivo, porque a ele são mostradas conclusões de trabalhos; não há espaço para a criação de um sentido próprio, de uma história singular, e sim a tentativa de montar narrativas que associem artefatos a culturas. Hoje em dia, grande parte dos museus ainda aposta na passividade de um público apenas consumidor, fazendo com que suas exposições não passem de resumos de compêndios arqueológicos histórico-culturalistas.

Arqueologia regradada ou generalizada?

“... a ciência não se interessa diretamente pelas fontes de suas ideias: sua preocupação primordial é somente avaliar as ideias uma vez que tenham sido apresentadas.”(BINFORD, 2007b)².

Para a Nova Arqueologia, o entendimento vem de conhecimento e tratados epistemológicos (um modelo positivista de como explicar o passado) sendo o mundo social uma extensão do natural, a redução da prática ao comportamento, a separação da realidade, o fato, dos conceitos e teorias. Esses adeptos da Nova Arqueologia consideram que a literatura arqueológica na parte epistemológica é inadequada e falha em oferecer uma visão do estudo do passado ou de processos do presente e de sua relação com a cultura material.

Considera-se, então, a figura de Binford em seu artigo *Archaeology as Anthropology* (Arqueologia como Antropologia, 1962) nos Estados Unidos. Na Inglaterra, as ideias desse artigo fundador esteve presente, inicialmente, com Clarke e Renfrew, também em 1962. Por volta de 1972, a chamada Nova Arqueologia já havia conquistado certo status e era bem aceita por parte dos arqueólogos.

Renfrew e Bahn (RENFREW & BAHN, 1993) postulam o período compreendido entre 1900 e 1960 como um longo sono da arqueologia, com pouca discussão. A importância da Nova Arqueologia fez surgir debates teóricos em certas

² “... la ciencia no se interesa directamente por las fuentes de las ideas: su preocupación primordial es sólo evaluar las ideas una vez que han sido presentadas.”(BINFORD, 2007b).

partes da comunidade arqueológica. Teorizar deixava de ser secundário, passando a integrar o trabalho arqueológico. É importante salientar que Renfrew e Clarke (CLARKE, 1968, 1972; RENFREW, 1973) acham complicado propor o termo Nova Arqueologia, assegurando que boa parte do que estava sendo feito já vinha sendo uma prática. A questão real é que os arqueólogos queriam legitimar sua “nova” arqueologia como realmente sendo nova e representando progresso. Então houve um esforço em explicitar as diferenças com o que estava sendo feito. Essa insatisfação com a forma antiga de se fazer arqueologia cristalizou-se na frase: devemos ser mais científicos e mais antropológicos.

Através dessa visão de uma arqueologia antropológica, o arqueólogo seria capaz de assumir uma maior responsabilidade nos avanços da atividade. Os objetivos seriam explicitar e explicar a gama total de diferenças e semelhanças físicas e culturais (assim como o comportamento) que caracterizam toda a dimensão espaço-temporal da existência humana. Para Binford, ainda, a arqueologia teria ajudado muito no campo da explicitação, porém no campo da explicação, estaria muito atrasada.

“A arqueologia tem trazido, sem dúvida, grandes contribuições no que concerne à explicitação. Nosso conhecimento sobre a diversidade que caracterizou o total de sistemas culturais extintos é hoje muito superior ao limitado conhecimento que está disponível desde já há cinquenta anos. Apesar desta contribuição ser “admirável” e necessária, também se nota que a arqueologia não tem realizado contribuições substanciais no terreno da explicação...” (BINFORD, 2007b)³

³ “La arqueología ha efectuado sin duda grandes contribuciones en lo que hace la a la explicitación. Nuestro conocimiento sobre la diversidad que caracterizó al total de sistemas culturales extintos es hoy muy superior al limitado conocimiento disponible hace cincuenta años. Si bien esta contribución es “admirable” y necesaria, también se ha señalado que la Arqueología no ha realizado contribuciones sustanciales en el terreno de la explicación...” (BINFORD, 2007b).

Do ponto de vista científico, explicar quer dizer demonstrar uma articulação constante de variáveis dentro de um sistema e medir a variabilidade entre as variáveis do sistema.

A crítica de Binford está na pouca explicação dos trabalhos arqueológicos, pelo fato de não se inserir os dados arqueológicos num marco sistêmico de referência, a falta de um enfoque estruturado. Para a Nova Arqueologia, o estudo das diferentes distribuições pode proporcionar valiosa informação sobre a organização social dentro de sistemas socioculturais e à mudança das relações em seu interior. Há o entendimento de que explicações históricas só explicam processos culturais, sem explicar os processos da mudança cultural e evolução.

Binford considera que *“...As coisas foram no passado assim como continuam sendo-as no presente no que concerne às condições ou processos. Com referência aos seres humanos, no entanto, tal presunção não pode ser sustentada para toda a extensão temporal que manejam os arqueólogos.”* (BINFORD, 2007c)⁴ Para se compreender esses processos, devemos conhecer ao menos três domínios de dados arqueologicamente recuperáveis. O primeiro desses domínios é o ecológico e refere-se às espécies com as quais os seres humanos interatuam no passado. Há muitas espécies diretamente observáveis no que tange o comportamento e a qualidades que poderiam ser úteis para populações antigas. A idéia é de que se pode avaliar hoje essas espécies para determinar quais são seus períodos de disponibilidade, abundância e utilidade, em diferentes circunstâncias, para os seres humanos. *“Tendo obtido tal conhecimento, poderemos logo avaliar as pautas reais de uso aplicadas por populações antigas e as*

⁴ “...las cosas fueran en el pasado como siguen siéndolo en el presente en cuanto hace a las condiciones o procesos. Con referencia a los seres humanos, tal presunción no puede ser sustentada respecto de toda la extensión temporal que manejan los arqueólogos.” (BINFORD, 2007c.)

*condições sob as quais podemos esperar um uso variável.” (BINFORD, 2007c).*⁵ O segundo domínio seria o conhecimento anatômico dos animais, através do estudo das frequências com que suas diferentes partes foram realmente usadas, transportadas ou abandonadas pela gente do passado como medida direta de seu refinamento econômico e logístico, assim como o comportamento variável de cada assentamento. O terceiro domínio seria o conhecimento do uso do espaço.

*“A forma na qual esse comportamento se organiza deve estar condicionada pelas relações pelas qualidades de organizações espaciais alternativas e o trabalho e as pressões sociais vigentes durante períodos de comportamento organizado. Se pudéssemos isolar pelo menos alguns dos condicionamentos que, dentro de um sistema dinâmico, atuaram sobre as características de uso do espaço, poderíamos analisar alguns aspectos de um sistema de comportamento vigentes no passado em termos melhor estruturados que as categorias de morfologia ou conteúdo as quais se tem habitualmente dado mais importância.” (BINFORD, 2007a).*⁶

A visão de cultura dentro do processualismo é a de cultura como meio extrasomático pelo qual o organismo humano se adapta ao ambiente. A função da cultura seria adaptar o organismo humano a seu ambiente total, tanto físico como social.

Nessa visão, cabe afirmar que a tecnologia está ligada ao ambiente. Não exatamente um determinismo ambiental, pois há uma variável imposta que é a cultura.

“Agora vejamos, não é porque supomos que exista uma relação sistemática entre o organismo humano e seu ambiente que devemos considerá-lo como “determinismo ambiental”, pois existe uma variável imposta que é a cultura. Em síntese, estamos falando de um sistema ecológico. Podemos observar alguns requisitos adaptativos que são constantes nos indivíduos, e do mesmo modo certas limitações adaptativas por parte de tipos específicos

⁵ “Obtenido tal conocimiento, podremos luego evaluar las reales pautas de uso aplicadas por poblaciones antiguas y las condiciones bajo las cuales podemos esperar un uso variable.” (BINFORD, 2007c)

⁶ “La forma en que ese comportamiento se organiza debe estar condicionada por las relaciones entre las cualidades de organizaciones espaciales alternativas y el trabajo y las presiones sociales vigentes durante períodos de comportamiento organizado. Si pudiéramos aislar aunque más no sea algunos de los condicionamientos que dentro de un sistema dinámico actuaron sobre las características del uso del espacio, bien podríamos analizar al menos algunos aspectos de sistemas de comportamiento vigentes en el pasado en términos más estructurados que las categorías de morfología o contenido a las que habitualmente se ha dado importancia.” (BINFORD, 2007a).

de ambientes. No entanto, tanto as limitações quanto as potencialidades do ambiente devem ser vistas em função da variável intermédia no sistema ecológico humano, ou seja, a cultura. (BINFORD, 2007a).⁷

Para que funcione essa visão, os arqueólogos devem ter a capacidade de distinguir dentro do conjunto total de artefatos quais são os elementos relevantes que tem seu contexto funcional primário constituído pelos subsistemas social, tecnológico e ideológico do sistema cultural total. A estrutura formal dos conjuntos de artefatos somada às relações contextuais entre os diversos elementos devem apresentar um quadro sistêmico e compreensível de todo o sistema cultural extinto.

No entender dos arqueólogos processualistas, devem-se separar artefatos técnicos dos outros. Sendo a preocupação o contexto funcional primário em contato direto com o ambiente físico e, ainda, tendo em destaque a análise de eficiência de extração, eficiência de execução de tarefas biocompensatórias, a distribuição, a densidade e o lugar de obtenção dos recursos disponíveis. Para os artefatos sóciotécnicos, o contexto funcional primário reside nos subsistemas sociais do sistema cultural total. Esse subsistema atua como meio extrasomático de articulação de indivíduos, formando grupos coesos com capacidade de se manter eficientemente a si mesmos e de manipular a tecnologia. A terceira grande classe de elementos frequentemente recuperados pelos arqueólogos são os denominados artefatos ideotécnicos.

“Estes objetos tem seu contexto funcional primário no ingrediente ideológico do sistema social. Se trata dos elementos que significam e

⁷ “Ahora bien, no porque supongamos que exista una relación sistémica entre el organismo humano y su ambiente debemos considerar este enfoque como “determinismo ambiental”, pues existe una variable interpuesta que es La cultura. En síntesis, estamos hablando de sistema ecológico. Podemos observar algunos requerimientos adaptativos que son constantes en los individuos, y de igual manera ciertas limitaciones adaptativas por parte de clases específicas de ambientes. Sin embargo, tanto las limitaciones como las potencialidades del ambiente deben ser siempre vistas en función de la variable intermedia en el sistema ecológico humano, o sea la cultura.” (BINFORD, 2007a).

simbolizam as racionalizações ideológicas do sistema social e que, além disso, proporcionam o meio simbólico no qual os indivíduos estão culturalmente implicados (o que é necessário se vão assumir um papel como participantes funcionais do sistema social). Nesta categoria geral entram elementos tais como figuras de divindades, símbolos de clãs, símbolos de agentes naturais, etc.” (BINFORD, 2007b)⁸

Porém, apesar de abarcar de certa forma a ideologia, quando se busca a explicação, parte-se para as explicações funcionais, adaptativas “...as explicações devem ser buscadas mais na situação adaptativa local que no terreno das ‘explicações históricas’.” (BINFORD, 2007b).⁹

Já que muito do que havia sendo feito continuou em prática, porque surgiu essa Nova Arqueologia? Hill (1972), por exemplo, afirma que o surgimento da Nova Arqueologia se deu pelas limitações impostas pela arqueologia tradicional. Leone (1972) em contraposição sugere que foram exatamente o sucesso atingido e o esgotamento das possibilidades da arqueologia tradicional os fatores geradores de novos paradigmas. Trigger (TRIGGER, 1996) coloca a mudança acima da vontade dos arqueólogos, numa mudança social contextual. Porém, essa visão é um pouco complicada, já que torna o arqueólogo uma inteligência não-ativa, apenas refletindo a sociedade na qual está inserido. Shanks e Tilley (SHANKS & TILLEY, 1987a) vão de certa forma por esse caminho, pois consideram que o importante foi o prestígio dado à Ciência, com a figura heróica do cientista desvendando mitos de forma racional.

⁸ “Estos objetos tienen su contexto funcional primario en el ingrediente ideológico del sistema social. Se trata de los elementos que significan y simbolizan las racionalizaciones ideológicas del sistema social y que, además proporcionan el medio simbólico en el cual los individuos están culturalmente implicados. (lo que es necesario si van a asumir su papel como participantes funcionales del sistema social). En esta categoría general entran elementos tales como figuras de deidades, símbolos de clanes, símbolos de agentes naturales, etc.” (BINFORD, 2007b)

⁹ “...las explicaciones deben ser buscadas más en la situación adaptativa local que en el terreno de las “explicaciones históricas”.”(BINFORD, 2007b).

Mas porque a arqueologia histórico-cultural seria algo acientífico? Através da contrastação de hipóteses seria possível extrair conclusões de suas generalizações. A ciência não se dedica somente a fazer cronologias, e sim em ampliar e aprofundar a compreensão do mundo. E porque não era antropológica? A arqueologia histórico-cultural tendia a ser fetichista, olhando apenas o material. Os processualistas achavam que a forma como a arqueologia histórico-cultural demonstrava as culturas arqueológicas nada tinham a ver com as comunidades reais de indivíduos.

A Nova Arqueologia não só opôs aspirações científicas a entendimentos históricos, como dedução a indução e positivismo a empirismo. A preocupação não era mais descrever o passado, mas apresentá-lo numa estrutura explicativa, baseada em formulações consideradas científicas. De imediato, uma divisão surgiu daqueles que consideravam formular e testar leis e daqueles que preferiam explicações funcionalistas em termos sistêmicos. Comum a ambos os grupos está a ênfase na necessidade de se fazer generalizações e na crença de que testes dedutivos contra os registros arqueológicos é a única maneira de se assegurar a objetividade e validar as suposições do passado. De fato, há um certo número de idéias e valores básicos que formam a bandeira da Nova Arqueologia.

Johnson (JOHNSON, 2000) coloca sete pontos-chaves da Nova Arqueologia, que são a ênfase na evolução cultural. Era a base para o pensamento colocar as generalidades em cima das particularidades. Sociedades poderiam ser comparadas por estarem no mesmo nível evolutivo. Também há ênfase na teoria de sistemas. A cultura era um sistema e não um saco cheio de normas aleatoriamente adquiridas. Binford (1962, 1980) definiu cultura como a forma extrasomática de adaptação ao meio dos seres humanos. O homem se adapta ao meio através da cultura. Se a cultura era

adaptativa, o era num entorno externo. Essa ênfase sobre a importância do meio externo conduziu os processualistas a se interessarem pelo materialismo cultural, a ecologia cultural e as formas de economia de subsistência. Em outro ponto, claro, insistiu-se no enfoque científico, e também na noção de processo cultural. O conceito de processo, portanto, é a chave da Nova Arqueologia; os arqueólogos dessa corrente querem explicar os processos; mais do que descrever, perguntar o porquê das coisas, não só o quando. Deve-se observar as mudanças em longo prazo, para se fazer um estudo amplo do ser humano. Diante disso, um bom cientista, na visão dos arqueólogos processualistas, não usa a intuição nem faz presunções implícitas, ao contrário, deixa claro suas metas e interesses. Há a necessidade de se fundamentar o trabalho arqueológico na resolução de problemas. Deve-se estar armado com interrogantes científicas ao escavar. Por último, a idéia de variabilidade. Dever-se-ia fazer um estudo sistemático dos assentamentos correntes, ao invés de se debruçar sobre sítios de elite com objetos exóticos aos montes. Os achados seriam menos espetaculares, porém a compreensão do sistema completo de ocupação do território seria bem maior.

Para desenvolver o corpus teórico, a Nova Arqueologia também se relacionou bastante com outras disciplinas. O trabalho do antropólogo cultural Leslie White foi particularmente influente. Seu livro *The Evolution of Culture* (1959) enfatiza a necessidade de um enfoque científico e defende uma idéia de cultura como sistema. White se considerava herdeiro intelectual de L.H.Morgan e da tradição evolucionista nativa da América do Norte. Rejeitou o particularismo histórico e o reducionismo psicológico inerentes à antropologia boasiana. Como diz Trigger:

“White (...) concentrou-se em explicar a principal linha do desenvolvimento cultural, marcada pela cultura mais avançada de cada período, independente de sua inter-relação histórica. Ele afirmava que este enfoque se justifica porque, no longo prazo, as culturas que falharam em manter-se

na vanguarda acabaram suplantadas e absorvidas pelas mais progressistas. Do ponto de vista evolutivo, aquelas são, portanto irrelevantes.” (TRIGGER, 2004).

White dizia que as culturas evoluíram para servir às suas próprias necessidades. (WHITE, 1975). Um dos pilares de seu pensamento era o de que os sistemas culturais encerram componentes tecno-econômicos, sociais e ideológicos, e que os sistemas sociais são determinados por sistemas tecnológicos, e as filosofias e as artes exprimem a experiência tal como esta é definida pela tecnologia, refratada por sistemas sociais. Formulou também seu conceito de determinismo tecnológico como uma lei básica da evolução: a cultura evoluiria à medida em que a quantidade de energia utilizada por cada pessoa aumenta, ou aumentando-se a eficiência da aplicação dessa energia. Privilegiavam-se as relações tecnologia e sociedade em detrimento de outras, como indivíduo e sociedade.

Outra influência antropológica veio de Julian Steward (1955), que tem trabalhos sobre ecologia cultural e adaptação. Ele afirmava que arqueólogos, assim como etnólogos, devem procurar compreender a natureza da mudança cultural, podendo ambas as disciplinas contribuir para uma análise ecológica do comportamento humano. Para que isso fosse possível, os arqueólogos deveriam deixar de analisar estilo de artefatos e se preocupar em procurar dados em seu trabalho que possibilitassem estudar as mudanças nas economias de subsistência, tamanho de população e nos padrões de assentamento. “De todos os etnólogos norte-americanos desse período, foi ele o que teve maior respeito pelos dados arqueológicos e maior consciência de seu valor potencial para o estudo de problemas de comportamento humano de longa duração.” (TRIGGER, 2004). Steward também inspirou o surgimento da arqueologia dos assentamentos, convencendo o arqueólogo Gordon Willey, em 1953, a realizar

pesquisas sobre padrões de assentamento. Porém, até esse momento, arqueólogos viam esses padrões arqueológicos de assentamentos como pontos de partida estratégicos para a interpretação funcional de culturas arqueológicas, o que era diferente do objetivo de Steward, cuja abordagem ecológica usava os padrões de assentamento como evidência indicativa entre grupos humanos e ambientes naturais. Steward argumentava que o objetivo da antropologia evolutiva deve ser explicar as características comuns de culturas em níveis semelhantes de desenvolvimento, em vez de particularidades únicas, exóticas e não recorrentes, o que ele atribuía a acidentes históricos, logo, descartáveis.

Por último, a teoria de sistemas estava relacionada com a ênfase de Walter Taylor a qual ele intitulou como um enfoque conjuntivo, no seu trabalho *A Study of Archaeology* (1948). Taylor propôs acrescentar à pesquisa tradicional de problemas cronológicos e de relações inter-sítios, estudos pormenorizados, dispensando cuidadosa atenção a todos os artefatos e estruturas e ao modo como eles se inter-relacionam. “Havia de conferir um destaque especial a aspectos quantitativos e à distribuição espacial dos achados arqueológicos, assim como a suas propriedades formais e a evidências do modo como eles foram produzidos e utilizados.” (TRIGGER, 2004). Os arqueólogos poderiam almejar descobrir o máximo possível acerca da forma de vida nos tempos pré-históricos e das relações funcionais no interior de uma cultura pré-histórica.

Pela orientação antropológica, a Nova Arqueologia associou-se especialmente com a América do Norte. Principalmente nos Estados Unidos, arqueólogos trabalham no departamento de antropologia, diferente do que ocorre na Europa, onde os departamentos de arqueologia são vinculados em sua maioria ao departamento de História. Isso se deve muito ao fato de que, na Europa, a arqueologia estuda a própria história de uma maneira específica, e na América, arqueologia é mostrada como o

campo que estuda a história dos outros, do outro cultural, não da própria história dos norte-americanos.

Uma das grandes “ferramentas” da Nova Arqueologia é o que foi chamado de Teoria de Alcance Médio, e trabalhos de etnoarqueologia. Se for verdade que tudo o que dissemos do passado, o fazemos do presente, também é verdade que nos valem de analogia. Uma analogia é o uso de informações derivadas de um contexto, nesse caso geralmente o presente, para explicarmos informações encontradas em outro contexto, nesse caso o passado. Assume-se, dessa forma, que o mundo do passado é similar ao presente.

Para Binford (1987), a reivindicação de uma arqueologia científica dependia sobretudo de problemas das analogias. Os dados arqueológicos são um registro estático no presente. Mas o interesse não era no presente, o interesse estava em fazer as perguntas certas sobre esses materiais no presente para saber do passado dinâmico. Para isso devem-se formular teorias generalizantes de uma visão do passado. Para ele, todos os arqueólogos oferecem vínculos entre o estático e o dinâmico, as observações particulares do registro arqueológico com as teorias gerais sobre o passado.

Binford (1987) sugere que essas presunções saiam do implícito e fiquem mais científicas, sujeitas à prova, através da teoria de alcance médio. Sua meta é estudar a relação existente entre o estático e o dinâmico em um cenário moderno. Se chegarmos a compreender os detalhes, equivaleria a uma nova Pedra de Roseta da arqueologia (JOHNSON, 2000), uma maneira adequada de traduzir o estático em vida do grupo de gente que os abandonou.

Recebeu o nome de atualística essa observação do registro, por parte dos arqueólogos, de situações etnográficas que tem lugar no presente. Através desse tipo de estudo, retorna o interesse pela arqueologia experimental e pela etnoarqueologia. Mas para a etnoarqueologia, Binford disse que não se podia confiar nos dados etnográficos, e sim que os arqueólogos deveriam eles mesmos fazer as observações, pois as preocupações eram muito diferentes.

Para poder usar a teoria de alcance médio existem certas condições, dentre elas, ser independente formalmente do desenvolvimento da teoria geral e basear-se numa presunção uniformizadora. Os processos físicos podem ter sido os mesmos no passado, mas o comportamento humano é muito mais diverso. A ecologia das plantas e animais não é tão rígida quanto as leis da física e da química e, tampouco, é tão variável como o comportamento cultural. Para ajudar nesses estudos, recorreu-se à tafonomia: o estudo da formação do registro arqueológico, tanto a partir de um comportamento cultural, como por causas naturais.

Se os arqueólogos são capazes de relacionar o estático com o dinâmico, serão, também, capazes de fazer uma arqueologia científica e acabar com a prática de simplesmente contar histórias sobre o passado. Se não forem capazes, a idéia de fazer uma arqueologia como ciência parece deveras utópica.

Shanks e Tilley (SHANKS & TILLEY, 1987a) colocam dois problemas sobre a analogia e a teoria de alcance médio. Primeiro, uma analogia está sancionada com a rubrica da teoria de alcance médio. Se não estiver, não prova nada. Mas, para se pensar dessa forma, devem-se aceitar as teorias sobre evolução cultural. Caso contrário (pensar que cada cultura é única), não há razão para utilizar-se do método. Isso seria, afinal,

uma prova de que o alcance médio não é, na realidade, independente da teoria geral que Binford (1987) cita.

Porém, uma crítica que se fortaleceu com o desenrolar da Nova Arqueologia, foi o modo como o positivismo foi usado, geralmente de forma acrítica. Os arqueólogos não se interessavam pelas discussões dos filósofos contemporâneos que rejeitavam veementemente o positivismo. Ou, como colocam Shanks e Tilley “*Old traditions die hard*”(Shanks & Tilley 1987a). De certo, ignorar problemas filosóficos ou teóricos não é a saída. Se a filosofia foi de pouco uso na arqueologia de modo geral, foi pelo uso abusivo e sistemático de lugares comuns filosóficos que os processualistas fizeram dela, um erro, já que arqueólogos precisam ser ativos na discussão filosófica para criar sua própria linha de pensamento.

Muito dos argumentos filosóficos usados na arqueologia processual estão de alguma forma associados ao Naturalismo. As teses do naturalismo dependem de quatro crenças: 1) humanos são entidades físicas e biológicas. O que pessoas fazem e produzem não é diferente dos processos no mundo físico em que os cientistas naturais têm seu interesse; 2) toda forma de ciência forma uma unidade de um jeito que os princípios relevantes para a formulação e avaliação de propostas são isomórficas em ambas as ciências, sociais e naturais; 3) a ciência natural provêm à ciência social com um modelo de procedimento; 4) o conhecimento mais certo é o matemático e determinista no conceito. Kent Flannery, em sua crítica clássica à arqueologia *The Golden Marshalltown*, considera uma ilusão procurar leis arqueológicas, “*Frequentemente essas coisas que vocês costumam chamar de leis arqueológicas acabam por ser não leis de comportamento humano, mas exemplos de processos físicos envolvidos na formação de sítios, e que são não mais que produtos de*

leis geológicas.” (FLANNERY, 1982)¹⁰. Shanks e Tilley também criticam a visão processualista ao dizer que “O mundo social não é um espelho do mundo natural mas um mundo que já está estruturado e constitui uma totalidade que deriva sua natureza e forma dos procedimentos interpretativos de seus membros.” (Shanks & Tilley 1987a).¹¹ As pessoas fazem ações não em termos de processos físicos, mas em termos de significados para os quais se direcionam. Sentido e intencionalidade são termos importantes que distinguem um fenômeno mental de um físico. Pessoas possuem habilidade de agir no e para o mundo natural e para sistematicamente transformá-lo e criar seu próprio mundo ou construção social da realidade. “Consideramos que ‘as verdades’ – no nosso caso “objetos legitimados” – constroem-se por meio de múltiplas práticas, dentre as quais destacamos a manipulação do mundo material.” (ZARANKIN, 2002).

Os fatos empíricos seriam, então, definidos não-subjetivamente? A realidade não é independente de uma descrição da realidade. O que cientistas vêem é essencialmente relacionado a teorias e crenças que eles têm sobre o que o mundo é. Mesmo no conceito de explicação, muitas vezes, parte da informação pode ser oferecida como explicação, ou seja, a explicação adequada é aquela que envolve o que eu sei e o que eu quero saber.

Compreender a causa e efeito depende de uma percepção com base teórica onde o observador experiencia o mundo como séries de impressões sensitivas desconectas e independentes e precisa conectá-las de volta em termos de um cimento lógico entre regularidades percebidas (através do processo de dedução). Para se testar as idéias,

¹⁰ “So often these things you fellows call archaeological laws turn out not to be laws of human behavior, but examples of the physical processes involved in the formation of sites, those are no more than products of geological laws.” (FLANNERY, 1982).

¹¹ “The social world is not a mirror of the natural world but a world that is always already structures and constitutes a totality which derives its nature and form from the interpretative procedures of its members.” (Shanks & Tilley 1987a).

usava-se as formulações do empiricismo lógico de Carl Hempel (1952), através do modelo de explicação científica nomológico-dedutivo. Uma explicação científica de um fato é a dedução de uma afirmação que descreve o fato que se quer explicar. As premissas, portanto, são leis científicas e condições iniciais. Para que uma explicação seja aceita, as premissas devem ser verdadeiras. Outra formulação usada para se pensar a arqueologia processualista eram as idéias de Popper (1959,1966) de que podemos falsear proposições através de testes empíricos. Porém, como Popper mesmo diz, a falsificação depende de um rastro teórico, basta mudar a pergunta e fica impossível de se falsificar uma hipótese. Acaba caindo numa falácia quando coloca o problema de norma comportamental, que seria tomar cuidado para não testar demais uma hipótese.

Acontece que ciência positivista nada mais é que uma forma controlada de subjetividade, o controle começa onde tem algum tipo de lógica ou racionalidade envolvida. Cientistas lidam mais com verossimilhança do que com verdades. Dessa forma, não se pode mais crer em leis. Os arqueólogos pós-modernos consideram verdade um conceito não-empírico e atemporal. O campo que separa o científico do não-científico está longe de ser claro e não há razão para acreditar que a ciência nos dê mais objetividade ou mais conhecimento certo do que outros modelos do entendimento do homem no mundo social. Esse conhecimento consiste em uma descrição daquilo que já foi teoricamente constituído. Não pode haver uma lógica da descoberta científica, já que já foi decidido o que deve ser descoberto.

Tentou-se adaptar a Nova Arqueologia a períodos históricos, através dos métodos de contrastação e validação. Trabalhos considerados como inovadores utilizaram as fontes escritas enquanto documentação de médio alcance. Porém, geralmente há certo refúgio dos arqueólogos na pré-história, em primeiro lugar pela

aparente “pureza” arqueológica (JOHNSON, 2000), em segundo lugar, porque a arqueologia histórica acaba sendo colocada em segundo plano mesmo, devido às formulações teóricas que privilegiam a larga escala, os processos de longa duração, marginalizando as perspectivas de curto prazo do arqueólogo histórico.

Na Arqueologia Processual, existem diversas razões para não se poder saber do pensamento das culturas passadas, entre as quais: 1) Os pensamentos não podem ser comprovados, então residem fora do domínio da Ciência; 2) Os arqueólogos não estudam as ações humanas, estudam o registro arqueológico: uma coleção muda de pedras e ossos organizada em função do espaço e tempo. Consideram que, se partissem para os fatores mentais, estariam entrando no erro das explicações mentalistas. (JOHNSON, 2000).

Trigger (TRIGGER, 1996) considera, através de sua análise de que toda arqueologia é política, que a arqueologia processualista acabou por espelhar o interesse global do capitalismo. Para ele, essa “arqueologia imperialista norte-americana” teve início com a Nova Arqueologia. A meta não era entender a pré-história, mas usar o registro arqueológico para estabelecer generalizações universais do comportamento humano. Essa ênfase na generalização em parte reflete o pouco prestígio de estudos históricos entre os cientistas sociais americanos, prefere-se um conhecimento de aplicações utilitárias.

Ao negar o valor dos estudos pré-históricos de partes específicas do mundo, a Nova Arqueologia colocou a falta de importância das tradições nacionais, e qualquer coisa que se colocasse no caminho da economia e influência norte-americana. Essa, para Trigger, é a única arqueologia explicitamente anti-nacional, que faz parte da agressiva propaganda do pós-guerra do *american way of life*.

Pensamentos pós-modernos na arqueologia

“Porque, de fato, há muitas ‘histórias’ que nunca foram escritas, pois seus protagonistas legitimavam seu presente através do mito e não da ciência; através do espaço e não do tempo; através da conexão emocional com o mundo e não através da distância que a mediação da escritura estabelece.” (HERNANDO,2002).¹²

Muitos arqueólogos, descontentes com as limitações da arqueologia processualista ou científica, acabaram por tentar encontrar alternativas. Tentaram adaptar o estudo da maneira de pensar das pessoas sem sair de seu marco referencial. Pode-se, por exemplo, identificar comportamentos religiosos mediante o registro arqueológico. Até Flannery e Marcus, histórico-culturalistas em sua prática faziam críticas ao modelo positivista processualista, ao assinalarem que o estudo das cosmologias, a religião, a ideologia e a iconografia constituem áreas legítimas de análise cognitiva, enfatizando que podem ser fundamentadas em dados empíricos. (JOHNSON, 2000).

O argumento central desses autores é que podemos ler os pensamentos sem perder os elementos principais do enfoque processual: a crença na objetividade científica e a adesão aos modelos sistêmicos menos estritos. Porém, começou-se a questionar se deveriam derrubar os alicerces do processualismo, buscando então novas formas de pensar, trazendo num enfoque mais pós-moderno - o estruturalismo e o marxismo. Arqueologia pós-processual ou arqueologia interpretativa pode seguir três

¹² “Porque, en efecto, hay muchas “historias” que nunca fueran escritas, porque sus protagonistas legitimaban su presente a través del mito y no de la ciencia; a través del espacio y no del tiempo; a través de la conexión emocional con el mundo y no a través de la distancia racionalizada que la mediación de la escritura establece.” (HERNANDO, 2002).

linhas, primeiro, uma aproximação aos enfoques cognitivos, segundo, a influência da tradição estruturalista e, terceiro, a influência do pensamento marxista.

O estruturalismo contribuiu com o desenvolvimento de uma consciência crítica. Sua influência no pensamento arqueológico foi profunda. Se para os funcionalistas a cultura é como um organismo, onde as distintas partes do corpo/sociedade realizam distintas funções, adaptando-se o conjunto ao entorno em que se vive, para os estruturalistas a cultura é como uma linguagem (linguagem essa que foi um conjunto de idéias propostas por Ferdinand de Saussure para ser aplicada à lingüística). Uma linguagem compõe-se de regras ocultas que usamos, mas não articulamos. Todos entendemos estas regras a um nível profundo e implícito e não a um nível superficial e explícito.

Os arqueólogos estruturalistas sugeriram que algo parecido ocorre com os objetos materiais; os objetos seriam outra forma de expressão cultural. Se o intuito é explicar uma cultura é preciso desvelar as regras ocultas geradoras das formas culturais. Os modelos estruturais têm sido utilizados para classificar os diferentes tipos de materiais arqueológicos. A Gramática transformacional, por exemplo, descreve a maneira em que determinadas unidades se transformam passando por uma série de fases cognitivas até se materializarem em discurso ou prática. (JOHNSON, 2000). O estruturalismo demandará que regras subjacentes regulem esta estrutura? Que nos dizem essas regras sobre a forma de contemplar o mundo dessa cultura? Para os funcionalistas, a cultura é fundamentalmente uma questão de adaptação, para os estruturalistas, a cultura é fundamentalmente uma forma de expressão, um sistema de significados.

Sobre o marxismo, em sua forma original, é uma filosofia materialista: o mundo material é mais importante que as idéias. A história da humanidade tem a ver com o

desenvolvimento da capacidade produtiva da espécie humana. Adeptos da filosofia materialista sustentam que os indivíduos, independente de seus contextos, produzem os bens materiais de que necessitam de uma forma distinta daquela exposta por outrem. A esse modo distinto de produzir bens materiais Marx denominou modo de produção. Cada modo de produção gera um tipo diferente de antagonismo de classe. Para compreender o modo de produção, devemos entender forças de produção e relações sociais de produção. Na visão marxista, sempre haverá antagonismo e conflito entre essas duas partes. Por isso sempre haverá conflito no interior das sociedades humanas.

Marx (1985) pensa que os intelectuais não devem separar o pensamento da ação política. Os arqueólogos marxistas contemplam, conseqüentemente, a existência de uma relação entre arqueologia e política (GILMAN,2007; SAIITA, 2005,2007). Outra acepção é a de que o processo que conduz à mudança histórica é dialético. Isto é, depende do desenvolvimento de contradições e conflitos no interior de uma determinada formação social. Esse modelo dialético contrasta com o modelo sistêmico de adaptação, bem como com o conceito de ideologia. Forças de produção e relações de produção são a infra-estrutura, o núcleo do sistema. Os sistemas políticos e legais se levantam em cima deste substrato, junto às crenças ideológicas. Ideologia serve para legitimar o poder, fazer parecer a ordem vigente como imutável estabelecido por divindade ou como única alternativa possível. Fazer parecer, assim, como universais interesses que são setoriais, dessa forma, mascarando a realidade. A ideologia da igualdade mascara o que os marxistas entendem como a verdadeira e real divisão dos seres humanos por gênero e riqueza

Paradoxalmente, o marxismo que iniciou sua influência como um modelo materialista da análise da realidade, acabou condicionando a arqueologia anglo-

americana através da análise das convicções de base ideológica. A Escola de Frankfurt mostrou a necessidade de se olhar por trás da máscara da ideologia para mostrar como sistemas de crenças da sociedade moderna ocidental não são neutros ou objetivos, e sim construções ideológicas destinadas a legitimar o capitalismo de nosso tempo. (JOHNSON, 2000). A noção de ideologia, portanto, está presente na arqueologia (ou no fazer arqueológico) de diferentes formas, sendo duas delas: mostrar o papel da ideologia no passado e mostrar que os trabalhos arqueológicos feitos também têm uma carga ideológica.

Zarankin salientava essa complementaridade de idéias de diversas teorias que seriam produtivas à arqueologia. *“Consideramos que, ainda que várias teorias expliquem de diferentes formas o funcionamento da sociedade – por exemplo, o marxismo e o pós-estruturalismo, o novo realismo, etc. -, existem idéias e pontos em comum que podem se complementar.”* (ZARANKIN, 2002.). Essa complementaridade e subjetividade da Arqueologia ainda abarca traços da fenomenologia. Esta última apregoa que o único saber passível de apreensão pelo mundo natural ou social é aquele fornecido pelo ser humano, enquanto sujeito observador.

Fenomenologia é uma escola filosófica proposta por Edmund Husserl que começou na Alemanha em fins do século XIX e início do XX. O sentido da palavra fenomenologia é tomado como reflexão sobre um fenômeno ou sobre aquilo que se mostra. *“As coisas se mostram a nós. Nós é que buscamos o significado, o sentido daquilo que se mostra.”* (BELLO, 2006). Para Angela Ales Bello, *“Num primeiro momento, podemos pensar que aquilo que se mostra esteja ligado ao mundo físico diante de nós, mais do que dizer ‘as coisas se mostram’, precisamos dizer que ‘percebemos, estamos voltados para elas’, principalmente para aquilo que aparece no*

mundo físico.” (BELLO, 2006) Qualquer coisa que passe a percepção dos sentidos é não observável, logo, incompreensível. *“Todas as coisas que se mostram a nós, tratamos como fenômenos, que conseguimos compreender o sentido. Entretanto o fato de se mostrarem não nos interessa tanto, mas, sim, compreender o que são, isto é, o seu sentido... Então, para compreender o sentido, nós devemos fazer uma série de operações, pois nem sempre compreendemos tudo imediatamente, que consiste em identificar o sentido, os fenômenos, de tudo aquilo que se manifesta a nós.”* (BELLO, 2006).

A partir desta análise, portanto, é possível afirmar que as Arqueologias pós-processual e interpretativa apresentam pontos em comum, como por exemplo, a tentativa de aproximação aos enfoques cognitivos, a influência da tradição estruturalista, bem como a influência do pensamento marxista.

De qualquer forma, havia uma insatisfação pela orientação que tomava a arqueologia. Os arqueólogos processualistas estavam preocupados com um aspecto: necessidade de buscar fatores cognitivos, pelas dificuldades inerentes à epistemologia positivista e pelos problemas encontrados com o desenvolvimento da teoria de alcance médio. Um dos descontentes era Ian Hodder (HODDER, 1976), que trabalhava com modelos espaciais, e tinha influência da Nova Geografia. Hodder viu que não havia maneira alguma de contrastar as distintas alternativas que apresentava.

Renfrew havia sugerido que cada forma distinta de comércio tinha que deixar seu traço específico no registro arqueológico (JOHNSON, 2000). Hodder pensou que se aquele modelo de troca ou outros modelos se formassem mediante simulação por computador se obtinham curvas similares. As formas adotadas pelos processos deixavam os mesmos traços arqueológicos, ou seja, eram equifinais.

Hodder, como Binford, decidiram reiniciar os estudos de arqueologia do presente com a intenção de estabelecer correlações entre comportamentos contemporâneos e padrões obtidos no registro arqueológico (HODDER, 1982). Ele então percebeu que para poder entender realmente o que mostravam os níveis arqueológicos era necessário indagar as atitudes das pessoas e suas crenças. Dessa forma, Hodder passou a pensar de forma distinta, rechaçando a potencialidade da teoria de alcance médio como árbitro neutro e passou a reafirmar a força da crença e seu poder de simbolização, compreendendo que o aspecto cultural era ativamente manipulado pelas pessoas. Com isso, negava que a cultura material era simplesmente um reflexo passivo de um conjunto de normas. A cultura material devia ser contemplada como algo que encerra significados. Objetos eram algo mais que invenções para fazer frente a condições do entorno.

Essa nova forma de pensar, de ver a arqueologia, também levou a novos caminhos, que apontaram para o estruturalismo, marxismo e neo-marxismo, pensamento feminista e antropologia interpretativa. O entrelaçamento de todas essas possibilidades e propostas teóricas no campo da Arqueologia desencadeou uma nova perspectiva de entendimento do mundo material - a genericamente denominada Arqueologia Pós-Processual.

Primeiramente, não existe a espécie do arqueólogo pós-processualista. Falar dessa maneira é uma generalização abusiva sobre determinadas posições teóricas. Certamente os arqueólogos envolvidos nessa corrente preferem o termo arqueologia interpretativa, que inclui uma ênfase na idéia de diversidade.

Johnson (JOHNSON, 2000) caracteriza o pensamento pós-processual com oito afirmações chave:

“1. *Recusamos o ponto de vista positivista sobre a ciência e a separação entre teoria e dados... geralmente os pós-processualistas se alinham com outras concepções não positivistas sobre o que é ciência.*”¹³ Os processualistas não dizem que não se deve comprovar tais coisas, mas sugerem que na prática, nem os arqueólogos, nem os cientistas chegam a comprovações que satisfaçam totalmente os critérios positivistas. Não há maneira de confrontar a teoria com os dados.

“2. *A interpretação é sempre hermenêutica.*”¹⁴ A hermenêutica é o estudo dos significados. Quando um arqueólogo interpreta objetos o faz projetando a ele significados que supomos serem os mesmos que davam os povos antigos que os produziu e usou. Arqueologias pós-modernas acreditam que todos os arqueólogos procedam da mesma maneira, admitam ou não. Hodder diz que, quando se escava, o arqueólogo procede num círculo hermenêutico. (HODDER, 1992).

“3. *Recusamos a oposição entre material e ideal.*”¹⁵ Um exemplo disso é a forma como se contempla a paisagem, sempre vista de maneira diferente por pessoas distintas. Acaba-se por rechaçar também a visão de paisagem como fonte de recursos apenas. Sugere-se que as visões sobre paisagem dos povos antigos não consistiam em um conjunto de idéias fixas, mas eram as vivências cotidianas, fruto das atividades desenvolvidas sobre a paisagem, o meio pelo qual as pessoas chegavam a adquirir um conhecimento da paisagem que se perpetuava e se transformava ao mesmo tempo.

¹³ “1. Rechazamos el punto de vista positivista sobre la ciencia y la separación entre teoría y datos...generalmente los postprocesualistas se alinean con otras concepciones no positivistas sobre lo que es ciencia.”(JOHNSON, 2000)

¹⁴ “2. La interpretación es siempre hermenéutica” (JOHNSON, 2000)

¹⁵ “3.Rechazamos la oposición entre material e ideal.” (JOHNSON, 2000)

“4. Há que indagar-se sobre os pensamentos e valores do passado.”¹⁶ Ao se estudar, por exemplo, fortificações romanas, mesmo arqueólogos tradicionais concluíam o assunto tentando imaginar os pensamentos dos comandantes e líderes romanos, em termos de estratégia política e militar. Todos os arqueólogos acabam por agir dessa forma, tentando encontrar os pensamentos e valores do passado.

“5. O indivíduo atua.”¹⁷ As formas como se representavam a realidade retratavam os indivíduos como vítimas passivas que se vêem forçadas a seguir cegamente as regras sociais. Os pós-processualistas querem indagar a estruturação, um termo usado para referir-se às estratégias ativas dos indivíduos. Nesse sentido, houve uma maior aproximação com as Ciências Sociais, especialmente com a Sociologia de Anthony Giddens e de Bourdieu. Giddens sugere que perante as regras sociais, as pessoas não se contentam em segui-las passivamente, e sim tentam entendê-las e utilizá-las, intervir nelas ou estruturá-las, de forma criativa. Já Bourdieu pensa que os atores individuais reproduzem e transformam a cultura de seu entorno.

“6. A cultura material é parecida a um texto.”¹⁸ Um texto pode dizer coisas diferentes a pessoas distintas, da mesma forma que pessoas podem ler de maneira diferente o mesmo texto. Dessa forma, os significados podem ser manipulados, e a manipulação que arqueólogos fazem da cultura material ocorre de forma implícita. Se os significados da cultura material são um assunto tão complexo, dificilmente poderá ser alcançada uma leitura definitiva que reúna em uma conclusão clara todos os elementos que entraram na análise. É impossível julgar se uma leitura é correta ou incorreta, pois existem diversas leituras. Um texto pode ser sempre desconstruído para

¹⁶ “4. Hay que indagar en los pensamientos y valores del pasado.” (JOHNSON, 2000)

¹⁷ “5. El individuo actúa.” (JOHNSON, 2000)

¹⁸ “6. La cultura material es parecida a un texto.” (JOHNSON, 2000)

mostrar que contém significados ocultos que podem contradizer-se com outros mais aparentes. Pode-se dizer que os significados de um texto estão fora do controle do autor.

“7. O importante é o contexto.”¹⁹ Arqueólogos constroem uma densa rede de associações e localizações para os achados. Arqueólogos inferem distintos significados a partir de diferenças observadas no contexto.

“8. Os significados que produzimos se situam sempre no presente político e compartilham, logicamente, ressonâncias políticas. A interpretação do passado sempre é política.”²⁰

Qualquer que seja a orientação tomada existe sem dúvida uma manifesta dificuldade para chegar à consciência dos indivíduos. Porque então ir atrás disso? Para Johnson (2000) discussões desse teor são perda de tempo, muito embora sejam necessárias. A necessidade de discuti-las é infundida por três razões. Primeira, todos os arqueólogos fazem presunções sobre os pensamentos das pessoas do passado. Muitos arqueólogos defendem a idéia de que não podemos recuperar os pensamentos, mas na prática fazem o contrário, ao introduzir em seus argumentos presunções sobre atitudes mentais, como se fossem puro senso comum. Esse tipo de presunção cai por terra quando examinadas as diversidades das práticas humanas. Segundo, se vamos relacionar os testemunhos arqueológicos com os testemunhos documentais, devemos contemplar de forma crítica as atitudes mentais e as idéias que representaram seu papel na produção de tais testemunhos. E, por último, a forma de estudar as sociedades humanas implica elementos filosóficos. É impossível descrever o comportamento humano sem nos referirmos a conceitos mentais.

¹⁹ “7. Lo importante es el contexto.” (JOHNSON, 2000)

²⁰ “8. Los significados que producimos se sitúan siempre en el presente político y conllevan, lógicamente, resonancias políticas. La interpretación del pasado siempre es política.” (JOHNSON, 2000)

O pensamento pós-processualista está influenciado por noções idealistas, ou seja, na crença de que os pensamentos e idéias são mais importantes que o mundo material.

Com a subjetividade sendo mais consagrada, e a liberdade de se interpretar o campo fazendo parte de uma aventura, e não um pecado, o pós-processualismo passou a enxergar de outra forma o fazer arqueológico. Porém, isso ainda causa certo pânico, pois, como diz Ian Hodder:

“Talvez devido a esse positivismo, talvez por causa da dificuldade de dar sentido a dados fragmentários de sociedades passadas, ou talvez devido a dificuldade em dizer qualquer coisa com algum grau de certeza sobre o passado distante, a maioria dos arqueólogos prefere deixar-se absorver pelo dado e pelo método.”(HODDER, 1992)²¹

Seria muito mais fácil se esconder atrás da objetividade da ciência do que se arriscar num universo novo a ser criado que é a interpretação do arqueólogo. Não se trata de escolher. A idéia não é ter que escolher entre um ou outro, entre um passado objetivo ou subjetivo, mas encarar a arqueologia como uma disciplina de fronteiras flexíveis, uma área cuja amplitude objetiva do discurso acadêmico permita a abstração subjetiva do investigador, uma rede que se interliga, ou como sugere Johnson, abstrair-se numa “*cloud of data*” (Johnson 1999).

Michael Shanks compara a situação empiricista da arqueologia com uma árvore,

“...Um pensamento ramificado como uma árvore possui estas características: é unificado e hierárquico, preocupado com os significados e identidades (o que é cada coisa), considera que há raízes e bases para o que conhecemos, direcionado a reproduzir seus objetos em idéias. O simbolismo

²¹ “Perhaps because of this positivism, perhaps because of the enormous difficulty of making sense of fragmentary data from long-gone societies, perhaps because of the difficulty of saying anything with any degree of certainty about the distant past, most archaeologists prefer to become absorbed in data and method.”(HODDER, 1992)

da árvore implica que tal raciocínio é sólido, sustentado e estável.”
(SHANKS, 1992).²²

E a ênfase dada por arqueólogos à ciência objetiva é associada a uma separação entre teoria e prática, entre interpretação e escavação. Ciência: rígida, hierárquica e única... Ciências são construções discursivas, inseridas em contextos sociais, e com base nisso, não se pode mais aceitar uma aparente distância entre o subjetivo e o objetivo.

Dessa forma:

“...desmontou-se a lógica do processualismo: a arqueologia processual foi acusada de refletir uma visão capitalista do passado humano, privilegiando uma interpretação materialista pouco preocupada com as diversidades culturais, como se todos os seres humanos tivessem agido, sempre e em todo lugar, de acordo com a lógica capitalista.”(FUNARI, 2003).

O risco que corremos é de cair na generalização extrema, e lidar com uma arqueologia “serva” da ciência universal. Não há nada a ser analisado, apenas confirmado.

É muito importante não ignorar o quanto a interpretação do arqueólogo envolve a construção dos dados arqueológicos e por isso julga-se negligente a separação entre metodologia e olhar, não pode haver uma separação da prática da descrição dos dados e de sua interpretação. Raramente se consegue comprovar teorias sobre dados, é melhor dizer que se constroem interpretações num processo que se encaixa aos poucos ao discurso. Hodder sugere que a não interpretação dos dados, ou seja, sua categorização exata dentro de padrões científicos acrílicos gera resultados virtuais, desprovidos de qualquer vínculo com o local de origem: em outras palavras, anacronismo. Se não

²² “...tree-thinking has these characteristics: it is unified and hierarchical, concerned with the meanings and identities of things (what they are), conceives that there are roots or bases to what we know, aims to reproduce its object in thought. The symbolism of trees implies that such reasoning is solid, upstanding, and stable.”(SHANKS, 1992).

interpretarmos, se apenas nos apegarmos aos dados recolhidos em campo sem uma suposta subjetividade, estaríamos fazendo não mais do que reproduzir nós mesmos num espelho de interesse próprio. (HODDER, 1992).

“Eles pretendem enfraquecer ‘verdades’ arqueológicas mostrando que não são nada além de pontos arbitrários no livre fluxo de significantes. Nossas origens, bases materiais, todos os nossos pressupostos (desde os culturais e sociais ao texto e contexto) podem ser desconstruídos ao se mostrar como derivam seu significado não de uma essência, mas de outros termos em cadeias de significantes.” (HODDER, 1992).²³

Não é possível continuar na crença inocente de que o produto dos profissionais é objetivo, real e desconectado de qualquer intencionalidade (ZARANKIN, 2000).

Arqueólogos geram um discurso sobre o passado traduzindo objetos em linguagem, trazem o passado num discurso que para eles tenha sentido e coerência. Podemos considerar o material arqueológico como um texto a ser lido.

“A idéia de que a cultura material pode ser lida como um texto já tem sido assumida tacitamente na arqueologia. Arqueólogos freqüentemente se referem aos seus dados como registro ou como linguagem... A maioria dos arqueólogos certamente diriam que seus dados são mudos. Certamente um objeto enquanto objeto, sozinho, é mudo. Mas arqueologia não é o estudo de objetos isolados.” (HODDER, 1986).²⁴

Mesmo pensamento compartilhado por Zarankin, ao dizer que:

“... a cultura material é carente de significados por ela mesmo, e só adquire uma dimensão ativa e ideológica dentro de um sistema cultural determinado. Desta forma, se partirmos do princípio de que os objetos produzidos e utilizados pelos homens são ativos, dinâmicos, portadores e geradores de

²³ “They wish to undermine archaeological ‘truths’ by showing that they are nothing more than arbitrary points in the free flow of signifiers. Our origins, causes, material bases, all our taken-for-granted (from culture and society to text and context) can be deconstructed by showing how they derive their meaning not from any essence, but from other terms in chains of signifiers.”(HODDER, 1992).

²⁴ “The notion that material culture is a text to be read has long been tacitly assumed in archaeology. Archaeologists frequently refer to their data as record or as a language... Most archaeologists would of course claim that their data are mute. Certainly an object as an object, alone, is mute. But archaeology is not the study of isolated objects.” (HODDER, 1986).

significados, encontraremos, por meio de sua análise, uma linha alternativa para estudar as pessoas e seu mundo social.” (ZARANKIN, 2002).

Se diferentes pessoas podem ler um texto de diferentes maneiras em diferentes contextos, o mesmo se passa com arqueólogos. Ao transformar objetos em linguagens, estamos fazendo uma espécie de tradução, ou seja, é dizer nas palavras de uma língua o que foi achado nas palavras de outra língua: outra língua, outra pessoa. A tradução envolve a criação de sentidos e referências de um contexto social específico, construído por experiências particulares. Como diz Shanks, *“Tradução é interpretação incorporada.” (SHANKS, 1992)*²⁵

Podemos dizer que existem tantos passados como discursos por ele gerados. A prática arqueológica implica numa posição ativa por parte do investigador. O arqueólogo se transforma no mediador entre os traços de um passado que não existe mais e o presente, de onde é feita essa leitura. Como toda interpretação, varia de profissional para profissional, de época em época. Desta forma as interpretações estão em contínuo fluxo de transformação e mudanças (ZARANKIN, 2000). Hodder também salienta isso ao afirmar que

*“... as teorias que esposamos sobre o passado dependem muito do contexto social e cultural no qual vivemos. Trigger (1980), Leone (1978) e outros têm mostrado de maneira eficaz como mudanças nas interpretações do passado são dependentes de mudanças nos contextos sociais e culturais no presente.” (HODDER, 1986)*²⁶

Interpretação é tradução. Envolve a atuação de um arqueólogo como um intérprete entre o passado e o presente, entre diferentes perspectivas do passado, e entre

²⁵ “Translation is embodied interpretation.” (SHANKS, 1992)

²⁶ “... the theories one espouses about the past depend very much on one’s own social and cultural context. Trigger (1980), Leone (1978) and others have shown with great effect how changing interpretations of the past depend on changing social and cultural contexts in the present.” (HODDER, 1986)

o específico e o geral. Interpretar envolve escutar e entender, uma conexão entre vozes diferentes. O papel da interpretação é facilitar o envolvimento do passado num presente multicultural. Interpretar é agir, por que a interpretação libera o passado em um debate público. Força uma tradução do passado em uma história que podemos entender, e faz com que arqueólogos digam algo que tragam outros que contarão diferentes histórias. Como define Hodder: *“nos força a destrancar uma torre de marfim teórica abstrata, e a mostrar o que ela significa na prática, relativo aos dados.”* (HODDER, 1992).²⁷.

Shanks é mais incisivo em sua definição:

“Este é o trabalho da interpretação: explicação, o decifrar e comunicar de sentidos e significância. Como numa profecia, ela envolve leituras por significância e inferências sobre modos de ação... Interpretação é uma apreensão ativa que faz, de algo produzido no passado, uma presença para nós hoje.” (SHANKS, 1992).²⁸

“Interpretação: em cada sentido. Nos termos delineados neste livro: entender o passado e apreciá-lo através de análises científicas e técnicas, aproximando particularidades e noções gerais, alcançando a liberação de significados para o público da arqueologia. Narrativas, colagem, enciclopédias mágicas, fantasias precisas, construções do passado a partir do presente. Interpretação – produto da arqueologia como um modo de produção cultural, da arqueologia como artesanato.” (SHANKS, 1992).²⁹

Interpretar seria tornar o passado uma presença para nós agora, no presente.

Tirar o conhecimento arqueológico do “pedestal honorífico” e incluí-lo num debate com múltiplas vozes, no qual novas luzes serão jogadas sobre novas questões.

²⁷ It forces us to unlock the abstract ivory-tower theory and show it means in practice, in relation to the data.”(HODDER, 1992)

²⁸ “This is the work of interpretation: explanation, the decipherment and communication of meaning and significance. As in prophecy it involves reading for significance and inferring courses of action... Interpretation is an active apprehension which makes of something produced in the past a presence to us now.” (SHANKS, 1992).

²⁹ “Interpretation: in every sense. In terms of the outlines in this book: understanding the past and appreciating it through scientific and technical analysis, drawing together particularity and general notion, achieving release of meanings for archaeology’s public. Narratives, collage, magic encyclopaedias, exact fantasy, constructions of the past for the present. Interpretation – product of archaeology as a mode of cultural production, of archaeology as craftwork.” (SHANKS, 1992).

Outro ponto importante é a questão da narrativa: montar uma história para maior compreensão. E isso não só na fase expositiva quando da recepção do público, inclusive em campo. Discussões de alternativas, formulação de hipóteses, a fluência de ponderações de cada participante contribuem na formação de uma narrativa mais complexa e abrangente. Enquanto vão sendo montadas alternativas e hipóteses, a narrativa ajuda a se montar uma interpretação coerente e ajuda no surgimento de novas questões, já que inclui novas visões, quando a idéia sai da cabeça do arqueólogo e é compartilhada com o resto da equipe. A arqueologia nesse ponto é muito dependente da narrativa, ter uma história em mente é necessário para ajudar enquanto se escava, enquanto se pensa nas alternativas para o sítio. Hodder já pontuava isso quando dizia que:

“Ter histórias e narrativas em mente ajuda os participantes em campo a acrescentar suas partes ao todo. Ter histórias em mente também nos ajuda a levantar questionamentos. É uma parte essencial do processo arqueológico... Como escavamos depende das histórias que estamos contando a nós mesmos no momento da escavação.” (HODDER, 1999).³⁰

O que é escavado depende da história que é formada e contada enquanto se escava. Com a narrativa é preciso situar as proposições num argumento mais amplo. A construção de histórias se traduz em uma forma básica de encontrar sentido no passado, encaixando o particular em um todo que tenha aceitação de uma platéia. O passado vive enquanto se está recontando uma história. Shanks coloca sua preocupação em relação à reciprocidade da história com a reação do público, é preciso que exista receptividade, caso contrário a narrativa se perde no vazio do eco (SHANKS, 1992). *“Numa história, o passado é incorporado à vida e à praxis social do contador de histórias de modo a ser*

³⁰ “Having stories or narratives in mind helps participants on a field project put their parts into a whole. Having stories in mind also leads us to raise questions. It is an essential part of the archaeological process... How we dig depends on the stories we are telling ourselves at the time of digging.” (HODDER, 1999).

novamente exteriorizada... *Histórias nos convidam a serem recontadas ou elaboradas. A audiência é convidada a construir uma resposta produtiva.*” (SHANKS & TILLEY, 1987).³¹ Essa relação dual ajuda na dispersão e produção das idéias com um público que não é passivo, e sim ativo, que ajuda na produção da própria história.

Em uma disciplina que possui tendências para a "larga escala", há uma atração óbvia por narrativas grandiosas sobre as origens. No entanto, a dificuldade que se tem para criar narrativas com começo, meio e fim é evidente. (HODDER, 1999). Shanks considera como um problema a associação singular que a arqueologia tem com frieza e objetividade. Considera que além do tecnicismo, falta uma ambigüidade poética.

“Há uma espécie de puritanismo nisso, no fato de que sério significa difícil, e de que pensar seriamente é somente prazeroso quando incidental, se acaso o for... Arqueologia é teatro e entretenimento, é sério e comprometido. Seria isso não aceito no coração da arqueologia, seja ela acadêmica ou popular?” (SHANKS, 1992)³²

Mesmo a arqueologia pós-processual tem evitado uma posição interpretativa, pois as raízes empíricas estão ainda bem presas nas práticas arqueológicas, já que a prática de campo, muitas vezes, tem sido desvinculada do discurso teórico. *“Temos visto poucos estudos pós-processuais que têm dito ‘Colocar a teoria em segundo lugar, tratá-la apenas como bagagem, e partir para uma história sobre, por exemplo, o desenvolvimento social na Bavária da Idade de Bronze’.*” (HODDER, 1992).³³

“... arqueologia interpretativa é a construção e o contar de narrativas. É claro, toda arqueologia tem contado histórias sobre evolução, difusão,

³¹ “In a story, the past is incorporated into the life or the social praxis of the storyteller in order to bring it out again... Stories invite retelling or elaborating. The audience is invited to make a productive response.” (SHANKS & TILLEY, 1987)

³² “There is a sort of Puritanism in this, that serious means difficult, and thinking seriously is only incidentally pleasurable, if at all... Archaeology is theatre and entertainment, and serious and committed. Might this not be accepted into the heart of archaeology, academic and popular?” (SHANKS, 1992).

³³ “There have been very few post-processual studies that have said ‘ I will put the theory in second place, treat it simply as baggage, and set off to tell a story about, for example, the development of Bronze Age society in Bavaria’.” (HODDER, 1992).

maximização, adaptação, sobrevivência, e assim por diante. Mas nessas histórias a retórica do conto não foi reconhecido como contribuinte à construção da mensagem ou dos planejamentos ocultos. As histórias não foram contadas como escala humana, e não foram inclusivas do ponto de vista dos atores. Os relatos são validados por ciência externa ao investir de significado interno, além de eximirem-se do narrador que está misteriosamente ausente. Nesses moldes, as histórias não foram interpretações.” (HODDER, 1991).³⁴

Interpretação não acontece com o aval do arqueólogo, acontece desde o momento inicial em que se vê o sítio, até os momentos de laboratório aonde a pessoa deve escolher o que deve ser analisado e por fim quando deve ser escolhido o tipo de história a ser contada, se para arqueólogos, se para um público leigo, se para a mídia. *“Interpretação reside em nosso ser, nossa existência no mundo. Não há meios de escaparmos da interpretação.” (Shanks & Tilley 1987).³⁵*

³⁴ “... interpretative archaeology is about constructing narratives, or telling stories. Of course, all archaeology has told stories about evolution, diffusion, maximization, adaption, survival, and so on. But in these stories the rhetoric of the story line was no acknowledged or criticized as contributing to the construction of the message or hidden agenda. The stories were often not told as the human scale, and were not inclusive of the viewpoints of the actors. The accounts were validated through external science rather than internal meaning, and they lacked the narrator, who was mysteriously absent. In these ways, the stories were not interpretations.” (HODDER, 1991).

³⁵ “Interpretation resides in our being or existence in the world. There is no way in which we can escape interpretation.” (Shanks & Tilley 1987a).

Arqueologia Pública

A discussão geral das teorias arqueológicas tem como propósito fazer um texto que fosse acessível não só ao público acadêmico. Ao fazer isso, coloco o leitor a par da forma de produção de conhecimento de cada tipo de arqueologia, assim como a narrativa que envolve a disseminação da produção arqueológica para poder, então, analisar os discursos arqueológicos produzidos para e pelo público.

Para me posicionar dentro de correntes interpretativas, que tentam levar em consideração as múltiplas vozes que fazem parte da construção do conhecimento, resolvi colocar as razões da minha escolha. Para se discutir e trabalhar com Arqueologia Pública, considero o ideal uma filosofia que leve em conta a criação de sentidos de uma forma não hierarquizada, que envolva em todos os níveis o arqueólogo com as pessoas que, em minha opinião, são o objetivo final da arqueologia.

Como Arqueologia Pública é um assunto que tem crescido e ganhado muita força desde os anos 1990, considero importante fazer uma reflexão sobre o que eu entendo por Arqueologia Pública. Nick Merriman organizou um livro chamado *Public Archaeology* (2004) onde ele aponta dois significados específicos para o termo Arqueologia Pública:

“...ambos centrais em qualquer discussão de arqueologia pública. O primeiro é a associação da palavra ‘publico’ com o Estado e suas instituições, que emerge na era de intensa formação de Estados no começo do Período Moderno em diante...O segundo é o conceito de ‘público’ como um grupo de indivíduos que debatem questões e consomem produtos da cultura material, e cuja reação informa sobre ‘opinião pública’. Essa noção desenvolveu-se durante o Iluminismo, e tem recebido seu tratamento mais completo na obra de Habermas ‘The Structural Transformation of the

Public Sphere' (A transformação estrutural da esfera pública' (1962)."
(MERRIMAN, 2004).³⁶

Ou seja, temos dois significados para a palavra público, um envolvendo a esfera estatal, o público relacionado ao que conhecemos como Estado, e o conceito de público como um grupo de indivíduos que debatem e consomem cultura material. Para Habermas (HABERMAS, 1962), o modelo para uma democracia aberta, crítica e participativa foi fundado com o desenvolvimento de uma esfera política burguesa no século XVIII, impulsionado pelo desenvolvimento de novas formas de espaços públicos, como cafés, bares, e em novas formas de comunicação, como jornais e romances.

De um lado, nós temos uma noção de que o Estado assume o papel de falar em nome do público e em agir pelo interesse do público. Isso inclui a provisão estatal de instituições públicas e serviços tais como arqueologia, museus e educação. *"A suposição do Estado de que age pelo bem do interesse público significa que interesses minoritários talvez não sejam representados com eficiência e uma abordagem exagerada pode significar uma perda de contato com os desejos de um público diverso."* (MERRIMAN, 2004).³⁷ Ao assumirmos que o Estado vai fazer o papel de agir em nome do público, devemos ficar atentos ao desejo do que é dito público. Muitas vezes, as políticas públicas acabam por deixar de fora as chamadas minorias, e acaba apenas por refletir os interesses da elite que controla o Estado.

³⁶ "...both of which are central to any discussion of public archaeology. The first is the association of Word 'public' with the state and its institutions, which emerges in the era of intensive state-formation from the Early Modern period onwards...The second is the concept of 'the public' as a group of individuals who debate issues and consume material culture products, and whose reactions inform 'public opinion'. This notion developed during the Enlightenment, and has received its fullest treatment in Habermas's *The Structural Transformation of the Public Sphere* (1962)." (MERRIMAN, 2004).

³⁷ "The assumption by the state that it acts in the overall public interest means that minority interests may not be represented effectively and a high-handed approach by the state can mean that it can lose the contact with the wishes of a diverse public." (MERRIMAN, 2004).

O público, quando definido como uma força ativa e multivalente, ao invés de ser mostrado como uma massa amalgamada em povo pela crítica da cultura de massa pode ter o poder de influenciar, criticar ou subverter os desejos do Estado e, ainda, trazer possíveis mudanças. *“De fato, o termo de cobertura ‘o público’ é sempre insatisfatório para descrever um grupo enormemente diverso de pessoas, com diferentes idades, sexo, classe, etnicidade e interesses religiosos e afiliações, muitos dos quais inclusive estão em conflito entre si.” (MERRIMAN, 2007).*³⁸ De fato o termo público acaba sendo insatisfatório para demonstrar as diferenças que ele abarca. A diversidade complexa do público dificilmente se expressará em uma só palavra.

O surgimento desta tensão ocorre devido ao modo como a Arqueologia vem sendo desenvolvida, por não refletir a diversidade de vozes e interesses do público, e por um público que está de certa forma, decepcionado com a visão de arqueologia provida por nós, arqueólogos profissionais, e o Estado. De maneira que as pessoas acabam considerando que não se leva em conta seus interesses, preferindo explorar outras maneiras de compreender o passado.

As duas diferentes definições de público também trazem questão para a definição que os arqueólogos usam. No que vem sendo escrito até hoje (num cenário anglo-americano), o mais comum é relacionar o público com a arqueologia regulada pelo estado, um interesse superficial do público. Raramente aparece ali a definição da arqueologia das pessoas, aquelas que vão atrás da própria maneira de entender o passado.

³⁸ “Indeed the blanket term ‘the public’ is always unsatisfactory to describe a hugely diverse range of people, with different age, sex, class, ethnicity and religious interests and affiliations, many of which are in conflict with each other.”(MERRIMAN, 2007).

O início dos trabalhos com arqueologia pública no Brasil se deu em contraste com a arqueologia acadêmica e a necessidade de suporte do público para convencer os legisladores de que sítios arqueológicos precisavam ser protegidos. Com o passar do tempo, arqueólogos começaram a perceber que isso poderia fazer parte de seu trabalho, com a profissionalização da arqueologia e arqueólogos assumindo um discurso em nome do público. Arqueologia Pública, nesses termos, sinaliza a profissionalização da arqueologia e o declínio da participação pública.

“O aumento da profissionalização na arqueologia resulta em uma situação onde o estado e seus agentes atuam em nome do público através da implementação planejada de estratégias de manejo de recursos culturais. Sob tais estratégias o interesse público é geralmente pensado de maneira a ser servido através da preservação de recursos culturais, ou de seu registro cuidadoso durante a destruição.” (MERRIMAN, 2004)³⁹

Dessa maneira, o interesse público é direcionado num futuro vago, definido como posterioridade, onde os recursos, ou os dados referentes, possam ser consultados. É uma maneira de envolver indiretamente o público.

Esse envolvimento do público pode ser colocado num contexto mais amplo que é o que temos hoje da noção do cidadão ativo, no qual escolha e participação, particularmente expressas através do consumo, parece ser um grande avanço público. *“Cidadania deve ser ativa e individualista, mais do que passiva e dependente. O sujeito político deve ser, a partir daí, um indivíduo cuja cidadania se manifesta pelo livre exercício de escolha pessoal entre uma variedade de opções.” (ROSE, 1992).⁴⁰* Nós não devemos ficar surpresos com o fato de que muito do aspecto público da arqueologia seja

³⁹ “The increasing professionalization of archaeology results in a situation where the state and its agents act on behalf of the public through the planned implementation of cultural resource management strategies. Under such strategies, the public interest is generally thought to be served through the preservation of cultural resources, or their careful recording during destruction.” (MERRIMAN, 2004)

⁴⁰ “Citizenship is to be active and individualistic rather than passive and dependent. The political subject is henceforth to be an individual whose citizenship is manifested through the free exercise of personal choice among a variety of options.” (ROSE, 1992).

sobre conflito, pois arqueologia vem sendo sobre o desenvolvimento de identidades culturais, o que as torna extremamente ligadas à política.

O campo da Arqueologia Pública é significativo porque estuda os processos e desenvolvimentos pelos quais a arqueologia passa, atingindo, portanto, um público mais amplo, lugar no qual a contestação e a dissonância são inevitáveis (MERRIMAN, 2004).

“À medida em que se trata de ética e identidade, arqueologia pública é inevitavelmente uma questão de negociação e conflito pelo significado. Essa definição mais ampla de arqueologia pública abre um espaço no qual se pode discutir não somente produtos arqueológicos (tais como programas de educação, exposição de museus e tour por sítios) mas os processos pelos quais significado é criado a partir da cultura material no âmbito público.” (MERRIMAN, 2004)⁴¹

Acredito que, ao darmos essa importância à arqueologia pública, colocamos a discussão da criação de significados em outro nível e as pessoas passam a interagir e criar sua própria história, negociando esses significados, além de simplesmente consumir produtos arqueológicos que ajustamos a elas.

Qual seria o propósito de trabalhar junto com o público? Uma resposta simples é que, se trabalharmos junto a eles, mais pessoas vão entender o que arqueólogos tentam fazer, e vão ajudar mais em seu trabalho. Porém, essa visão apenas coloca a questão do que Merriman chama de “*authoritative knowledge*”, nós criamos nosso conhecimento, e, de forma hierárquica, o transmitimos para que outros usufruam dele. Porém, se contestação, debate e conflito formam a essência dessa arqueologia pública, então trabalhar com uma hierarquia de criação de conhecimento pode não ser uma boa forma

⁴¹ “In being about ethics and identity, therefore, public archaeology is inevitably about negotiation and conflict over meaning. This broader definition of public archaeology opens up a space in which to discuss not just archaeological products (such as educational programmes, museum displays and sites tours) but the processes by which meaning is created from archaeological materials in public realm.” (MERRIMAN, 2004)

de tratar o assunto. Ao trabalhar dessa forma, ainda existe a idéia de que se busca alguma forma de verdade. Como diz Hodder, *"A noção de verdade e conhecimento como contingentes e múltiplas enfraquecem as reivindicações de grupos subordinados. Eles são 'desempoderados' pela alienação da realidade que vivem."* (HODDER, 1991).⁴² Os debates envolvendo o conhecimento público da ciência vêm sendo atacados pelos cientistas sociais que dizem que, se o problema recai sobre a falta de conhecimento, sobre a ignorância pública, joga-se luz apenas na atenção que se dá na mídia e público. Dessa forma, arqueólogos acabam sendo induzidos a pensar que o único problema real da arqueologia nesse quesito é induzir esses profissionais a se comunicarem de forma clara e que entretenha. *"Críticos tem, pelo contrário, se concentrado em desafiar o papel autoritário da ciência, como um aspecto do que tem sido denominado 'guerra das ciências'."* (DURANT, 1997).⁴³ Ou como Smardz coloca, devemos parar de pensar no público como algo que deva ajudar a arqueologia, e começar a pensar o contato com o público a partir de suas necessidades. (SMARDZ, 1997).

É o que dizem também Cristóbal Gnecco e Carolina Hernández ao sugerirem a emergência do protagonismo do público com a criação de suas interpretações:

"Alcance público tem se tornado eticamente obrigatório e estrategicamente necessário. No entanto, para muitos arqueólogos, alcance público é somente um meio de compartilhar resultados – ou seja, não como uma empreitada colaborativa e coletiva, mas como um processo unidirecional pelo qual conhecimento especializado é comunicado para o público. Povos nativos são incluídos nesse processo com a idéia de que eventualmente venham a descobrir a utilidade da informação arqueológica em suas próprias histórias.

Em contraste, a arqueologia pública (ou seja, arqueologia para e pelo público) é concebida não como um processo unidirecional no qual o sábio arqueólogo aconselha povos ignorantes sobre sua própria história,

⁴² "The notion that truth and knowledge are contingent and multiple undermines the claims of subordinate groups. It disempowers them by alienating them from the reality they experience." (HODDER, 1991).

⁴³ "Critics have instead concentrated on challenging the authoritative role of science, as one aspect of what have been termed 'the science wars'." (DURANT, 1997).

mas como uma co-produção na qual partes interessadas colaboram, aprendem umas com as outras, e conjuntamente (mas não sem conflito) produzem história.” (GNECCO & HERNANDEÉS, 2008)⁴⁴

A vantagem dessa maneira de fazer arqueologia pública é o reconhecimento da importância da ação social. Não importa o quanto arqueólogos tentem, não-arqueólogos irão reapropriar, reinterpretar e renegociar os significados de seus recursos arqueológicos para seus próprios interesses (MERRIMAN, 2004). Seria mais produtivo, portanto, ir a campo com estas proposições em mente para, efetivamente, se pensar na relação arqueólogos e não-arqueólogos, ao invés de impor uma única linha de pensamento, que na maioria dos casos não é sequer considerada. Como diz Ian Hodder:

“abordagens interpretativas pelo menos tentam entender o outro em seus próprios termos ao procurar por critérios de plausibilidade argumentativa internos mais do que externos. Só então encorajam outros grupos a desenvolverem seus próprios significados do passado. Além do mais, abordagens interpretativas incorporam o conceitual, ou seja, o meio pelo qual pessoas constroem sentidos sobre o mundo. (HODDER, 1991).⁴⁵

Porém, o problema dessa forma de se abordar a arqueologia é tangenciar o campo de criações acríicas de conhecimento, sem se perguntar que tipo de orientação política isso envolve.

“No entanto, como argumenta Schadla-Hall é tempo de fazer a distinção entre ‘boas’ e ‘más’ arqueologias públicas, condenando aquelas que

⁴⁴ “Public outreach is becoming ethically mandatory and strategically necessary. Yet, for many archaeologists public outreach is still just a way of sharing results—that is, not a collective and collaborative enterprise but a one-way process by which expert knowledge is communicated to the public. Native peoples are included in this process with the idea that they may eventually find archaeological information useful for their own histories. In contrast, public archaeology (that is, archaeology for and by the public) is conceived not as a normally unidirectional process wherein wise archaeologists advise ignorant people about their own history but as a coproduction in which interested parties collaborate, learn from each other, and jointly (but not without productive conflict) produce history.” (GNECCO & HERNANDEÉS, 2008)

⁴⁵ “Interpretative approaches at least try to understand the other in its own terms in that they look for internal rather than external criteria of plausibility in order to support their arguments. They thus encourage other groups to develop their own senses of past. In addition, interpretative approaches incorporate the conceptual, i.e, the way people made sense of the world.” (HODDER, 1991).

denigrem ou oprimem outros, ao mesmo tempo em que reconhecendo e celebrando a diversidade de outras crenças sobre o passado, e ao mesmo tempo deixando claro que arqueólogos têm fortes argumentos contra a validade de alguns deles.” (MERRIMAN, 2004)⁴⁶

Mesma crítica que Ian Hodder faz quando diz que *“Arqueólogos precisam controlar sua autoridade para dizer que uma interpretação particular não se encaixa nos dados, mas também precisam estar abertos a conflitos e munidos de interesses outros que não seus próprios e entender as implicações sociais do conhecimento que constroem.” (HODDER, 1991).⁴⁷*

Um ponto importante, que vem sendo discutido e reforçado, é a participação ativa do arqueólogo e da arqueologia no que é chamado por Barbara Little e Paul Shackel de *“Civic Engagement”* (LITTLE & SHACKLE, 2007), que seria pensar sobre maneiras efetivas de participar no movimento de renovação cívica, que incluiria criação de comunidades, criação de capital social e participação ativa do cidadão na comunidade. O interesse recai sobre as tentativas de se fazer com que as histórias contadas sejam integralmente inclusivas. Devemos criar uma consciência sobre o passado e conectá-lo com o presente, particularmente com a intenção de usar as histórias arqueológicas como caminhos para a justiça restaurativa. Busca a criação de um passado usável, aberto, civicamente engajado, que chama os cidadãos para participar de debates e decisões sobre preservação e desenvolvimento, mas, mais importante, para apreciar a validade da história de todas as pessoas e se tornarem cientes das raízes históricas e das manifestações para justiça sociais contemporâneas. Pensar em um

⁴⁶ “Nevertheless, as Schadla-Hall argues, it is time to distinguish between ‘good’ and ‘bad’ public archaeologies, condemning those that denigrate or oppress others, while recognizing and celebrating the diversity of other beliefs about the past, while at the same time being clear that archaeologists have strong arguments against the validity of some of them.”(MERRIMAN, 2004).

⁴⁷ “Archaeologists need to retain the authority to be able to say that a particular interpretation does not fit the data, but they also need to be open to dialogue and conflicts with vested interests other than their own and to understand the social implications of the knowledge they construct.”(HODDER, 1991).

passado que saiba dialogar com as necessidades do presente, não somente ficar trancado em preceitos “científicos” e pretensiosamente tidos como “neutros”.

Thomas Ehrlich define Civic Engagement como “... *significa trabalhar para fazer a diferença na vida cívica de nossas comunidades e desenvolver a combinação de conhecimento, habilidades, valores e motivação para fazer essa diferença. Significa promover a qualidade de vida na comunidade, através de ambos os processos, político e não político.*” (LITTLE, 2007)⁴⁸ Quando a arqueologia serve como ferramenta para esse engajamento cívico, a ênfase geralmente não é no sistema político de maneira formal, apesar do fato que isso deva ser envolvido. A definição de *Social Capital* de Barbara Little “*é um termo que descreve boa vontade, companheirismo e interações sociais que contam na vida cotidiana das pessoas que fazem a unidade social.*” (LITTLE, 2007).⁴⁹ Capital social faz nascer confiança, reciprocidade, valores compartilhados e integração entre indivíduos. Mas deve-se estar atento à diferença entre um capital social que é exclusivo e homogeneizador e aquele que é inclusivo e heterogêneo. Solidariedade de grupo muitas vezes é criada ao custo de hostilidade contra “estrangeiros”.

Arqueologia, no trabalho de campo, pode ter quase uma função ritual enquanto liga pessoas fazendo algo estranho. Dessa forma, é uma espécie de arte performática, com resultados além da performance. Nos Estados Unidos, a NPS (*National Park Service*) tenta, a partir de participação do público, manter os parques nacionais relevantes, ao fazê-los centros ativos de democracia e engajamento. Parques e outros lugares históricos podem ser centros para democracia bem como lugares que façam

⁴⁸ “... means working to make a difference in the civic life of our communities and developing the combination of knowledge, skills, values and motivation to make that difference. It means promoting the quality of life in a community, through both political and non-political processes.” (LITTLE, 2007)

⁴⁹ “is a term that describes good will, fellowship, and the social interactions that count in the daily lives of people Who make up a social unit.”(LITTLE, 2007)

peças refletirem sobre identidade e responsabilidade como cidadãos, usando conexões intelectuais e emocionais para criarem uma ligação.

“Engajamento cívico através da história apresenta a porta de entrada para a pesquisa arqueológica e conta histórias que são mais completas e mais precisas. A plenitude da história e cultura de uma nação conecta patrimônio a questões ambientais, sociais e culturais contemporâneas visando ir além uma história empacotada para os interesses de grupos relacionados somente e caminhar rumo uma história mais inclusiva onde experiências são contextualizadas e pessoas possam se relacionar com as vidas e histórias de outros.” (LITTLE, 2007)⁵⁰

Em muitos sítios arqueológicos, arqueólogos podem contribuir com essas oportunidades de responsabilidade cívica através da perspectiva a longo-prazo que arqueologia traz do entendimento do passado. Caryn Musil (2008), educadora americana, resolveu fazer uma tabela para relacionar o tipo de “*civic engagement*” com a prosperidade cívica da comunidade, vejamos:

Fase	Comunidade é:	Esfera de ação Cívica	Níveis de Conhecimento	Benefícios
Exclusiva	Apenas a nossa	Sem engajamento cívico	Um ponto de vantagem (o nosso); monocultural	Poucos e por pouco tempo
Abstração	Um recurso	Distanciamento cívico	Proficiência observacional; amplamente monocultural	Um grupo
Inocência	Um recurso para engajar	Amnésia Cívica	Sem história; sem ponto de vantagem, acultural	Pessoas Aleatórias

⁵⁰ “Civic engagement through history provides the gateway for archaeology to research and tell stories that are more complete and more accurate. The fullness of the nation’s history and culture connects heritage to contemporary environmental, social, and cultural issues in order to move beyond a history packaged to be of interest only to related groups and move toward an inclusive history where experiences is contextualized and people can relate to the lives and histories of others.” (LITTLE, 2007)

Beneficiária	Um recurso que precisa de ajuda	Altruísmo cívico	Consciência de privações; respeito e bondade afetiva; multicultural, mas o seu ainda é o normal	O sentimento do doador e as necessidades imediatas de quem está sofrendo.
Recíproca	Um recurso para dar poder e ganhar poder	Engajamento cívico	Valores de parceria; competências interculturais; democracia; múltiplos pontos de vantagem; multicultural	A sociedade como um todo no presente
Geradora	Um recurso interdependente cheio de possibilidades	Prosperidade cívica	Luta por democracia; interconectividade; competências interculturais; arte da democracia; múltiplos pontos de vantagem interativos; multicultural	Todos, agora e no futuro

Tabela 1(MUSIL, 2008) tradução minha.

Vemos na tabela, seis níveis de meta, com fases de cidadania, níveis de conhecimento, definição de comunidades e benefícios. O nível mais baixo é excludente, onde a comunidade apenas engloba o próprio, o que é único e conhecido, monocultural, com benefícios poucos e temporários. Os dois próximos níveis caracterizam estudantes que têm pensamentos inocentes (no sentido de alienados), sofrendo de uma espécie de amnésia civil. Nos três primeiros níveis, vemos estudantes desconectados e sem conhecimento de uma perspectiva histórica ou qualquer vantagem cultural que não

sejam as deles. Podemos fazer um paralelo para a arqueologia, relacionando essa fase excludente com a famigerada “*ivory tower*” (torre de marfim), onde os arqueólogos não têm interesse no compartilhamento de suas pesquisas ou conhecimento com o público leigo (LITTLE, 2007). Mesmo quando acontece o contato público há pouco benefício e apenas poucos selecionados e curiosos.

Os três níveis seguintes são mais promissores, vê-se uma fase de caridade, onde a comunidade é vista como um recurso que precisa de ajuda e o alvo é um altruísmo cívico. O nível de conhecimento é amplo, apesar do que ainda é uma visão sem alteridade. Na penúltima fase, fase recíproca, a comunidade dá forças e reforça. Benefícios chegam à sociedade como um todo. Procura-se o multiculturalismo, e o conhecimento de que existem desigualdades, tentando-se dar valor à parceria e à democracia. A última fase é a generativa, onde os benefícios extrapolam o presente, sendo a fase mais próspera. Esse já seria um próximo passo para a arqueologia pública, uma vez que permitiria apenas envolver o público com os assuntos arqueológicos, promovendo justiça social.

Depois de discutir a Arqueologia Pública tal como a vejo, e o que, como arqueólogo, devo levar em consideração ao pensar Arqueologia, passo para a análise da relação da criação de sentidos do público que interage com a arqueologia. Isso é fundamental visto que, partindo do pressuposto de que as pessoas escrevem sua própria história, devo atentar ao máximo para as diferentes vozes que fazem parte do mosaico que é a criação do conhecimento arqueológico.

Público e Mídia

“...o significado de arqueologia na sociedade aparenta ser mais vinculado a metáforas e estereótipos que a verdade sobre o passado.” (HOLTORF, 2007)⁵¹

A Arqueologia Pública ao chegar a um público mais amplo, faz com que as pessoas interajam e criem sua própria história, negociando significados, não apenas aceitando um discurso arqueológico de mão única. Quando se considera o público, paramos de pensar nesse público como algo que deve ajudar a arqueologia, e passamos a nos preocupar com o que essas pessoas realmente precisam. Acredito que esse seja o modelo de Arqueologia Pública que deve ser levado adiante.

O significado dado pela arqueologia ao público e à mídia é uma questão que é fruto do mesmo processo de abertura da disciplina arqueológica, o que parece ir ao encontro a um significado mais próximo de uma real arqueologia pública.

“Tendo a concordar com Gavin Lucas (2004:119) que argumenta que no engrandecimento social proporcionado pela arqueologia, talvez seu maior impacto seja na cultura popular. Mais do que em qualquer visão nobre de melhorar um auto-conhecimento através de ‘perspectivas históricas’.” (HOLTORF, 2007)⁵²

Não necessariamente quer dizer que o público liga mais para TV que para história, mas que, para o público, a história se faz em outros espaços.

⁵¹ “...it appears that the meaning of archaeology in society is more to do with metaphors and stereotypes than with truth about the past.” (HOLTORF, 2007)

⁵² “I am inclined to concur with Gavin Lucas (2004:119) who argued that insofar as archaeology enhances people’s lives and society in general, its major impacting might be said to lie in popular culture rather than in any noble vision of improving self-awareness through ‘historical perspectives’.”(HOLTORF, 2007)

Para Holtorf, arqueologia muitas vezes é vista pelas pessoas como uma forma de experienciar a história. Ele diz que, com o desenvolvimento da sociedade, as pessoas passam a procurar esse mercado de experiências, do qual a arqueologia pode fazer parte.

“Visitar um museu arqueológico ou um sítio de escavação pode significar algo acerca de arte antiga ou educação sobre o passado, sobre reconstruções idílicas do passado e reafirmar sentimentos sobre a terra natal, ou sobre tecnologia computacional moderna e busca por tesouros no espírito de Indiana Jones (que provavelmente é o arqueólogo mais conhecido no mundo hoje). Em cada caso, é uma experiência particular no presente que influencia no interesse de pessoas pelo passado. (HOLTORF, 2007).⁵³

O que pode ser mais seguro e familiar e, ao mesmo tempo, aventureiro e exótico do que uma visita a uma escavação arqueológica, onde arqueólogos, como Holtorf coloca, os “cowboys da ciência”, nos contam sobre a vida das pessoas no passado?

A indústria da experiência está essencialmente contando fantasias e vendendo sonhos ao invés de produtos. Essas experiências são mais do que entretenimento e são primeiramente sobre engajar pessoas de maneira sensual, cognitiva, social, cultural e emocional. (HOLTORF, 2007).

Está claro que arqueologia não é mais um assunto que deva, e que fique escondido numa parcela pequena da sociedade. Arqueologia hoje é um tema popular, e aparece de diversas maneiras e formatos na cultura popular. Nos Estados Unidos já se fala de um pós-*public archaeology*, que seria *Recreation Archaeology* (LITTLE & SHACKLE 2007), maximizando um apelo ao público ao tratar arqueologia como recreação. De fato, o sentido da arqueologia para o público passa por metáforas e

⁵³ “Visiting an archaeological museum or excavation site can be about ancient art and education about the past, about idyllic reconstruction of past daily life and re-assurance about one’s home village, or about modern computer technology and quests for treasure in the spirit of Indiana Jones who is probably the best know archaeologist in the world today. In each case, it is a particular experience in the present that accounts for peoples interest in the past.” (HOLTORF, 2007).

estereótipos. Muitas vezes, membros da sociedade contemporânea não querem somente aumentar seu conhecimento, educação, informação ou estímulo intelectual. Querem entretenimento. Arqueólogos precisam entender essas mudanças da sociedade, e compreender isso que quase todos acham irresistível na arqueologia. Não apenas servir à cultura de massa, mas também criticá-la. Também precisam se perguntar até onde vai o papel de profissional e onde entra o apelo público por outras formas de se ver arqueologia. Ao se verem representados no domínio público, arqueólogos começam a repensar o campo em que atuam e o interesse em suas representações populares.

“A arqueologia dos dias de hoje requerem novas habilidades, novas sensibilidades para comunicar-se efetivamente com a audiência... Estamos lamentavelmente despreparados para o desafio de uma arqueologia inteiramente nova. A cultura acadêmica está se tornando cada vez mais irrelevante para muito do que arqueólogos na contemporaneidade fazem. No entanto, persistimos em treinar predominantemente arqueólogos acadêmicos.” (FAGAN, 2002).⁵⁴

O que Brian Fagan quer dizer é que, mesmo com as enormes mudanças que ocorreram nas últimas décadas, nós ainda pensamos em arqueologia quase que exclusivamente de forma acadêmica. Apesar da demanda ter crescido tanto, ainda nos contentamos em formar arqueólogos puramente acadêmicos, que devem aprender na prática o que é interagir com o público.

A questão não é bem como arqueólogos vão fazer aquelas pessoas, que conhecem e gostam de Heinrich Schliemann, Indiana Jones e Lara Croft, mais interessadas na visão acadêmica de arqueologia. A questão, na verdade, é o que esses personagens populares podem dizer aos arqueólogos sobre temas populares e interesses

⁵⁴ “Today’s archaeology requires news skills, new sensitivities for communicating effectively with the wider audience... We are woefully unprepared for the challenges of an entirely new kind of archaeology. The academic culture is becoming increasingly irrelevant to much of what contemporary archaeologists do. Yet we persist in training predominantly academic archaeologists.” (FAGAN, 2002).

das pessoas. A problemática aqui colocada não é a falta de compreensão científica do público, e sim a falta de entendimento público por parte de muitos arqueólogos.

Para que as histórias que os arqueólogos contam tenham maior relevância para o público, elas devem ser mostradas como algo além do que arqueólogos pensam sobre o que deve ser arqueologia. Isso quer dizer que poucas pessoas estão interessadas em arqueologia da mesma forma que arqueólogos se interessam por ela.

Um exemplo dessa visão diferente que as pessoas têm é o centro Jorvik, em York, Reino Unido, considerado um museu pelas pessoas, mas passado a elas pelos acadêmicos como uma experiência viking. Não é preciso ser Indiana Jones para se ter entretenimento arqueológico. Ao deixar as pessoas observarem as escavações vendendo *souvenirs*, dá-se a elas um pouco do que querem, enquanto subsidiam, ainda, um ambicioso programa de arqueologia urbana. Voltarei a falar mais a frente sobre esse ponto.

A representação social do arqueólogo na mídia não é um tema corrente no Brasil, assim como tampouco é o da arqueologia pública que somente nos últimos cinco anos tem aparecido como viés de crítica à postura social da disciplina no Brasil (FUNARI, 2007; FUNARI & CARVALHO, 2005; FUNARI & ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008). Seguindo o interesse pelo redirecionamento das práticas nacionais, que me levou a refletir sobre arqueologia pública, fui atrás de algumas idéias sobre a representação do arqueólogo e da arqueologia na mídia (televisiva em especial), sendo um dos campos interativos de maior alcance internacional. Apoiando-se principalmente no trabalho de Cornelius Holtorf, “*Archaeology is a Brand! The meaning of archaeology in contemporary popular culture*” (Arqueologia como marca! O

significado da arqueologia na cultura popular, HOLTORF, 2007), podemos ter uma idéia das muitas percepções que o público tem do universo arqueológico.

Arqueologia na TV alemã é passada de uma forma mais científica, com o famoso programa *C14- Advances into the past: Archaeological Discoveries in Germany* (C14- Avanços ao passado: descobertas arqueológicas na Alemanha) . Em cada episódio de trinta minutos, diversos relatórios de projetos são apresentados. O programa acaba juntando uma arqueologia tecnológica com a estereotipada, misturando ciência com lugares exóticos, aventureiros e descobertas espetaculares.

Na Suécia, temos um modelo parecido, misturando tecnologia e aventura, usando fotos de satélites, infra-vermelho, geo-radar. O programa se chamava *Göran Burenhult exotic explorations*, e foi ao ar de meados dos anos de 1980 até começo de 1990. Junto disso, suas investigações envolviam *Land Rovers*, vôos de helicópteros, assim como cruzeiros em seu iate. Seu foco são as “pessoas primitivas”. Sob o rótulo de etnoarqueologia, o *Göran Burenhult exotic explorations* trouxe de volta à vida a Suécia primitiva.

Um caso emblemático de popularização da arqueologia aconteceu com o programa britânico *Time Team*. O programa chegou a liderar muitas vezes a audiência, ficando a frente de programas como *Big Brother*. O programa consiste em uma exibição de uma hora, em que é mostrada a escavação de um sítio por três ou quatro dias. O que intriga os espectadores é o fato de aparecer arqueólogos descobrindo algum mistério escondido através de pistas, geralmente com a ajuda da ciência. Outra razão do sucesso é o apresentador Tony Robinson, que consegue contar de forma muito entusiasmada, sem parecer forçado, o processo de escavação. Muitos sítios arqueológicos britânicos agora têm faixas com os dizeres “*as seen on Time Team*” (como visto no Time Team),

criando um círculo regional. A televisão mostra arqueologia, que leva gente à arqueologia, que é mostrada na televisão. (HOLTORF,2007).



Grupo de arqueólogos de TimeTeam com o apresentador Tony Robinson ao meio. Tirado de:

<http://www.channel4.com/history/microsites/T/timeteam/>, acessado em 20/03/2010.

Esses três exemplos partilham de algumas características que podem apontar seu sucesso de público. Mostram um retrato da arqueologia sobre aventura e descoberta, exploração de lugares exóticos levados por detetives escavadores. Mostram arqueólogos em ação.

Mas, de fato, o que as pessoas pensam quando escutam a palavra arqueologia? A resposta mais comum gira sempre em torno de fazer buracos, algo que envolva cavar. O passado em si, como história ou cultura antiga geralmente é pouco lembrado. Muitas vezes até dinossauros são envolvidos com os temas arqueológicos.

Diversas pesquisas mostram as associações mais populares com arqueologia, como o trabalho de Holtorf (2007):

Pesquisa	Mais comum	Segundo mais comum	Terceiro mais comum
Ramos and Duganne 2002	Cavar (22%)	História, patrimônio, antiguidade (12%)	Cavar artefatos/coisas/objetos do passado (11%)

Pokotylo 2002	Escavar/cavar (39%)	Sítios/Ruínas/Artefatos (29%)	Ossos de dinossauros/ Fósseis (21%)
Pokotylo and Guppy 1999	Estudo do passado usando métodos e fontes arqueológicas (21%)	Estudo do passado, sociedades antigas, civilizações (20%)	Escavações (17%)
Mackinney 1994a	Cavar (32%)	Passado (28%)	Civilizações/Culturas antigas (24%)
Högberg 2004	Escavação / ferramentas de escavação (26%)	Encontrar artefatos antigos (16%)	Investigar (9%) Culturas Antigas (9%)
Merriman 1991	O passado (62%)	Objetos ou ruínas (53%)	Cavar (45%)

Tabela 2 (HOLTORF, 2007) Tradução minha

A esse respeito, o caso apresentado por Merriman (2004) é um tanto quanto curioso. Neste trabalho o autor chega à conclusão de que, mesmo tendo explicações arqueológicas sobre Stonehenge ou as pirâmides do Egito, as pessoas ainda gostam de pensar em alienígenas ou providência divina, simplesmente por ser uma explicação exótica e mais excitante. As pessoas gostam de construir passados não racionais e não materialistas.

“Eles querem aventurar-se além de explicações utilitárias e explorar o potencial interpretativo do imaginário cognitivo que objetos e informação arqueológica podem inspirar. Eles percebem o valor e poder da expressão artística ao auxiliar na transmissão de informação arqueológica para o público. Arqueólogos estão cada vez mais preocupados em como o passado é apresentado, e consumido, por não-especialistas. Eles querem examinar novas maneiras de comunicar informação arqueológica em vias educacionais como parques nacionais, museus, literatura popular, filme e

televisão, música e vários outros formatos de multimídia.” (JAMESON, 2004).⁵⁵

São poucas as produções cinematográficas brasileiras envolvendo a arqueologia. Muitas vezes apenas filmagens de projetos em andamento, que não passam de relatórios videografados, não instigam muito a imaginação do público brasileiro com a arqueologia. Um dos vídeos que destoa dessa produção de baixa qualidade é o documentário *O Ateliê de Luzia – Arte Rupestre no Brasil*, direção de Marcos Jorge, feito em 2003, cujo conteúdo mostra diversas visões sobre arte rupestre no Brasil, através de seus principais interlocutores. Apesar de ainda não ter uma exposição muito grande, sendo até difícil encontrar informações sobre o vídeo na internet, o documentário traz informações consideradas escassas ao público brasileiro pela maior parte dos arqueólogos. Embora a impressão que fique, mesmo tendo sido feita uma forma diferente de exposição das idéias, é aquela forma de enxergar que o problema está na falta de conhecimento do público que não sabe sobre a arqueologia, e não a falta de entendimento do arqueólogo com o público.

⁵⁵ “They want to venture beyond utilitarian explanations and explore the interpretative potential of cognitive imagery that archaeological information and objects can inspire. They realize the value and power of artistic expression in helping to convey archaeological information to the public. Archaeologists are increasingly concerned with how the past is presented to, and consumed by, non-specialists. They want to examine new ways of communicating archaeological information in educational venues such as national parks, museums, popular literature, film and television, music, and various multimedia formats.” (JAMESON, 2004).



Cenas do filme *Ateliê de Luzia – Arte Rupestre no Brasil*.

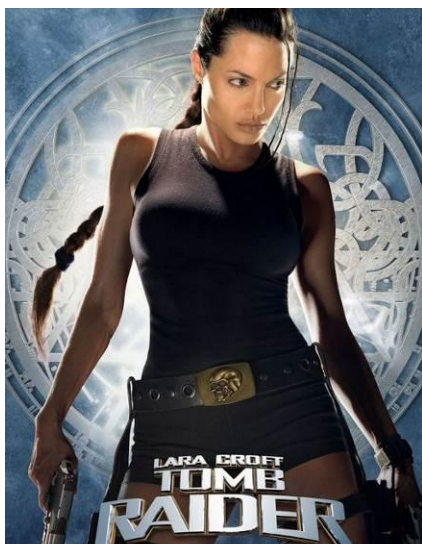
Para Holtorf (2007), a associação que a cultura popular faz com a arqueologia pode ser dividida em quatro categorias principais: “o arqueólogo como aventureiro; o arqueólogo como detetive; o arqueólogo fazendo revelações profundas; e o arqueólogo tomando conta de sítios e descobertas antigas.” (HOLTORF, 2007)⁵⁶

⁵⁶ “the archaeologist as adventurer; the archaeologist as detective; the archaeologist making profound revelations; and the archaeologist taking care of ancient sites and finds.” (HOLTORF, 2007)

Exemplos claros de arqueólogo como aventureiro são Lara Croft e Indiana Jones. Lara Croft é uma criação para videogames, da série *Tomb Raider*, na qual a arqueóloga viaja o mundo enfrentando bandidos que estão atrás de relíquias. Apesar de feminina, a personagem tem características masculinas para enfrentar as durezas da vida de um arqueólogo. Indiana Jones tem um perfil parecido com o de Lara Croft quando está “em campo”, porém, ele



Retirado de: <http://www.indianaiones.com/site/index.html>



Retirado de:
<http://www.imdb.com/media/rm6>
sair do escritório.

trabalha como professor de uma universidade. Quando está dando aulas, traja uma vestimenta clássica, colete de linho e óculos de grau. Conhecedor de história antiga e especialista em ciências ocultas, sua bagagem intelectual lhe dá o poder de, quando deixa de ser professor, virar arqueólogo, surgindo a face complementar de Jones. Chicote, chapéu, cabelo no peito e coragem no rosto, é o que Indiana passa para as pessoas quando precisa

Apesar dos exageros, do estereótipo, muitos arqueólogos também sentem que as descobertas espetaculares, e os prazeres do trabalho de campo são o núcleo da disciplina. Podemos até dizer que, pelo prazer da aventura, temos um pouco de Indiana Jones em cada arqueólogo. O outro tipo de arqueólogo, o tipo detetive, faz parte das características clássicas do grupo que resolve mistérios arqueológicos, junto do aventureiro.

FOLHA ONLINE
www.folha.com.br
Domingo, 20 de setembro de 2009

Notícias | Especial | Serviço | Galeria | Erramos | Colunas | Fale conosco | Atendimento ao assinante | Grupo Folha | Assine Folha | O que é 15

Em cima da hora | Ambiente | Bichos | Brasil | Ciência e Saúde | Comida | Cotidiano | Dinheiro | Educação | Equilíbrio | Esporte | Ilustrada | Informática | Mundo | Tur

ilustrada PUBLICIDADE

Comunicar erros | Enviar por e-mail | Imprimir

09/02/2009 - 09h21
History Channel mostra arqueólogos aventureiros
da Folha de S.Paulo

A rotina dos arqueólogos pode soar coisa monótona, mas Indiana Jones está aí para provar o contrário. É esse lado aventureiro da arqueologia que o programa "Os Verdadeiros Caçadores de Tumbas" traz ao espectador hoje à noite, com uma "série de situações perigosas e desafiantes", segundo o canal The History Channel.

O especial apresenta o arqueólogo egípcio Zahi Hawass, que desvia de valas de um templo cheio de armadilhas, o americano Arthur Demarest, que briga com saqueadores no meio da selva em Cancuen, e um especialista australiano que acaba sequestrado em Chiapas.

Roy Chapman Andrews, que influenciou a criação de Indiana Jones, também ganha destaque no programa.

busca
Folha Online | Folha de S.Paulo
Buscar

+Nidas +curiosas +envia

1. "Distrito 9" mistura ficção científica com 'fave movie' na África do Sul
2. Mônica Bergamo: O que as famosas exigem fazer capas de revista
3. Novela "Guiding Light" sai do ar nos Estados Unidos após 72 anos
4. Com gravidez aparente, Gisele torna-se embaixadora da ONU
5. Victoria Beckham diz que seus filhos terão que trabalhar

folhashop PUBLIC

Notícias em jornais mostram a vida do arqueólogo aventureiro. Esse tipo de notícia acaba cativando o público que busca na arqueologia e nas notícias uma forma de entretenimentos e conhecimentos emocionantes. Em : <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u500943.shtml>, acessado em 11/01/2010.

Esse recorrente consumo de filmes, imagens, notícias que retratam a figura do arqueólogo desencadeia uma grande expectativa de ambas as partes (do público e do arqueólogo) por uma maior descoberta e produção de novos dados, de novas revelações surpreendentes. O último modelo, que já foi citado, é o do arqueólogo como polícia patrimonial: ele está lá para garantir que o passado não será violado.

The screenshot shows the G1 website interface. At the top, there are navigation tabs for 'notícias', 'esportes', 'entretenimento', and 'vídeos'. A search bar is present with the text 'no g1'. The main content area features a large red 'G1' logo and the article title 'Missão arqueológica faz novas descobertas sobre tumba de Cleópatra'. The article text begins with 'Cairo, 15 abr (EFE) - Uma missão arqueológica egípcia e dominicana afirmou ter descoberto novas provas que confirmam a presença da tumba de Cleópatra e Marco Antonio nas proximidades de Alexandria...'. The sidebar on the left contains a list of 'editorias' such as 'Primeira Página', 'Blogs e Colunas', 'Brasil', 'Carros', 'Ciência e Saúde', 'Cinema', 'Concursos e Emprego', 'Economia e Negócios', 'Esporte', 'Mundo', and 'Música'. On the right, there are widgets for 'publicidade', 'ACORDO ORTOGRÁFICO', and 'plantão'.

Descobertas que mudariam a história do famoso ícone histórico Cleópatra. Revelações através da arqueologia. Em: <http://g1.globo.com/Noticias/Ciencia/0,,MUL924283-5603,00.shtml>, acessado em 20/09/2009.

Há uma característica que todos esses temas partilham: nenhum leva o passado em particular a sério. Claro que existem programas de arqueologia que não veiculam esses estereótipos, mas em sua maioria, o arqueólogo é retratado não em relação a sua real habilidade em pensar no que aconteceu no passado. São mostradas, ao contrário, as qualidades específicas e estereotipadas da rotina do arqueólogo, que pode ser o personagem aventureiro do trabalho de campo e no trabalho de investigação, dignos de detetives, desvendadores de importantes descobertas e solucionadores de mistérios históricos. Fascina a possibilidade de, decisivamente, obter novas revelações que possam alterar o significado das histórias, e as obrigações do profissional que tem que lidar com o patrimônio como um recurso não renovável.

“É como se qualquer informação histórica específica ou interpretações só fizessem sentido se contribuíssem para algum desses temas, fazendo a aventura mais aventureira, o mistério mais (ou menos) misterioso, a

revelação mais provável (ou pertinente), ou a proteção mais urgent.”
(HOLTORF, 2007).⁵⁷

Ao analisar a representação da mídia e do público da arqueologia, deixei de fora nesse capítulo, propositadamente os museus, por considerar que esses são de extrema importância para o estudo de Arqueologia Pública, merecendo um capítulo próprio. Como a relação da arqueologia com o público, em seus primórdios, passa pela criação dos museus, achei interessante uma análise um pouco mais aprofundada, trazendo para a discussão o que vimos até agora: as correntes teóricas e a forma como elas produzem as narrativas, agora dentro das instituições conhecidas como museus. Os museus foram e são links entre os arqueólogos e o público. Neles, as pessoas têm em sua frente objetos (às vezes, somente para olhar e, às vezes, para interatuar). Todos, de alguma forma, partem do desenvolvimento da Arqueologia Pública.

⁵⁷ “It is as if any specific historical information or indeed interpretation has only meaning in so far as it contributes to any of these themes, making the adventure more adventurous, the mystery more (or less) mysterious, the revelation more likely (or pertinent), or the protection more urgent.” (HOLTORF, 2007).

O que acontece por lá: Arqueologia Pública fora do Brasil

Quando coloco a expressão “por lá” quero dizer tudo o que acontece fora do Brasil, e tento trazer para o leitor o que de mais original tem sido feito nessa relação do arqueólogo com o público. Listo, também, exemplos de pesquisas e exposições de museus ingleses e americanos, para que possamos pensar na relação que temos com a instituição museu e o público no Brasil.

Pesquisa feita pela *Society of American Archaeology* mostra que 88% das pessoas tiveram contato com arqueologia através dos museus. No Reino Unido, mais pessoas vão a museus e exposições do que assistem qualquer tipo de esporte (MERRIMAN, 2004). Ou seja, é um ambiente que tem sua força com o público.

“Museus são mídias poderosas pois eles lidam com o material no qual descansam as reivindicações pela identidade e verdade. Sua concreteness, sua posse da ‘evidencia, seu status oficial e sua associação com pesquisa, dão aos museus maior autoridade e reivindicações à verdade que qualquer outra mídia de representação. É isso que tem feito museus importantes símbolos na luta para afirmar identidades nacionais e regionais, ou suprimir reivindicações de outros. Assim, em muitas partes do mundo, museus foram frequentemente criados diretamente do desejo de promover novas identidades em estados emergentes (LEWIS, 1992) e, de modo mais amplo, produzir uma sociedade civil ordenada e auto-regulada que se voltou contra as tentações das casas de gin e aprendeu a satisfazer-se com seu lugar na ordem social.” (MERRIMAN, 2004).⁵⁸

⁵⁸ “Museums are powerful media representation because they deal with the very material on which claims to identity and truth rest. Their concreteness, their possession of the ‘evidence1, their official status and their association with scholarship, give museums greater authority and claims to truth than many other media of representation. It is this which has made museums important symbols in the struggle to assert national or regional identity claims or to suppress the claims of others. Thus, in many parts of the world, museums were often directly out of a desire to promote new identities in emergent states (LEWIS, 1992) and more generally to produce an ordered, self-regulating civil society which turned away from

Vale voltar a lembrar aqui a ligação que os museus tiveram com a criação dos estados-nação, onde os museus e a arqueologia usavam as fronteiras atuais para fazer associações com os estados modernos, legitimando-os através disso.

Porém, hoje em dia, a intenção inicial dos fundadores dos museus de disseminar uma visão que se torne consensual pela população foi subvertida e, hoje, muitos museus já se colocam de outra forma, através das diversas leituras que os visitantes desses museus fazem e também através do fato de que muitos grupos da sociedade simplesmente não visitam museus. Como resultado, muitas vezes o efeito dos museus tem sido de unir a história de grupos socialmente abastados e educados numa cultura comum, excluindo, dessa forma, outros.

Museus voltados para arqueologia geralmente tem sua gerência voltada para uma audiência passiva. O treinamento de curadores de museus arqueológicos é em arqueologia, não em comunicação, e museus de arqueologia parecem criados para validar trabalhos dentro do círculo arqueológico, e não para receber um público não-especialista. (PIÑON, 2008)

Merriman (2004) indica que, na verdade, as coleções arqueológicas acabam nem sendo usadas pelos próprios arqueólogos, e que estamos entrando numa espécie de crise de curadoria (*curation crisis*). Roger Peers coloca esse problema nos museus quanto ao recebimento de material de escavações: quanto mais renomado o arqueólogo, pior etiquetados são os achados, o que acaba dificultando muito o trabalho, demonstrando a falta de comprometimento do arqueólogo com o museu e piorando essa “crise” (PEERS, 1999).

temptations of the gin-house and learned to be satisfied with its place in the social order.” (MERRIMAN, 2004).

Apesar da visita a museus estar cada vez crescendo mais, ainda há a crítica pela interpretação de passados confortáveis e nostálgicos, mostrando a vida das classes dominantes. Shanks e Tilley afirmam que museus – como o museu de Londres – “suprimindo contradição, ajustando o passado como uma reflexão da aparência do presente” (SHANKS & TILLEY, 1987^a),⁵⁹ legitimam relações sociais contemporâneas. A saída para isso é tornar o museu um lugar mais reflexivo, mais inserido na comunidade, trabalhando em conjunto com interesses de diversos grupos, representando diferentes vozes em suas exposições.

Muitos bons exemplos vêm principalmente dos Estados Unidos, sobre uma arqueologia sustentável (usando uma palavra da moda), quer dizer, onde o público possa usufruir, ter um ganho cultural sem que as pessoas, através dos impostos, tenham que pagar toda a conta. Desde 1992, o *National Heritage Education Program* tem um projeto arqueológico que ensina estudantes por todo o país oferecendo conhecimentos fundamentais relacionados à arqueologia, acrescentando exercícios escolares com atividades arqueológicas. A meta do programa é educar essas crianças e ensiná-las a valorizar e proteger o legado cultural. O enfoque dado ao programa, no entanto, tem uma característica processualista. Ao tentarem misturar disciplinas escolares como matemática, física, química com a arqueologia, buscou-se paradigmas da arqueologia científica. Trata-se de forma objetiva o jeito de se lidar com arqueologia, dando pouco espaço para interpretação das crianças. O lado bom é que o interesse pela arqueologia é impulsionado pelas saídas da sala de aula, o que faz com que o interesse pelo patrimônio arqueológico seja valorizado.

⁵⁹ “suppressing contradiction, fixing the past as a reflection of the appearance of the present” (SHANKS & TILLEY, 1987).

Outro exemplo digno de nota é o de Colonial Williamsburg, que passou dos oitenta anos de funcionamento, e que, atualmente, tem transmissão via internet das escavações feitas nos sítios arqueológicos da região. Colonial Williamsburg é uma espécie de museu vivo, onde uma cidade colonial americana é encenada vinte e quatro horas por dia, podendo os visitantes se hospedarem no local e “vivenciarem” a história como “de fato foi”.

“A Fundação Colonial Williamsburg opera em Williamsburg (Virginia) o maior museu histórico vivo do mundo – A restaurada capital do século XVIII do maior, mais rico e populoso posto do império britânico no Novo Mundo. Aqui, interpretamos as origens da ideia de América, concebida décadas antes da Revolução Americana. A história de Williamsburg colonial relata como uma cidade revolucionária, com povos diversos, possuindo diferentes (e muitas vezes conflituosas) ambições, evoluiu rumo a uma sociedade que valorizava a liberdade e igualdade. Americanos estimam esses valores como um direito nato, mesmo que muitas vezes essas promessas permaneçam irrealizadas.

Dentro dos 301 acres da Área Histórica da Williamsburg Colonial, estão centenas de edifícios restaurados, reconstruídos e historicamente equipados. Intérpretes fantasiados contam a história de homens e mulheres da cidade do século XVIII – negros, brancos e nativos americanos, escravos, aprendizes, e livres – e os desafios que enfrentaram. E nesse lugar histórico, ajudamos o futuro a aprender com o passado.” (Retirado de <http://www.history.org/foundation/mission.cfm> , acessado em 12/03/2010)⁶⁰

⁶⁰ “The Colonial Williamsburg Foundation operates the world’s largest living history museum in Williamsburg, Virginia—the restored 18th-century capital of Britain’s largest, wealthiest, and most populous outpost of empire in the New World. Here we interpret the origins of the idea of America, conceived decades before the American Revolution. The Colonial Williamsburg story of a revolutionary city tells how diverse peoples, having different and sometimes conflicting ambitions, evolved into a society that valued liberty and equality. Americans cherish these values as a birthright, even when their promise remains unfulfilled.

In Colonial Williamsburg’s 301-acre Historic Area stand hundreds of restored, reconstructed, and historically furnished buildings. Costumed interpreters tell the stories of the men and women of the 18th-century city—black, white, and native American, slave, indentured, and free—and the challenges they faced. In this historic place, we help the future learn from the past.”(Retirado de <http://www.history.org/foundation/mission.cfm> , acessado em 12/03/2010)



Imagens mostram o cotidiano das pessoas na Williamsburg colonial, foto tirada de <http://www.history.org/>, acessado em 15/10/2009.

Apesar de contemplar visualmente essa diversidade étnica e racial, o que vemos é uma história da elite, contada pelos brancos. Quando negros passam a marcar presença, essa narrativa lembra muito a forma como esses mesmos negros foram retratados em “E o Vento Levou”, filme de 1939 com Clark Gable e Vivien Leigh. Tendo como cenário de fundo a guerra de Secessão, o filme mostra uma visão idealizada da sociedade branca do velho sul dos Estados Unidos da América. Os senhores de escravos são mostrados como protetores benevolentes, e os escravos, descontentes com a escravidão – porém vivendo felizes, como se nada pudessem fazer para mudar sua história. Ainda a necessidade de se mostrar a grandiosidade do local, e a sua importância para a construção dos Estados Unidos atual, acaba relegando ao segundo plano as outras histórias.



Atores vestem modelos históricos na Williamsburg colonial, acessado <http://www.history.org/>, em 15/10/2009.

Com base nas observações acima, considero que o museu vivo Colonial Williamsburg atrai um tipo de público pouco participativo, que vivencia um teatro, não a própria história. Vemos festivais e figuras importantes retratadas nos personagens da instituição, porém não há muito espaço para as pessoas comuns que, quando aparecem, são retratadas a partir de um ponto de vista elitista, contentes com a forma como o mundo lhes é entregue. Com os temas predominantemente elitistas, é difícil imaginar que o tipo de público que será contemplado numa visita ao Colonial Williamsburg não seja o de descendentes de colonos que “criaram” os Estados Unidos. Não vemos a interação desses “pais” da nação com indígenas, além do que, negros são mostrados como coadjuvantes passivos diante da “proeminente” história dos colonizadores. Ponto

de vista esse expresso também por Bograd e Singleton (Bograd e Singleton 1997, citado em FERREIRA, 2010) que dizem que esses museus criam imagens

“...devotadas à glorificação da memória dos “Pais da Nação”, especialmente de Washington e Jefferson. Os escravos, nas exposições a que ocorrem milhares de cidadãos americanos e turistas de todo o mundo, são sempre sotopostos na subalternidade. As exposições sacramentam ainda, especialmente em Williamsburg, que as condições de vida dos escravos não eram, afinal, tão ruins: cenários apresentam escravos trabalhando com bonomia, utilizando rodas de fiar e cercados de conforto, dispendo de mobiliário, porcelana chinesa e cobertores...Os autores concluem que a escravidão é interpretada negligentemente nesses museus simplesmente porque não se quer anuviar a memória dos heróis nacionais, maculando-a com as manchas do sistema escravista (Bograd e Singleton 1997:203).”

Um caso interessante de acessibilidade é o Museu Arqueológico Alexandria, de Virgínia, EUA. O diferencial deles foi fazer um acesso completo através de um website, tanto às coleções, como a trabalhos de campo, visitas virtuais, entrevistas, câmeras ao vivo, programas educacionais e aulas de metodologia arqueológica. Também há um programa voltado para crianças com escavações de verão, dias de escavações pública, entre outras atividades. Na página infantil, há conteúdo para download, onde as crianças podem fazer atividades relacionadas à arqueologia e onde até um cupom que pode ser impresso, dando desconto para uma visita ao museu (incentivando ir além do *site*). Há um espaço para os bastidores do museu – mostrando seu funcionamento – e informações que regulam o funcionamento do museu. Ou seja, o museu é um livro aberto para qualquer um que tenha acesso à internet. Talvez, a única crítica a essa idéia, seja a exclusão de pessoas que não acessam a internet. O museu virtual, portanto, acaba não contemplando todas as camadas da sociedade.



Site do Alexandria Archaeology Museum, <http://oha.alexandriava.gov/archaeology/> , acessado em 20/04/2010.

Paradoxalmente, o uso da internet e do conteúdo digital e, ainda, o acesso ao museu através do mundo virtual, pode acabar afastando as pessoas dos objetos reais, ao induzir a atenção apenas à reprodução digital dos objetos. “...*não está claro se a mídia digital de fato proporciona mais ‘acesso’ à coleções que livros com fotos.*” (MERRIMAN, 2004)⁶¹ Apesar de não incluir pessoas de baixa renda ou que não estão acostumadas com o fato de se precisar de internet para acessar o conteúdo do site, vemos uma estratégia diferente de relacionamento com as pessoas, que são ativas na construção do conhecimento do museu. As pessoas interagem o tempo todo com os funcionários do museu, podendo colocar seu ponto de vista, sua história, assim como tentar entender múltiplas visões da história através de exercícios feitos por arqueólogos.

Outra idéia de sucesso entre museus no mundo europeu é o *Jorvik Viking Centre*, na cidade de York, Reino Unido, criado em 1984. Na mesma concepção de museu vivo do *Colonial Williamsburg*, o centro *Jorvik* pretende prender a atenção do

⁶¹ “...it is not clear whether digital media really provide any more ‘access’ to collections than photographs in books.”(MERRIMAN, 2004).

público através da vivência do mundo viking. Além dessa experiência histórica de caminhar por uma vila temática, temos uma experiência contemporânea que são as escavações feitas. É possível participar de escavações dentro do centro da cidade através de um credenciamento prévio. Com eventos que relembram grandes datas, até a vivência e convivências das pessoas comuns, é possível “sentir como era ser um viking” (propaganda do website). Esse tipo de museu vivo, onde as pessoas interagem com a história, tem sido prova de sucesso. O *Jorvik Centre* é a atração com maior número de visitantes em todo o Reino Unido, excluindo-se a cidade de Londres.



Website do Jorvik Viking centre. Em: <http://www.jorvik-viking-centre.co.uk/>, acessado em 27/03/2010.

A idéia inicial desse centro foi de trazer pessoas que geralmente não gostariam de ir ao museu pelas formas que ele possui. Através de atores participando da exposição da vida viking e da sensação de estar em um ambiente aberto, o visitante não se sente preso dentro de quatro paredes, induzido a olhar materiais de forma unilateral.

AN ARCHAEOLOGICAL ADVENTURE



Book Tickets Online
Click here to buy tickets to DIG online

Prices & Opening Times

DISCOVER DIG!

Owned by the same archaeologists who discovered the Viking-Age City and created JORVIK Viking Centre, DIG offers you a unique archaeological adventure to get you on your way to becoming a real archaeologist. This is a one of a kind! So...

DIG IT! SHAKE IT! SEE IT! FEEL IT! FIND IT!

"One of the best family days out. No other experience gets you as close to the excitement of archaeological discovery.." Dan Snow, The One Show, BBC One

Grab your trowel and uncover York's 2000 year old history



Propagandas no site do Jorvik Centre convidam crianças a se inscreverem nas aventuras arqueológicas da escavação. Imagem presente em <http://www.digyork.com/> acessado em 20/04/2010.

Não estando preso àquela instituição, que é o museu dentro de um prédio, com exposições cronológicas dispostas de forma a catalogar culturas, o *Jorvik Viking Centre* consegue tirar sensações diferentes de seus frequentadores ao adicionar a vivência, o entusiasmo da descoberta através de escavações abertas ao público e o sentimento de pertencer de alguma forma a essa cultura viking. Ao ver experiências como essa, tenho a impressão de que, através de atividades originais, as pessoas podem aprender de forma diferente. Quando as pessoas passam por um modelo desses de exposição, têm uma idéia melhor não só da cultura viking e da cidade de York, mas também da prática arqueológica, da forma como se dá o tratamento de material, e como se forma o pensamento arqueológico. Há, também, uma forma diferente de conscientização de proteção e resgate de monumentos e sítios arqueológicos.

Uma idéia interessante, para levar o museu a lugares que as pessoas não possam visitá-lo, foi a volta de uma prática que data do século XIX, pouco utilizada, que o Museu de Londres chamou de “caixa arqueológica”. Qualquer pessoa cadastrada pode retirar a caixa arqueológica, que contém materiais e réplicas, notas para professores usarem em explicações e vídeos sobre o material. Dessa maneira, cada escola teria seu próprio mini-museu, possibilitando ainda que as crianças tivessem contato direto com alguns tipos de peças. Outro exemplo que segue uma idéia parecida é o museu de Worcestershire, da Inglaterra, que, para tentar incluir os grupos que se sentiam excluídos dos museus, criou um museu itinerante, que viaja pelas vilas pobres da região (MERRIMAN, 2004).

Um método que vem dando certo para o desenvolvimento de novas maneiras de lidar com as coleções arqueológicas é o estímulo da criatividade e imaginação na forma como essas coleções podem ser usadas. Podemos ver o museu arqueológico como um museu de arte, no qual a coleção arqueológica é a obra de arte e que pode ter sua ordem subvertida através da arte. O *Society of Museum Archaeologists*, do Reino Unido, fez um projeto chamado *The Art of Archaeology*, que encoraja o uso criativo de coleções arqueológicas. O visitante pode admirar a riqueza das coleções, pode ter uma resposta emotiva com o objeto, mesmo sem conhecer nenhum contexto histórico ou interpretação do objeto em si. Para Merriman, isso pode ser um problema:

“Essa parcialidade de abordagem pode significar que o medo pós-moderno de que o passado se torne um brinquedo, desprovido de qualquer significado que não seja o de um produto a ser consumido pelo visitante (e.g. Walsh, 1992: 113-5), pode vir a se realizar. Maior acesso pode de fato ser fornecido por tais iniciativas, mas acesso a que? O desafio agora deve ser para arqueólogos de museus não somente ampliarem o perfil demográfico

de suas audiências, mas também de ampliar suas mentes.” (MERRIMAN, 2004).⁶²

Na exposição acima, portanto, procurei contemplar as diversas ações em Arqueologia Pública que vem acontecendo pelo mundo. Considero importante pontuá-las para que seja feita uma reflexão sobre o que vem sendo feito no Brasil. Desde exemplos que considero bem-sucedidos como também exemplos que são apenas sucessos midiáticos e que continuam perpetuando um discurso excludente. Devemos ficar atentos aos diferentes tipos de instituição, já que, por exemplo, o *Jorvik Centre* assim como o *Colonial Williamsburg* são instituições privadas, preocupadas também com a rentabilidade do empreendimento. Dessa forma, temos exemplos tanto de instituições públicas com idéias originais, como movimentações partidas da iniciativa privada mostrando que, apesar de preocupações distintas, é possível levar a cabo projetos arqueológicos. O principal objetivo deste capítulo, portanto, foi jogar luzes sobre o que é feito lá fora, para que a arqueologia pública brasileira não tenha que começar do ponto zero, regredir até antes dos anos de 1960, quando o assunto era essa interação público/arqueólogo.

⁶² “This partiality of approach could mean that the post-modern fear of the past becoming a plaything, devoid of meaning other than as a thing to be consumed by visitors (e.g. Walsh, 1992: 113-5), could become fulfilled. Greater access may indeed be provided through such initiatives, but access to what? The challenge must now be for museum archaeologists not only broaden the demographic profile of their audiences, but also to broaden their minds.” (MERRIMAN, 2004).

O que acontece por aqui: Arqueologia Pública no Brasil

“Em toda America, de norte a sul, a cultura dominante admite os indígenas como objeto de estudo, mas não os reconhece como sujeitos da história; os índios tem folclore, não cultura; praticam superstições, não religiões; falam dialetos, não línguas; fazem artesanato, não arte.” (Eduardo Galeano, 1971)⁶³

A arqueologia no Brasil vem de longa data, tendo sido iniciada como prática acadêmica com o apoio de Dom Pedro, logo após a independência. Com a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil, em 1808, acabou sendo implantado no país uma elite típica do Antigo Regime europeu, que, como nos aponta Funari (2007) “...impôs um discurso imperial a respeito das origens nobres do poder colonial. Indivíduos subordinados, como a maioria da população escrava, estiveram fora deste discurso sobre origem e as raízes civilizadas dos “bravos” conquistadores portugueses.”

Construía-se de uma forma idealizada a imagem dos nativos sul-americanos, que apareciam sempre de forma subordinada, de certa maneira formando-se os primórdios da pré-história brasileira, esta ainda com a ausência dos africanos no discurso arqueológico. A preocupação com a construção de um museu colonial, em que se reunisse os materiais dos territórios portugueses, se concretizou na criação do Museu Real em 1818. Com a independência, seu nome foi mudado para Museu Nacional, porém ainda com um caráter de divulgação imperial. A organização do material era

⁶³ “En toda América, de norte a sur, la cultura dominante admite a los indios como objeto de estudio, pero no los reconoce como sujetos de historia; los indios tienen folklore, no cultura; practican supersticiones, no religiones; hablan dialectos, no lenguas; hacen artesanía, no arte.” (Eduardo Galeano, 1971)

inspirada pelos museus imperiais europeus, tendo os materiais egípcios incluídos para se fazer uma associação com a origem nobre das elites. Como explicita Funari (2007), *“A coleção de material “selvagem”, de diversas origens, por outro lado, era uma maneira de reafirmar que não era mera coincidência o fato dos africanos serem escravizados e os nativos massacrados no Brasil, pois estes povos eram considerados como animais a serem domados.” “O Museu Nacional como um todo era, desta forma, um imenso discurso material a respeito da exclusão de grupos subordinados – africanos, nativos, pessoas comuns - e uma exaltação do poder discricionário da nobreza e das velhas classes senhoriais em geral.”*

Com a criação do IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro) em 1838, a arqueologia ganhava outra representação institucionalizada. Ambas as instituições procuravam representar o indígena com a idéia do bom selvagem, que já estaria extinto, o que fez crescer o interesse pela etnografia e arqueologia. O principal foco de explicação seguia as linhas européias que explicavam que os povos do Novo Mundo descendiam de povos bíblicos, e que foram degenerando com o tempo.

Funari coloca que a maneira como a elite compreendia sua própria superioridade racial criou uma sustentação na relação de hierarquia racial com os outros grupos (FUNARI, 2007). A etnografia da época ajudou a retratar o colonizado como selvagem digno de esquecimento.

Nas últimas duas décadas do Império, dois outros museus entraram em cena, o Museu Paraense, em Belém do Pará, criado em 1866, e o Museu Paranaense, em Curitiba, criado em 1876, ambos com coleções voltadas para história natural, arqueologia e etnografia. Com o início da República e a mudança do centro de poder para as oligarquias paulistas, não havia o interesse de continuar aquela representação do

passado voltada para linhagens nobres. Dessa forma, as elites paulistas se reapropriaram de um monumento criado no Ipiranga para fazer ali o Museu Paulista. Entre 1894 e 1915, sob a direção de Herman Von Ihering, alemão que tinha uma longa formação acadêmica em Medicina e Filosofia, procurou-se justificar a elite governante não em termos de privilégio de nascimento, mas por distinções científicas e acadêmicas. Como diz Funari *“O mítico e idealizado índio guarani, cultuado pelo discurso imperial, foi perdendo força, sendo substituído por uma forma de abordagem mais racional, simpática aos proprietários capitalistas e “de acordo com a propriedade privada”.*”(FUNARI, 2007). A outrora linhagem nobre do indígena brasileiro passava agora a ser vista como obstáculo a ser ultrapassado pela elite paulista, devendo apenas serem preservadas suas relíquias materiais. Com a saída de Von Ihering, assumiu em seu lugar Affonso d’e Taunay, que ajudou a propagar o mito dos bandeirantes materializando-os como heróicos caçadores de escravos, pioneiros na expansão do território nacional. No Museu Paulista, cada região do país era representada como se tivesse sido conquistada por eles. Pinturas levam a crer que desde a fundação da primeira cidade brasileira, São Vicente, os colonizadores eram retratados com bandeiras, como se já englobassem essa idéia de expansão territorial. Continuava a ausência de grupos subalternos, algo que até hoje acontece nas salas do Museu, quase noventa anos depois, apenas com a exibição de objetos da elite. Como cita Funari *“Estão, por exemplo, entre este material, as liteiras usadas pela elite. Curiosamente, como em tantos outros casos análogos, os grupos subalternos que as carregavam, os escravos, adquirem, nestes contextos, uma surpreendente invisibilidade. Não existe referência a eles, eles não pertencem ao mundo material que povoa a maioria dos principais museus brasileiros.”*(FUNARI, 2007)

Estudos pré-históricos só ganhariam certo destaque no final da década de 1940, quando a arqueologia foi vista com traços mais humanistas, principalmente pela vinda dos arqueólogos franceses J. Emperaire e A. Laming-Emperaire. Essa abordagem, segundo Funari (2007), foi silenciada pelo longo governo ditatorial (1964-1985), sendo que os indivíduos então subordinados foram novamente suprimidos do discurso arqueológico, através do PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas), que desestimulou essa arqueologia humanista. Foram apelidados por Paulo Duarte de invasores bandeirantes do século XX.

Analisando agora cada museu ou instituição separadamente, após essa breve introdução a uma história da criação dos museus no Brasil, mostro a relação que tais instituições ainda mantêm com a comunidade e a forma como muitos discursos se perpetuam hoje em dia.⁶⁴ Entraram em minha análise o Museu Paulista, o Museu de Etnologia e Arqueologia da USP, o MAE – todos situados na cidade de São Paulo –, o Memorial do Cerrado, o Centro Cultural Jesco Puttkamer – instituições de Goiânia – e o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville.

O Museu Paulista começou com uma aspiração nacionalista, tendo sua coleção voltada para objetos pertencentes aos bandeirantes, entre os quais armas, peças religiosas, mobiliário e jóias de grandes personagens da história paulista. Pretendia-se a criação de uma identidade nacional, reflexo da elite dominante, com evidente exclusão de negros e indígenas.

Isso ainda permanece. O Museu Paulista, que é o principal museu na maior capital, ainda é, hoje, um museu elitista e excludente. Seu principal objetivo é mostrar

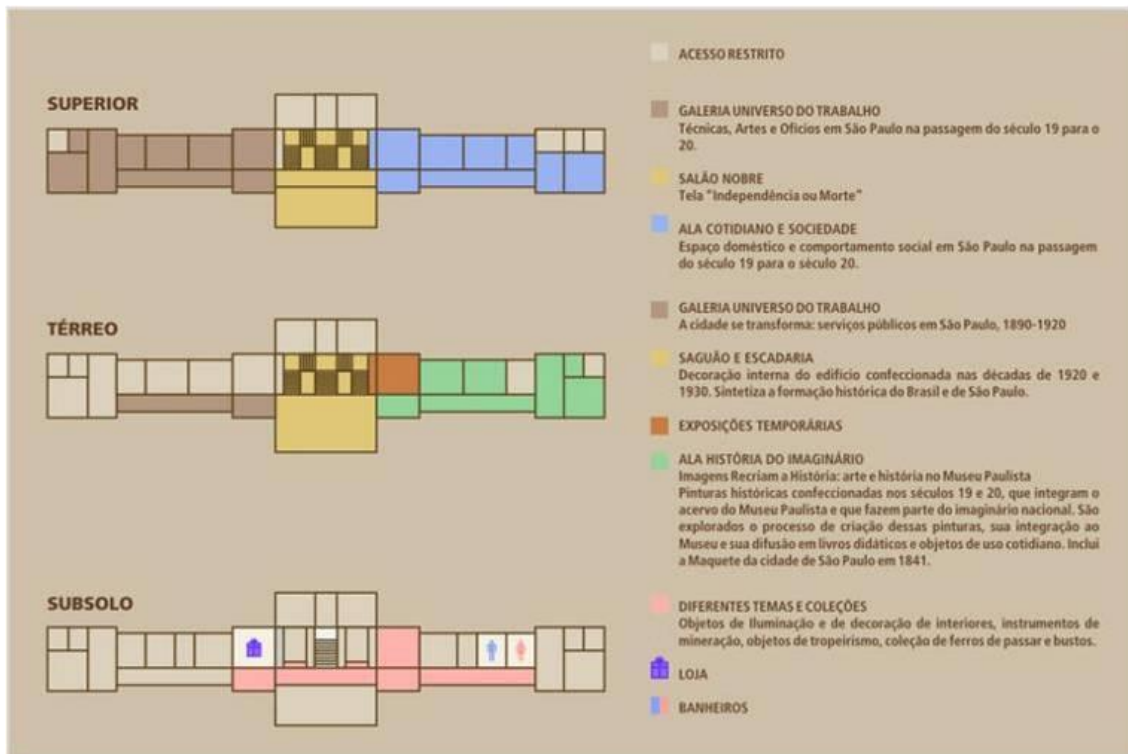
⁶⁴ Talvez as duas grandes ausências sejam o Museu Nacional do Rio de Janeiro e o Museu Paraense Emilio Goeldi. Ambas instituições não entraram em minha análise por impossibilidade de visitar (o primeiro caso) e do Museu Emilio Goeldi pelo fato de que, quando da minha visita, o Museu estava fechado para reforma.

toda a força e grandeza dessa elite que ajudou na construção do país através de exposições que mostram os grandes feitos da nação (sob a sua ótica).



Quadro “Independência ou morte” de Pedro Américo (1888) em exposição permanente no Museu Paulista, no salão da honra. Mostrar a grandeza da história paulista está entre os ideais da instituição. Foto de Tuca Vieira/Folha Imagem.

Ao se adentrar nos andares do museu paulista, vemos uma celebração aos imigrantes, toda diversificação cultural – vinda de “múltiplos países” – que formou o Estado de São Paulo. Em outros andares vemos como o café paulista foi importante para o desenvolvimento do país, assim como as primeiras imprensas do país, que davam voz aos paulistas. Cercados por tanta “grandeza”, acabamos muitas vezes por não notar os silenciados dessa história.



Ao vermos os andares e seções do Museu Paulista, apenas a história tradicional é mencionada, não havendo espaço para as histórias alternativas. Planta acessada no site http://www.mp.usp.br/exposicao/expo_longa.html em 01/08/2009.

Não há exposição permanente sobre os indígenas que viveram no que hoje é território paulista. Outra negligência é em relação à história dos negros, que pouco ou praticamente nada aparecem nos halls do museu. A maior preocupação está em mostrar objetos que simbolizem a grandeza da elite paulista e como eles ajudaram a tornar o Brasil o país que é hoje. Os objetos estão expostos como símbolos de poder e prestígio, vistos em sua ostentação estética.

O público nada faz além de entrar, admirar e ir embora pasmo com tanta grandiosidade. A representatividade de grupos subalternos está “invisibilizada”. A sensação de pertencimento a história só se faz quando olhamos as bandeirinhas dos países dos quais os imigrantes vieram e dizemos “olha, minha avó é de lá” (apontando

para o mar de bandeirinhas européias). Dessa forma, as exposições que temos no Museu Paulista dão espaço apenas para o público se relacionar de maneira passiva, pois expõe a história dos antepassados sem explicar muito ou sem deixar muitos caminhos para outras interpretações. Funari vê semelhantes problemas ao dizer *que*:

“... imagens idealizadas do passado e demonstra sua força no período de ápice da ditadura, mas sua força ideológica consiste... na ênfase na ausência de contradições, na visão idílica de um passado em que todos seríamos bandeirantes. Tal concepção continua, quase vinte anos depois, a dominar as representações materiais do nosso passado, como atesta, de forma exuberante e indecente, o Museu Paulista...” (FUNARI, 2007).

Outra autora que dá voz a esse coro é Marly Rodrigues que considera o patrimônio paulista um exemplo de exclusão da história:

“Desse modo, o patrimônio paulista se apresenta não apenas como perpetuador da memória, mas também do esquecimento oficial. A exclusão atinge não apenas os excluídos, mas remete toda sociedade à idealização do passado como um tempo desprovido de contradições e diferenças. Além disso, não permite a reflexão sobre as relações hoje vigentes na sociedade, dessa forma reafirmando igualdades idealizadas e camuflando conflitos, o que subtrai dos homens a idéia de possibilidade de transformação, razão mesma da memória, da retenção e socialização da experiência vivida.” (RODRIGUES, 2001).

Outro museu em São Paulo que ainda pensa a instituição de uma forma tradicional é o MAE-USP. O Museu de Arqueologia e Etnologia da USP foi criado em 1989, ao se unir duas unidades, o Instituto de Pré-História e o antigo MAE. O acervo do MAE conta hoje com cerca de cento e vinte mil peças, catalogadas em diferentes coleções: Arqueologia do Mediterrâneo e Médio-Oriente; Arqueologia Americana; Etnologia Brasileira e Etnologia Africana. O museu estrutura-se em duas grandes áreas, a Divisão Científica, voltado para o trabalho de pesquisa de Arqueologia e Etnologia, e a Divisão de Difusão Cultural, voltado para pesquisas aplicadas no campo da Museologia e da Educação.

Apesar de uma área voltada para museologia e educação em sua exposição, vê-se uma forte carga histórico-cultural, sem muita preocupação com um público não especializado que visita a instituição, com marcadores étnicos distribuídos pelas salas dos artefatos. Num canto temos fenícios, resumidos a alguns objetos, em outro, egípcios, com alguns outros objetos e marcadores culturais.



Exposição do MAE-USP.

Novamente, através do tipo de exposição que é feita, temos algo voltado a um público passivo, num museu bastante tradicionalista quanto à forma de distribuição das peças. Com temas voltados para as grandes coleções do museu (Arqueologia do Mediterrâneo e Médio-Oriente; Arqueologia Americana; Etnologia Brasileira e Etnologia Africana), o contato com o público não parece ainda ser uma grande preocupação para os organizadores. A experiência possível que temos ao visitar tal exposição é a de que apenas associamos os objetos expostos às culturas que são indicadas pelas placas de identificação. A distância do que estou observando com minha própria cultura cria uma falácia com os sentimentos que tenho sobre minha história. Apesar de ser uma instituição pública e um museu com área para exposições, a

impressão que se tem é de que o tipo de público para o qual os esforços estão voltados é o acadêmico apenas, ficando o público leigo, mais uma vez, de forma passiva, de maneira a perpetuar o exercício de poder da disciplina. Conta-se a história de maneira que fique claro que nem todos podem ter acesso a ela diretamente. Trata-se de uma especialidade, e o que é passado para o público é um sistema de interpretação do passado do qual este público não tem domínio. Publicações da própria instituição envolvem assuntos que geralmente o grande público não tem interesse (trabalhos de pesquisa; estudos de curadoria, levantamentos e comentários sobre acervos arqueológicos e etnográficos; estudos sobre peças e coleções; estudos de conservação e documentação, estudos de arqueometria; ensaios bibliográficos) numa linguagem de difícil acesso para aqueles que não foram ainda introduzidos nas áreas de arqueologia ou etnologia.

Outro museu de grande representatividade, agora no Centro-Oeste brasileiro é o Memorial do Cerrado da PUC-Goiás, em Goiânia. A região onde o museu está instalado é bem diferente dos outros museus de cidade grande, numa espécie de sítio, com tranquilidade. Rodeado de verde, o espaço traz um sentimento diferente quanto à percepção do lugar. Dentro do museu há réplicas de uma aldeia Timbira, de quilombo e uma vila histórica da região central do Brasil. Porém, não há nada de excepcional nas construções, já que não se pode interagir com o espaço. Pode-se apenas passar perto, olhar e sair, como se fosse um grande quadro tridimensional. A exposição arqueológica é principalmente voltada para a pré-história do cerrado, levando-se em conta principalmente os trabalhos relacionados ao PRONAPA (um projeto de arqueologia de larga escala no Brasil, colocado em prática durante a época da ditadura militar, no qual pretendia-se estabelecer uma cronologia para o desenvolvimento cultural da ocupação

humana em todo o território nacional), e a influência de arqueólogos como Betty Meggers e Padre Schmitz na região, mostrando, em suas exposições, as tradições culturais através de tipologias cerâmicas.



Posteres na exposição permanente do Museu do Cerrado, detalha as formas cerâmicas de cada Tradição. Foto Fernando Soltys, tirada em 20/11/2009.





Perfil estratigráfico esquemático do Sítio Go-Já-01, mostrando o tipo do sedimento associado a cada tradição. Foto Fernando Soltys, tirada em 20/11/2009.

O Museu do Cerrado tem como foco principal as visitas do grande público, com uma vasta área para exposição que abarca desde os tempos de formação geológica do planeta até meados do século XIX, com uma vila histórica cenográfica na qual cômodos são dispostos de maneira a lembrar esses tempos. Ao analisar a exposição, percebe-se que distintos grupos orientam o trabalho feito. Digo isso, pois, ao entrar no hall

principal de exposições, temos a área de história natural, contando o desenvolvimento do planeta e da humanidade de forma evolutiva. O ser humano é retratado de forma regrada, completamente orientada por um comportamento ecológico, generalizando de forma global a história humana a meras variações climático-ambientais. Representações de bonecos de humanos e animais em tamanho real ajudam a reforçar esse tipo de narrativa apresentada aos frequentadores do museu, mostrando homens caçando, buscando água, fabricando objetos. Explica-se de uma forma geral a arqueologia feita pelo mundo, com quadros resumindo os trabalhos feitos na Europa, América, Ásia, África e Oceania.

Ao se passar para a área de exposição pós-história natural, vê-se claramente uma quebra na estrutura explicativa utilizada. Adentrando-se em arqueologia brasileira, um espaço do museu é reservado para informações sobre as escavações e produções arqueológicas feitas no Cerrado brasileiro. A preocupação com adaptação ambiental foge das explicações, que de fato pouco surgem nessa parte da exposição. Informa-se sobre andamento de alguns sítios, assim como a conclusão de outros trabalhos arqueológicos, divulgando o que se fez e se tem feito no centro-oeste brasileiro. Claramente dois grupos distintos participaram da criação desses ambientes que mostram certa carência na integração da formulação de uma história que faça sentido para os visitantes.

Ao analisar esta exposição, essa carência de sentido passa pela orientação que foi tomada para se formular a exposição. Na primeira parte do museu, temos uma história como ela é, determinada pelo desenvolvimento ambiental, sem muito espaço para interpretações distintas, já que é mostrado que não compete ao homem controlar esse tipo de variável. O máximo que se pode fazer é adaptar-se. Dificilmente as pessoas

se sentirão representadas numa narrativa que as inclua num modelo geral de desenvolvimento humano. No máximo entrarão na mesma lógica explicativa e não haverá uma relação de pertencimento àquela narrativa. A segunda parte da exposição, orientada por um modelo histórico-cultural, alcança o que se propõe, que é informar sobre arqueologia do cerrado. Mas, não há muito espaço para reflexões, apenas explicações para a forma com que se atingiu o exposto, como através da formulação de cronologias pela estratigrafia de um sítio. Explica-se o método pelo qual foi possível criar essa história, mas não se explica o sentido dessa história para as pessoas, ela é apenas exposta.

Outro exemplo também do Centro-Oeste brasileiro é o do Centro Cultural Jesco Puttkamer. A vida do fundador de mesmo nome deste centro foi marcada por duas fases: a anterior ao indigenismo, quando atuou como produtor agrícola, auxiliou na instalação de imigrantes no Paraná e foi membro do Departamento de Relações Públicas na NOVACAP (Companhia Urbanizadora da Nova Capital) em Brasília. Na nova capital, Jesco registrou passo a passo sua construção e inauguração. Participou dos projetos A Marcha para O Oeste e Operação Bananal como fotógrafo e cinegrafista. A segunda fase, a indigenista, teve início com as viagens que realizou pelo interior do país e os encontros com sociedades indígenas. Juntamente com os irmãos Villas Boas, Francisco Meireles e outros, participou das frentes de atração aos índios Txukahamãe, Txicão, Suruí, Cinta-Larga, Marúbu, Kámpa, Kaxináwa, Waimiri-Atroarí, Yanomami, Hixkaryana, Urueuwauwaue dentre outros. Dedicou-se, por 40 anos, à arte de fotografar, filmar, gravar e registrar em seus diários o cotidiano de grupos indígenas. Jesco doou seu acervo de imagens à Universidade Católica de Goiás, onde trabalhou até

1994, ano de seu falecimento. (biografia retirada de <http://www.ucg.br/ucg/Institutos/igpa/jesco/sala2.htm>)

Criado depois da morte do antropólogo, em sua própria casa, seu acervo pessoal serviu como parte da exposição desse centro cultural. O acervo arqueológico e etnológico é composto por peças oriundas de pesquisas científicas e atividades desenvolvidas pelo IGPA/UCG, bem como por doações, permuta e compra, representando 46 nações indígenas, dentre elas: Xavante (MT), Karajá (TO-GO), Yanomani (AM), Wayana-Apalai(PA), Uruweu-wau-wau (RO), Makunadeb(AM), Tapirapé (MT), Bororo(MT), Mynky(MT), Txikão(MT), Kayapó-Metuktire(MT), Kamayurá(MT), dentre outras.

Apesar da iniciativa dos organizadores do IGPA (Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia), o lugar dificilmente pode ser classificado como algo além de um gabinete de curiosidades. Peças aleatórias espalhadas pelos cômodos se esforçam para fazer parte de uma exposição que faça algum sentido além do estético/exótico. As peças estão distribuídas sem preocupação com origem e data, e são raramente associadas a algum grupo ou contexto, simplesmente identificando o que seriam as tais peças.



Amostras de material arqueológico em exposição no centro cultural Jesco Puttkamer. Foto Fernando Soltys tirada em 22/11/2009



Amostras de material arqueológico em exposição no centro cultural Jesco Puttkamer. Foto Fernando Soltys, tirada em 22/11/2009

Em sua criação, o centro cultural Jesco Puttkamer tinha a idéia de conciliar produção acadêmica e educação informal através do circuito de exposições. Porém, ainda não há muita produção na área científica proveniente do centro, assim como o

contato com o público vem sendo desenvolvido com o tempo. Por enquanto as visitas praticamente se limitam a algumas escolas, onde as exposições se preocupam em mostrar o “outro” exótico, que devemos ajudar a preservar, numa forma paternalista de trato com os indígenas, como se eles não fossem capazes de sobreviver ao contato com o europeu, sem a ajuda da civilização ocidental. O indígena é visto o tempo todo como o bom selvagem, remanescente do período do paraíso terreno, numa descrição da natureza humana em tom idílico.

Apesar da carga ideológica dos museus nacionais em suas criações, pelos problemas envolvendo a profissão arqueológica no Brasil, os museus ainda aparecem como uma das principais vias para a divulgação do conhecimento arqueológico na sociedade brasileira, já que é uma das poucas vias de contato direto das pessoas com o material arqueológico.

“Sobre esses temos que mencionar duas de suas características essenciais: Primeiro que apesar do estreito vínculo que no Brasil existe entre universidade e os museus, estes continuam sendo geralmente instituições que exibem elementos isolados e estáticos do passado, em total desconexão com a realidade presente.” (PIÑON, 2008).⁶⁵

Outro caso que vale analisar, do qual pude ter contato com a forma de exposição, é o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Criado em 1963 com a compra de uma coleção de doze mil peças procedentes do litoral Norte de Santa Catarina e sul do Paraná, a coleção tem objetos que representam o cotidiano sambaquieiro, com exposições que contemplam a exploração de recursos flúvio-lagunares e marinhos.

⁶⁵ “Sobre estos hay que mencionar dos de sus características esenciales: Primero que a pesar del estrecho vínculo que en Brasil existe entre la universidad y los museos, éstos siguen siendo generalmente instituciones que exhiben elementos aislados y estáticos del pasado, en total desconexión con la realidad presente.” (PIÑON, 2008).



Foto acessada em: <http://www.museusambaqui.sc.gov.br/>

Talvez a maior preocupação desse museu seja com o tema de polícia patrimonial, como vimos nos capítulos anteriores onde o trabalho do arqueólogo é salvar o patrimônio da destruição. Através da elaboração de um Plano Diretor, promulgou-se a Lei Orgânica Municipal de 1990, artigo nº163, no qual atribui ao Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville a responsabilidade quanto à preservação dos sítios arqueológicos do município.

“promover a salvaguarda e o gerenciamento do patrimônio arqueológico, bem como a comunicação do conhecimento relacionado a ele, são objetivos para atingir a missão institucional que é contribuir para o avanço do conhecimento sobre o patrimônio cultural visando ao estabelecimento de uma relação preservacionista dinâmica e interativa entre o patrimônio e a sociedade” (Retirado de: <http://www.museusambaqui.sc.gov.br/historico.asp>, acessado em: 20/04/2010)

Porém, apesar das preocupações político-institucionais do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, há claramente uma desconexão entre o passado indígena e o elemento europeu nas representações. Pelas coleções e exposições, parece que não existiu a história dos indígenas recentes. Há o indígena pré-histórico e, de repente, há o colonizador alemão. Dessa forma, silencia-se a história dos indígenas, permanecendo apenas a pré-história, contada por arqueólogos descendentes de europeus. O público do museu parece ser apenas o do arqueólogo, que contempla as próprias descobertas, musealizando-as. Há apenas a preocupação em trazer o elemento europeu para a sociedade atual, mostrando essa história distante como pré-histórica e a recente, colonial, como a que pertence à sociedade atual de Joinville. Um bom exemplo de trabalho com o público escolar do Museu de Joinville, no entanto, é o Kit Didático. Também chamado de caixa arqueológica, são caixas com material arqueológico produzidos para fazer com que as crianças tenham uma interação com esse material. Apesar de a prática acontecer em muitos museus, como o MAE, e empresas pelo Brasil, o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville é um dos poucos que mantém o projeto de forma permanente, ao contrário do que ocorre em outros museus afora.



Foto acessada em: <http://www.museusambaqui.sc.gov.br/>

Nome	Ano Fundação	Local	Tema	Tipo de exposição
Museu Paulista	1895	São Paulo / SP	História da formação da sociedade paulista e brasileira	Pouco se explica, apenas se expõe, tratando o público de forma passiva.
MAE-USP	1989	São Paulo / SP	Arqueologia do Mediterrâneo e Médio-Oriente; Arqueologia Americana; Etnologia Brasileira e Etnologia Africana	Com a preocupação em definir culturas, não há espaço para explicações. Reproduzindo uma forma tradicional de exposição, voltada para um público passivo
Memorial do Cerrado	1998	Goiânia / GO	História natural, pré-história e história do Cerrado (específico) e do resto do mundo (no geral)	Uma mistura de exposições de formas de culturas com uma explicação voltada ao determinismo ambiental. O público entra numa lógica explicativa, porém ainda não participa na criação de uma história própria.
Centro Cultural J. Puttkamer	2002	Goiânia / GO	Vida do fundador, exposição de objetos arqueológicos.	Exposição aleatória de peças arqueológicas e de comunidades indígenas. Parece apenas obedecer a um senso estético.
Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville	1963	Joinville / SC	Cotidiano sambaqueiro	Preocupações puramente arqueológicas (pesquisa do cotidiano sambaqueiro, e salvaguarda das peças). Não há preocupação em trazer a comunidade para trabalho interpretativo arqueológico, apenas com exposição de métodos, técnicas (com o kit didático) e resultados.

Tabela 3: Relação dos museus com seus temas e tipos de exposição.

Há no Brasil essa preocupação em trazer à população, ao público, o museu. Infelizmente, o que acontece é que essa preocupação não surge para levar o museu para as pessoas, em tornar seu conteúdo representativo de todos os grupos que o compõem. Muitos museus no Brasil não funcionam além de um centro de pesquisas acadêmicas, e, quando tem exposições, é apenas para justificar o gasto do dinheiro público lá empregado. Nos lugares onde há exposições permanentes, o estudo de culturas distantes sobrepõe os das culturas brasileiras, ou, quando há o elemento brasileiro, este é tratado apenas como o da história tradicional, através da reverência de datas e personalidades históricas consagradas. A impressão que tenho é a de que a preocupação com arqueologia pública e o relacionamento que isso acarreta ainda está em fase embrionária no Brasil. Pouco se conhece do que se tem feito, e poucas são as tentativas de se mudar um modelo tradicional expositivo, onde o público sempre é tratado como passivo, carente de significados. As instituições acabam provendo esses sentidos para as pessoas, e isso se dá pela natureza do trabalho dos arqueólogos, que ainda fazem trabalhos em que não se leva em consideração uma visão diferente da da própria arqueologia.

Arqueólogos

Arqueologia profissional era, até pouco tempo, definida praticamente apenas em termos acadêmicos. Mas ultimamente tem crescido o interesse público pelo tema, assim como a transparência dos trabalhos. Hoje arqueólogos precisam justificar o que estão fazendo para a sociedade. Seria ainda correto que pagadores de impostos e consumidores paguem pelas pesquisas? Arqueólogos têm responsabilidades sociais e deveres que vão além da contribuição acadêmica? Esse processo de abertura da arqueologia não tem sido apenas forçado de fora. Para Cornelius Holtorf, o trabalho do arqueólogo hoje já inclui uma rede vasta de conhecimento e preocupações, “...*analisar e reportar em questões de arqueologia e patrimônio que se relacionam com os mundos mais amplos da política, ética, governo, questões sociais, educação, manejo, economia e filosofia.*” (HOLTORF, 2007).⁶⁶

Um dos grandes problemas que se tem hoje na arqueologia é fazer o público compreender o que tentamos dizer. Como sabemos pouco, ou nada, sobre o conhecimento, concepções e crenças do público que recebe nossas informações, os arqueólogos temos tentado em vão nos comunicarmos com uma audiência que não consegue entender o que está sendo dito e, o que acaba acontecendo é uma arqueologia com aparência tediosa, ou até incompreensível. Como diz Nick Merriman: “*Em termos*

⁶⁶ “...to analyse and report on archaeological and heritage issues which relate to the wider world of politics, ethics, government, social questions, education, management, economics and philosophy.”(HOLTORF, 2007).

de compreensão do público, arqueologia tem que aprender muito da compreensão que o público tem da ciência.” (MERRIMAN, 2004).⁶⁷

Geralmente, não temos uma boa noção da composição das diferentes audiências da arqueologia e suas diferentes manifestações, o que motiva o público a se interessar por arqueologia, o que causa o aborrecimento, ou o que torna a arqueologia chata, enfim, como as pessoas reinterpretam e usam a cultura material que arqueólogos lhes fornecem.

Outra implicação ao se pensar o público, como arqueólogo, é reconhecer que, saber se comunicar é uma necessidade, e que se deveria pensar numa linha específica com pesquisas próprias e próprio enquadramento disciplinar. *“Do ponto de vista do construtivismo, o que é importante é que pessoas retirem significado do encontro com a arqueologia ao relacioná-las com suas próprias vidas mais do que corresponder-se com consensos correntes na disciplina.” (MERRIMAN, 2004).⁶⁸*

As pessoas não pensam e constroem suas memórias pensando no que os arqueólogos vão achar ou pensam disso, elas sempre constroem sua história de uma maneira singular e própria. Porém, isso não quer dizer que os veículos de comunicação arqueológicos atuais (livros, artigos, sites, museus, vídeos) são descartáveis. Isso quer dizer que arqueólogos têm que trabalhar com a idéia de que pessoas vão, sempre, derivar significados dos trabalhos arqueológicos para algo que faça sentido para elas. Arqueólogos devem parar de tentar lutar contra isso, e começar a pensar a arqueologia como uma disciplina de interação constante na construção do conhecimento.

⁶⁷ “In terms of understanding the public, then, archaeology has a lot to learn from the public understanding of science.” (MERRIMAN, 2004).

⁶⁸ “From the point of view of constructivism, what is important is that people derive meaning from an encounter with the archaeology by relating it to their own lives, rather than whether it corresponds to current archaeological consensus.” (MERRIMAN, 2004).

Tom Wheatom, vice-presidente de uma das maiores empresas de arqueologia americana, relata como está sendo feito o trabalho dentro do que no Brasil chamamos de arqueologia de contrato:

“Nos Estados Unidos, manejo de recursos culturais tem amadurecido muito desde seu início no final dos anos 1960 e começo de 1970. Para acompanhar a crescente necessidade da arqueologia e outras profissões de conduzir projetos de manejo de recursos culturais, o setor privado tem crescido consideravelmente. Hoje, 80% a 90% das pesquisas arqueológicas sendo conduzidas nos Estados Unidos são por empresas do setor privado. A medida que essas empresas foram crescendo e amadurecendo, elas tem se tornado mais e mais envolvidas em educação pública e programas de alcance público, e algumas firmas estão inclusive especializando-se em alcance público. Esse crescimento de empresas privadas tem visto também um crescimento no apoio de associações arqueológicas locais e regionais que, por sua vez, tem levado a um aumento na promoção e qualidade de programas de alcance público locais. Como companhias provadas, visando lucro, essas empresas sabem da importância de obterem apoio público para leis e regulamentos que governam o manejo de recursos culturais a níveis nacional e estadual.” (entrevista em SMARDZ FROST, 2004).⁶⁹

Quando vemos empresas americanas de arqueologia, é possível perceber que a preocupação com o público já é algo enraizado, tanto por motivos financeiros, como por motivos educacionais, algo que começa a acontecer também com as empresas brasileiras. Nos Estados Unidos, esse tipo de preocupação começou em meados da década de 1960, e ainda tem muito a evoluir, porém podemos tirar bons exemplos da forma de tratar a arqueologia de contrato. Integrar é a palavra chave para que o apoio do público possa tanto fazer sua própria história, como ajudar os arqueólogos a terem seu espaço de trabalho, pressionando para a preservação de lugares históricos.

⁶⁹ “In the United States, cultural resource management has matured greatly since its beginnings in the late 1960s and early 1970s. To meet the growing need for archaeologists and other professionals to conduct cultural resource projects, the private sector has grown considerably. Today, 80 to 90 percent of the archaeological research being conducted in the United States is by private firms. As these firms have matured and grown, they have become more and more involved in public education and outreach programs, and some firms are even specializing in public outreach. This growth in private firms has also seen an increase in support for local and regional archaeological associations, which in turn has caused an increase in the promotion and quality of local public archaeological programs and public outreach. As private, for-profit companies, these firms know the importance of obtaining public support for laws and regulations governing cultural resource management at the state and national levels.” (entrevista em SMARDZ FROST, 2004).

No Brasil temos um problema similar ao que aconteceu na Inglaterra no início dos anos 1990. Arqueologia de contrato era vista como um refúgio econômico e, para alguns ia além, era uma forma de enriquecer rápido, submetendo-se a diversas imposições das empresas que contratam os serviços.

“Arqueologia na Bretanha está sendo manipulada pelo grande empreendedorismo para fazer dinheiro, comprar desenvolvimento e permitir suas atividades. Muitas das interpretações são comercializadas, fragmentadas e despreocupadas com questões sociais e locais. No entanto, na negociação que ocorre entre corretores, autoridades de planejamento e habitantes locais, aquela arqueologia pode ter um papel ativo. O passado pode ser usado pelas pessoas para contar a história sobre si próprias mesmo em face de pressões externas”. (HODDER, 1991)⁷⁰

A tentação de dinheiro fácil num curto prazo ainda surge como prioridade de muitos arqueólogos no Brasil, que assumem projetos sem o devido cuidado com o cronograma do desenvolvimento das obras e da pesquisa arqueológica a ser feita, submetendo-se às urgências empresariais, muitas vezes comprometendo a qualidade do trabalho arqueológico feito, passando uma má impressão da arqueologia de maneira geral.

Uma das formas de arqueologia que vem sendo desenvolvida nos últimos tempos é o que tem sido chamado de arqueologia comunitária. Algo que vai além de turismo arqueológico, já que envolve a comunidade também na criação de conhecimento dentro do trabalho arqueológico. Barbara Little (2007) dá um exemplo dessa forma de arqueologia com um projeto que aconteceu em Nova Iorque, o *African burial ground Project*. Havia uma construção de um prédio do governo, e houve problemas com o público que dizia haver ali cemitérios de antigos escravos. Fato que

⁷⁰ “Archaeology in Britain is being manipulated by big business to make Money, to buy development, and to excuse its activities. Many of the interpretations are commercialized, fragmented, and unconcerned with local or any social issues. Nevertheless, in the negotiation that occurs between developers, planning authorities, and local inhabitants, that archaeology can play an active role. The past can be used by people to tell a story about themselves in the face of external pressures.”(HODDER, 1991)

foi rechaçado pelos empreiteiros sob a desculpa de que com subseqüentes construções, qualquer cemitério já teria sido destruído. Com as escavações, encontraram mais de quatrocentos enterramentos relacionados à cultura afro-americana. Descendentes exerceram controle sobre o manuseio e disposição dos restos físicos e artefatos de seus ancestrais, impedindo que um símbolo fosse destruído. Hoje, o lugar é um memorial, que só se tornou possível com a ativa participação do público. Ainda conta com um website (<http://www.africanburialground.gov/>) mostrando como foi a escavação. Tem, também, um centro de interpretação, onde se pode discutir e deixar uma versão do passado do lugar. Para Ferreira (2010), foi possível pensar uma Arqueologia escrava relacionada à Arqueologia pública devido a vários fatores:

“Pode-se dizer, pois, que a atual aliança entre Arqueologia da escravidão e Arqueologia pública é, de um lado, atributo do ativismo dos movimentos sociais negros; de outro, das críticas e engajamento de arqueólogos. Deve-se notar, ademais, que Arqueologia da escravidão afinou-se pelo diapasão da Arqueologia pública justamente quando, nos anos 1990, sua variedade temática e interpretativa popularizou-se enormemente.” (FERREIRA, 2010)

Um bom exemplo do trabalho do arqueólogo nesse envolvimento com o público é citado por Ferreira (FERREIRA 2010), ao colocar o trabalho de Uzi Baram na Costa da Flórida.

“A cultura material escrava é, portanto, marcadamente multicultural. E seu apelo público não é exclusivamente afroamericano. Uzi Baram é um dos autores que consubstanciam esse raciocínio. Coordenando uma equipe interdisciplinar, o autor realizou uma série de prospecções e escavações na Costa da Flórida, procurando por evidências de escravos angolanos em quilombos. Baram aponta que o projeto atraiu muitos grupos sociais, para além dos afroamericanos. Professores locais participaram das pesquisas, conscientizando-se do valor multicultural da cultura material escrava. Assim, produziram-se materiais didáticos, vídeos sobre as escavações e programas de televisão sobre a resistência e diáspora escravas (Baram, 2008). Esse tipo de trabalho com diferentes mídias, diga-se de passagem, pulsa no coração da Arqueologia pública (Clarke, 2004).” (FERREIRA, 2010)

Para Castaño, grande parte do problema da formação arqueológica passa pela falta de conhecimento em ser um bom comunicador “... *aprofundar o conhecimento sobre as práticas divulgativas aqui e agora, atendendo ao que se diz o que se faz e o que deveria ser feito. Toma-se para isso os discursos como objeto de estudo, tratados no seu sentido mais amplo, como concepção sobre um campo concreto, neste caso a divulgação, que articula tanto textos quanto espaços e ações.*”(CASTAÑO, 2006)

Mas para que isso seja possível, é preciso que haja uma transformação nos discursos, colocar os discursos como centro de atenção deslocando ao patrimônio arqueológico no qual a comunicação tem uma grande relevância. Entra aqui em jogo a dimensão pessoal, subjetiva e qualitativa. Castaño diz – e concordo – que apenas sob as novas formas de pensar a arqueologia isso seria possível. No caso, a autora coloca o pensamento pós-processualista: “*Nele a subjetividade, a relevância da eleição pessoal e o pluralismo têm um claro protagonismo. Neste sentido, as experiências tanto do âmbito anglo-saxão (Colley 2000, McManamom e Hatton 2000) quanto da América do Sul (Funari, Neves e Podgorny 1999) têm sido influências marcantes. Um tema como este e tratado sob este olhar somente era possível neste quadro teórico de referência.*” (CASTAÑO, 2006). Para que esse pluralismo de vozes não seja deixado de lado, e passarmos a contar histórias que permanecem esquecidas, deve-se pensar num enfoque teórico que dê espaço para isso. Das grandes linhas teóricas hoje na arqueologia, a que permite que se trate do público de uma maneira ativa é a linha pós-processualista, que permite que tanto os arqueólogos como o público tenham uma relação interpretativa e subjetiva com relação à arqueologia.

Mark Lynott afirma que devemos levar em conta também a educação dos arqueólogos nesse aspecto:

“Enquanto a maioria dos programas de graduação dedicam muito do tempo em aulas sobre método e teoria arqueológica, pouquíssimos são os programas que dedicam-se significativamente a ética e conduta profissional... a maior parte dos arqueólogos desenvolvem seus próprios códigos éticos através de observações informais de seus modelos acadêmicos ou treinamento na pós-graduação e durante os próprios trabalhos. Essa abordagem tem geralmente provado-se ineficiente, e ainda existe um crescente reconhecimento da necessidade de por mudanças no treinamento acadêmico.” (LYNOTT, 1997)⁷¹

Arqueólogos em formação geralmente têm aulas de método e teoria, deixando a formação de seus “códigos de ética” para a prática de campo, ou para os cursos de pós-graduação. Lynott considera importante que arqueólogos reflitam sobre ética em seu trabalho, para que tenham metas a seguir no interior da prática arqueológica. Ele destaca os oito princípios da ética na arqueologia – algo que já foi bem discutido entre os americanos: *Supervisão, Responsabilidade, Comercialização, Educação e Alcance Público, Propriedade Intelectual, Relatórios e Publicações Públicas; Registros e Preservação; Recursos e Treinamento.*⁷²

É interessante dizer que esses princípios foram definidos como ideais que sirvam como meta para um comportamento profissional, não como um padrão mínimo de conduta aceitável entre arqueólogos. A SAB (Sociedade de Arqueologia Brasileira) discutiu e aprovou em 1997 um código de ética próprio apontando os direitos e compromissos do arqueólogo brasileiro (o documento completo está anexado a esta dissertação).

⁷¹ “While most graduate programs dedicate ample classroom time to archaeological method and theory, very few programs dedicate significant time to ethics and professional conduct...most archaeologists develop their own ethical codes through informal observation of their faculty role models and postgraduate, on-the-job training. This approach has generally proven to be ineffective, and there is a growing recognition of the need for changes in academic training.”(LYNOTT, 1997)

⁷² Stewardship, Accountability, Commercialization, Public Education and Outreach, Intellectual Property, Public Reporting and Publication, Records and Preservation e Training and Resources. (documento completo anexado)

Ambos os textos, o código de ética da SAB e os princípios éticos da SAA colocam pontos sobre a responsabilidade com o sítio. No princípio 1, *Stewardship*, da SAA, temos a preocupação em proteger o sítio em nossos trabalhos de campo. Essa proteção aparece também no princípio 7, *Records and Preservation*, quando este se preocupa com a preservação, e no princípio 8, *Training and Resources*, quando este lembra que o arqueólogo deve estar apto para trabalhar com o tipo de sítio oferecido. No código da SAB isso aparece expresso nos artigos 1.3, quanto à proteção, no artigo 2.1.1, quanto à preservação, e nos artigos 2.1.3, quanto à necessidade de se escavar o mínimo possível. Porém, a preocupação quanto à autoria envolvendo a SAA é distinta do código de ética da SAB. A SAA deixa claro que a questão da autoria está envolvida em identificar o arqueólogo para que o mesmo possa se responsabilizar pelo trabalho. Já no código da SAB, parece que a preocupação é dar crédito ao arqueólogo. Nos dois textos temos críticas contra o comércio de material arqueológico, apesar de isso não ser explicitamente proibido. As questões de público e educação diferem bastante para os brasileiros e americanos. Para a SAA, no princípio 4, *Public Education and Outreach*, vemos a preocupação em tentar produzir conhecimento não somente pelos arqueólogos, mas, sempre que possível, atuar junto das comunidades, levando em conta o ponto de vista de todos que se interessam pelo trabalho arqueológico. Para a SAB, em minha análise, vejo uma hierarquização na produção do saber arqueológico que, ao se referir ao público e comunidades nos artigos 2.2.2, 2.2.3 e 2.3.3, apenas coloca o problema com a acessibilidade das produções arqueológicas. A preocupação passa mesmo por colocar o conhecimento produzido à disposição, atuar na permanência do material arqueológico nas comunidades e facilitar o acesso a ele. Nesse quesito, o código de ética da SAB peca ao não considerar a comunidade como parte da criação do conhecimento arqueológico, preocupando-se mais com o trabalho profissional do arqueólogo,

inclusive imbuindo os próprios profissionais com a delação de violações do código, caso aconteça (artigo 2.3.5).

No Brasil, ainda temos um projeto de lei (projeto n. 912/2007) que regulamentaria a atividade do arqueólogo, porém isso ainda permanece um projeto. O objetivo desse projeto de lei é dar maior poder para o arqueólogo no que diz respeito ao cuidado e manejo dos sítios arqueológicos, e da prática arqueológica. O arqueólogo está apto a se tornar um profissional no Brasil, se aprovada a lei, apenas se: 1) portar um título de bacharel em arqueologia por instituições brasileiras reconhecidas pelo MEC, 2) ser formado em arqueologia por alguma instituição do exterior sendo a arqueologia reconhecida como profissão no país da instituição ou 3) tendo participado de um curso de pós-graduação de no mínimo de dois anos, onde a arqueologia foi o tema central. Para não formados em arqueologia, o trabalho consecutivo por cinco anos, ou interrompidos por dez anos dão a qualidade de arqueólogo profissional também.

Além de definir quem pode ser arqueólogo profissional, o projeto n. 912/2007 também define as atribuições do arqueólogo, que seriam:

“I) planejar, organizar, administrar, dirigir e supervisionar as atividades de pesquisa arqueológica; II) identificar, registrar, prospectar, escavar e proceder o levantamento de sítios arqueológicos; III) executar serviços de análise, classificação, interpretação e informação científica de interesse arqueológico; IV) zelar pelo bom cumprimento da legislação que trata das atividades de Arqueologia no País; V) coordenar, chefiar, supervisionar e administrar os setores de Arqueologia nas instituições governamentais de administração pública direta e indireta, bem como em órgãos particulares, conforme dispõe o art. 9º desta Lei; VI) prestar serviços de consultoria e assessoramento na área de Arqueologia; VII) realizar perícias destinadas a apurar o valor científico e cultural de bens de interesse arqueológico, assim como

sua autenticidade; VIII) orientar, supervisionar e executar programas de formação, aperfeiçoamento e especialização habilitadas na área de Arqueologia; IX) orientar a realização de seminários, colóquios, concursos, exposições de âmbito nacional ou internacional, na área de Arqueologia, fazendo-se nelas representar; X) elaborar pareceres relacionados a assuntos de interesse na área de arqueologia; XI) coordenar, supervisionar e chefiar projetos e programas na área de Arqueologia.” (retirado de <http://www.camara.gov.br/sileg/MontarIntegra.asp?CodTeor=618652> em 09/04/2010)

Esse projeto de lei define tais atribuições a arqueólogos, como uma espécie de código de ética, essa que ainda falta em alguns casos por aqui. Para que isso deixe de ser um sonho, o comprometimento público do arqueólogo deveria ser muito maior. Funari critica os arqueólogos brasileiros pelo comportamento e falta de interesse:

“Geralmente, arqueólogos não publicam seus relatórios, já que não existe nenhuma norma permanente exigindo pesquisa e a publicação dos resultados, como é o caso de outros países. Nesse caso, a audiência de muitas etapas de campo fica restrita aos voluntários que auxiliaram nas escavações. Quando são publicados relatórios e dissertações, os leitores resumem-se nos poucos que tiveram acesso aos originais e/ou cópias nas bibliotecas... No entanto, cada vez mais arqueólogos têm publicado seus relatórios em periódicos locais, permitindo que os leitores se tornem mais numerosos: a um número máximo de várias centenas de colegas arqueólogos. A maioria dos arqueólogos escreve em português e não tem qualquer intenção de se dirigir para um público não-brasileiro; alguns poucos periódicos publicam artigos em língua estrangeira e/ou são multilinguísticos... Considerando que há menos de 200 arqueólogos no país, e que lidam com uma variedade de diferentes temas, se um artigo é lido por mais de dez pessoas, trata-se de uma exceção. (FUNARI, 2004)⁷³

⁷³ “Usually, archaeologists do not publish their reports, as there is no explicit and abiding rule demanding research and publication of the results, as is the case in many other countries. In this case, the audience for several field seasons is restricted to the volunteers who assisted with the excavations. When there are unpublished reports or dissertations, the readership is restricted usually to a few people who have access to the original and/or to copies in libraries...Increasingly though, archaeologists have been publishing their reports in local journals, enabling the readership to become wider: up to several hundred fellow archaeologists. Most archaeologists write in Portuguese and have no intention of addressing a non-brazilian scholarly audience; few journals publish papers in foreign language and/or are multilingual...Considering that there are fewer than two hundred archaeologists in the country, and that they deal with a variety of different subjects, if a paper is read by more than ten people it is an exception.” (FUNARI, 2004)

Para Ana Piñon, isso se deve a vários fatores, entre eles, a forma como o Brasil trabalhou com arqueologia durante a ditadura militar, onde o único grande projeto foi o PRONAPA, um projeto de grande escala que se apoiava na errada idéia de que o Brasil era arqueologicamente 99% terra incógnita. Tinha como objetivo estabelecer cronologias para o desenvolvimento cultural da ocupação humana em todo o país, através de uma metodologia de campo e de laboratório padronizada e única para todas as áreas. Outros fatores decorreram disso, inclusive o atraso da profissionalização da disciplina no Brasil.

Há a crítica de que existem poucas publicações de arqueologia, e o que é publicado são textos pouco inteligíveis, cheios de tecnicismos e com baixos níveis interpretativos. A isso se soma a instabilidade das publicações, que mudam de nome, atrasam edições ou simplesmente não tem distribuições em qualquer tipo de livraria. Como exemplo disso, podemos falar da revista do museu paulista, que já se chamou Dédalo, Revista da Pré-História e revista do Museu Paulista. Ou mesmo a revista do museu de História Natural de UFMG, que entre a penúltima edição e a mais recente, há um vazio de anos.

Outro problema relacionado à arqueologia e arqueólogos no Brasil é a forma como vem se desenvolvendo a grande maioria dos projetos hoje em dia. Como a maioria das escavações que ocorrem são relacionadas ao que chamamos de arqueologia de contrato, o nível dos trabalhos tem ficado muito aquém do desejado. Desde falta de relatórios dos campos, a falta de um projeto real, vemos também a forma de divulgação desses projetos como algo de pouca preocupação. Nesse caso, a aprovação do projeto n. 912/2007 ajudaria em muito a resolver esses tipos de problemas, já que hoje dependemos quase que exclusivamente de órgãos públicos como o IPHAN (Instituto do

Patrimônio Histórico Artístico Nacional) para fazer frente a trabalhos desqualificados em arqueologia. Porém tal instituto ainda sofre da carência de arqueólogos competentes para analisar e aprovar de forma mais correta os projetos que transitam pelas mesas.

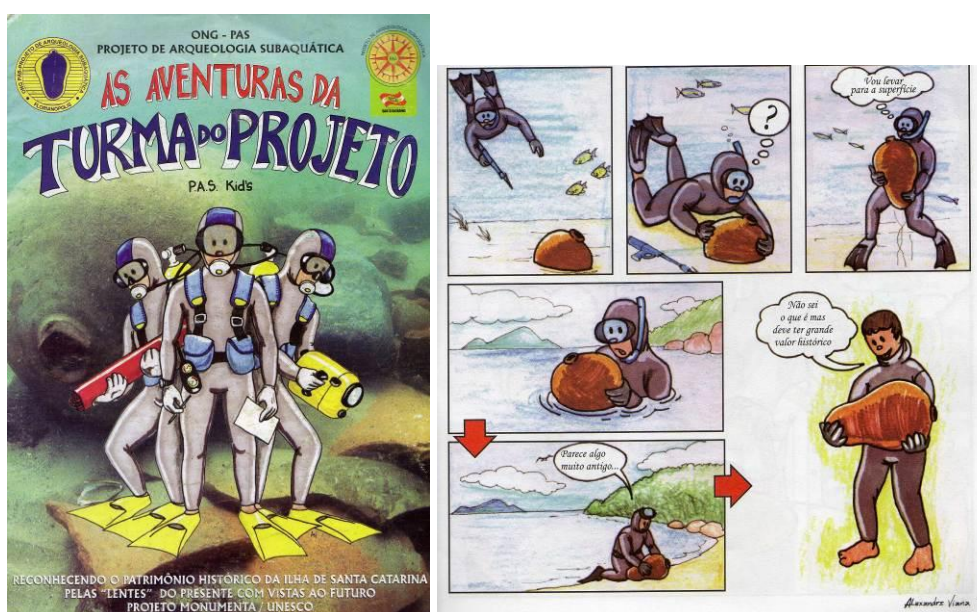
Hoje em dia, ainda há a preocupação com algum tipo de educação patrimonial, mas que permanece reproduzindo um modelo de educação onde as crianças se sentem agentes passivos, impossibilitadas de entender e escrever sua própria história. Ao reproduzir esses modelos tradicionais de educação, não estamos fazendo mais do que perpetuar o silêncio das múltiplas histórias que compõem o amálgama da população brasileira.



Vemos nessa cartilha de educação elementos que se repetem pelo Brasil. O elemento branco, loiro, ensinando negros e indígenas o que é arqueologia. Essa forma de hierarquização racial é um componente que parece muitas vezes despercebido, enraizados no senso-comum que ainda vê o indígena como o bom selvagem, e o negro excluído de uma formação educacional. Ainda há o problema de se considerar sempre que o caso de educar é algo somente para crianças, o que não permite que tais cartilhas sejam levadas a sério por adultos em geral. A imagem do indígena segurando o zoolito pode evocar, ainda, conotações sexuais, algo muito comum quando se pensa na figura

indígena na reprodução colonial do indígena. Nesse tipo de cartilha há uma mistura de uma visão histórico-cultural da arqueologia, demonstrando culturas através de artefatos marcadores culturais, e uma visão processualista, onde metade da cartilha aponta para problemas de adaptação ambiental que, ao generalizar, acabam apagando as diferenças culturais, tornando a cultura uma mera forma de adaptação. Ou seja, muitas vezes ainda passam informações descontextualizadas numa narrativa com pouco sentido.

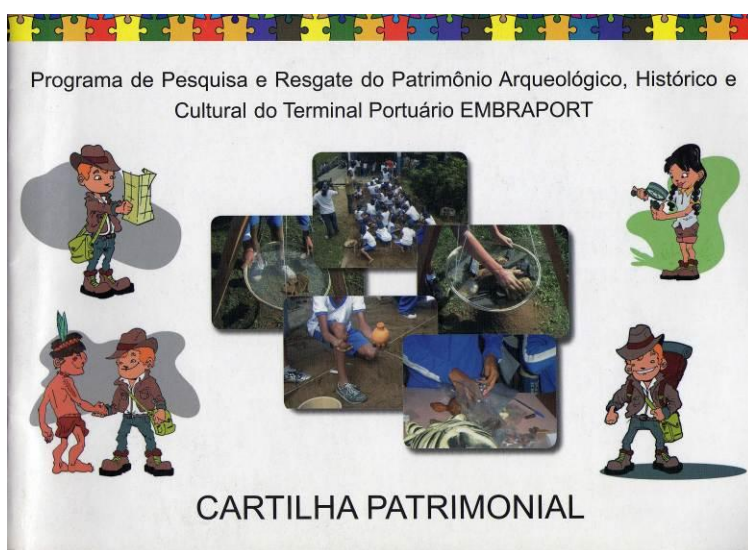
Ainda há cartilhas de educação patrimonial que, apesar de bem desenhadas e com muita informação, ainda ensinam práticas consideradas por muitos arqueólogos como errôneas. É o caso de:



No caso, a ilustração praticamente orienta pessoas a retirarem material dos sítios arqueológicos subaquáticos, atitude que posteriormente é elogiada pelo arqueólogo da marinha. A cartilha começa com uma história de moradores de Florianópolis que, durante uma atividade de mergulho, acabam encontrando objetos arqueológicos submersos. É quando se decide tirar o objeto e ligar para o arqueólogo da marinha. Apesar dessa orientação estranha, ao mostrar essa prática como algo natural e não

repreensível, a cartilha incentiva de uma maneira interessante o engajamento da sociedade com a proteção do patrimônio arqueológico submerso. Com a participação da comunidade, eles criam uma espécie de museu gerenciado pelas pessoas da comunidade com a ajuda de arqueólogos. Apesar de mostrar uma forma hierarquizada de construção do conhecimento arqueológico, o arqueólogo diz ao público o que fazer, e o público apenas absorve essas orientações, o que faz desse público observador passivo diante das afirmações do arqueólogo. A iniciativa de se tentar um começo de relacionamento com a comunidade, no entanto, é bem intencionada.

Temos alguns outros exemplos que tentam através de diferentes formas de comunicação, formar uma nova relação com o público da arqueologia. A cartilha do Programa de Pesquisa e resgate do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural do Terminal Portuário EMBRAPORT é um bom exemplo. Já com algumas páginas a mais do que a maioria dos panfletos, ela explica passo a passo o trabalho do arqueólogo, as suas relações com o público, de uma maneira que tenta integrar todas as idades.





Com ajuda dos monitores, estudantes simulam escavação durante a Semana de Arqueologia



26

Apesar de ainda dar preferência para o público infantil, meta principal da maioria dos guias de educação patrimonial, a cartilha em questão coloca informações também para um público adulto, mostrando sob uma ótica diferente o desenvolvimento das pesquisas que envolvem as comunidades. Apesar de ainda mostrar uma via de informação de mão única, do arqueólogo orador e de um público receptor, tratando de certa forma com um público como se ele fosse mero observador, a cartilha coloca a importância da participação das comunidades para a preservação do patrimônio histórico da região. Dessa forma, ao menos no papel, que Holtorf (2004, 2007), como

visto anteriormente, classifica de polícia patrimonial, o público alvo da cartilha tem um papel ativo, inter-relacionando com as idéias dos arqueólogos.

Outro exemplo interessante, e talvez o mais impactante para mim, é a cartilha *Uma Aventura Arqueológica, Turminha do Patrimônio*. Através de uma história um pouco mais desenvolvida do que as demais, eles tentam envolver o leitor da cartilha, colocando pontos que ligam o leitor a sua própria cultura (no caso, os gaúchos). Fazem associações dos achados arqueológicos pré-históricos e históricos com o que vivemos hoje e coloca a função da criança como ativa na construção dessa identidade.



Ao demonstrar a cultura gaúcha, apesar da tentativa de criar um envolvimento do leitor com o conhecimento da cartilha, há uma certa imposição cultural do que é ser gaúcho, mostrando de forma um pouco estereotipada tal cultura. Apesar dos problemas, podemos ver o lado positivo da cartilha que faz com que as crianças interajam com seu conteúdo, além de atividades de pintar e recortar. Há, ainda, uma familiaridade com o conteúdo ali impresso para os adultos, que se vêem de certa forma representados na cartilha através das tradições locais.

Geralmente o que vemos nas cartilhas são formas padronizadas e universalizantes, que não levam muito em consideração a diversidade cultural, tratando toda a pesquisa arqueológica brasileira de forma muito semelhante, de um jeito que serviria para qualquer região do país. Isso demonstra a falta de interesse dos criadores das cartilhas na particularidade de cada público específico de onde é feita a escavação. Dessa forma, o interesse pelo material passa a ser quase inexistente, atraindo apenas aqueles que já ouviram falar de arqueologia e que se interessavam por ela de alguma forma.

Discussões finais e conclusões

Eu me propus, nessa dissertação, a discutir as influências dos discursos arqueológicos na maneira como as pessoas enxergam arqueologia, assinalando o potencial que ainda temos para trabalhar com a representação que o público tem de nós e para fazer uma arqueologia verdadeiramente pública. Tentei deixar claro que, para que isso ocorra, devemos pensar numa arqueologia que aceite múltiplas vozes em sua interpretação e que seja crítica para que sempre possa aderir a novas idéias. *“Muitas questões permanecem sem resposta, pois arqueólogos não têm tratado sua relação com o público como algo que merecesse sua atenção acadêmica. Agora é hora de estudar essa relação com o mesmo grau de rigor como os arqueólogos estudam as sociedades do passado.”* (MERRIMAN, 2004).⁷⁴

É importante perceber que o passado que interessa a uns, pode não ser de interesse de outros. Grupos considerados subordinados não necessariamente desejam encaixar suas arqueologias num esquema universal das instituições acadêmicas anglo-americanas. Ao invés disso, esses grupos podem querer explorar o significado de seus monumentos de maneira mais pessoal, independente de uma corrente de pensamento internacional. *“Muitas pessoas de fato querem um passado definido como recurso científico por nós, mas um passado que seja uma história a ser interpretada. Nesses moldes, os debates públicos sobre o papel contemporâneo da arqueologia e a*

⁷⁴ “Many basic questions remained unanswered because archaeologists have until recently not treated their relationship with the public as something which merited their academic attention. It is time now to study that relationship with the same degree of rigor as archaeologists study societies of the past.” (MERRIMAN, 2004).

disseminação de conhecimento arqueológico correm em paralelo com o chamado por uma arqueologia interpretativa.” (HODDER, 1992)⁷⁵

Zarankin diz que isso faz parte de um pensamento pós-moderno na arqueologia, *“Partindo dessas posições, não existe um passado único e monolítico, mas sim muitos passados construídos a partir de marcos diferentes – étnicos, religiosos, políticos, sexuais, etc.” (ZARANKIN, 2000).⁷⁶*

Concordando que é visível o desejo de grupos não brancos, anglo-saxões, protestantes, masculino, intelectuais (o famoso w.a.s.p.), escreverem seu próprio passado. A idéia não é mais deslumbrar com aquisições materiais, e sim significar aquela experiência para o público presente. Foi-se a época em que apenas objetos exóticos, como sarcófagos egípcios ou moedas gregas e romanas apareciam, agora também interessa a história que una o público com sua história.

É interessante ver que há novas maneiras de se pensar arqueologia, onde a ênfase não está no tradicional “o que o público pode fazer pela arqueologia”, e sim no que a arqueologia pode fazer pelo público. Não afirmo que a arqueologia só se justifique se for relevante para a sociedade contemporânea, mas não podemos mais nos contentar em justificá-la através de noções acadêmicas e de objetividade: deve-se dar algo em troca para as pessoas.

Ao discutir as correntes teóricas, creio que consegui deixar claro o porquê das minhas escolhas por uma arqueologia interpretativa. Ao discutir nos primeiros capítulos

⁷⁵ “Many people do not want a past defined as a scientific resource by us, but a past that is a story to be interpreted. In these ways the public debates about the contemporary role of archaeology and the dissemination of archaeological knowledge run in parallel with the call for an interpretative archaeology.” (HODDER, 1992)

⁷⁶ “Desde estas posiciones no existe un único y monolítico pasado sino que existen muchos pasados construidos desde marcos diferentes – étnicos, religiosos, políticos, sexuales, etc.” (ZARANKIN, 2000).

sobre arqueologia histórico-cultural e processualismo, considero ter evidenciado que ambas não dão conta de lidar com esse fenômeno relativamente recente que é a Arqueologia Pública, no sentido em que eu a considerei mais real, que faz parte de um público mais amplo, onde as pessoas criam sua própria história, dão seus próprios significados a ela, não apenas aceitando a versão do arqueólogo profissional ou dos educadores formais. Preparei uma tabela no intuito de sintetizar a relação entre as correntes e relação com público:

Correntes Teóricas	Museus	Mídia	Arqueólogos (Cartilhas e Programas)	Relação com o público
Histórico-Culturalismo	- MAE-USP - Colonial Williamsburg - Museu Sambaqui Joinville - Museu Paulista - Memorial do Cerrado	- Göran Burenhult exotic explorations - Ateliê de Luzia - Indiana Jones	- Aprendendo Arqueologia - As Aventuras da Turma do Projeto	- Trata o público de uma forma passiva, hierarquizando as produções de saber. - Pouco preocupado com a forma que o público vai perceber a arqueologia. - Público que atinge é praticamente apenas de arqueólogos.
Processualismo	- Memorial do Cerrado	- C14- Advances into the past: Archaeological Discoveries in Germany - G: Globo Notícias - Folha de São Paulo	- Aprendendo Arqueologia	- Trata o público de uma forma passiva, hierarquizando as produções de saber. - Há uma preocupação em se tentar explicar a lógica da descoberta arqueológica. - Público restrito a científicos e aficionados.
Arqueologias Pós-processuais	- Jorvik Centre - Museu Arqueológico Alexandria	- Ateliê de Luzia	- Society of Museum Archaeologists - African burial ground Project - As Aventuras da Turma do Projeto - Uma Aventura Arqueológica, Turminha do Patrimônio	- Dá maiores possibilidades para o público ter uma relação ativa na construção de sua história. - Considera múltiplas vozes, não somente a do arqueólogo. Trazendo novas luzes para a interpretação arqueológica. - Público amplo, qualquer pessoa pode fazer suas interpretações.

Tabela 4. Relação correntes teóricas e público.

Com os exemplos que temos de fora, não temos a necessidade de começar tudo do zero, motivo pelo qual pensei em trazer tais exemplos para o texto. Claro que uma prática brasileira de Arqueologia Pública vai ter suas singularidades, já que cada comunidade, cada contexto é único, mas é importante ter em mente que atitudes devem ser tomadas para sair desse modelo “mais do mesmo”, onde a reprodução de práticas tradicionais acaba por condicionar as pessoas a terem mais dificuldades em se relacionar com a arqueologia, com a história que elas criam. Ao reproduzir tais práticas, estamos reprimindo a produção de conhecimento das pessoas, empurrando para elas, inclusive, todo o conhecimento gerado apenas por nós arqueólogos de uma maneira hierárquica. E não só nesse sentido de criação de conhecimento, mas também na própria maneira de se pensar as instituições que nasceram para interagir com o público.

Os museus como *Jorvik Centre*, em York na Inglaterra, que foi discutido nas páginas acima, é um exemplo de como podemos pensar em outra maneira de relacionar o público com o que fazemos. Museus vivos, vendidos como experiência, para que as pessoas não se sintam presas a paredes, da mesma maneira que é feito em *Colonial Williamsburg*, onde as pessoas podem viver o dia-a-dia da cidade histórica americana. Esses modelos de fato têm muitos problemas, ao passar uma imagem da história muitas vezes elitista, e sem levar em consideração a voz dos que ficaram excluídos da produção dessa história, porém são iniciativas que começam a pensar não só no que os profissionais criadores de histórias precisam, mas também no que o público quer.

No Brasil, tive contato com diversos museus, e a impressão que ficou foi sempre muito similar, a de que as instituições pararam no tempo. Há muitas tentativas de se mudar essa forma de se enxergar o museu, mas, na prática, pouco ou nada é feito. No

caso do Museu Paulista, lembro-me da ocasião de minha visita quando estava ainda na primeira série do ensino básico. O que senti foi muito similar ao que senti hoje. Pouco mudou, a intenção ainda é exaltar a história da elite paulista como locomotiva do Brasil, deixando de lado a rica e diversa história possível de ser contada. Coloco aqui minha experiência tanto como público, como quanto arqueólogo, ao visitar esses museus. Em relação a fatos históricos, informações sobre figuras importantes e, em alguns museus, a forma como a humanidade se adaptou ao ambiente, agreguei algum tipo de conhecimento, mas algo que, por não levar em conta nenhuma especificidade que me interessa, a probabilidade de que eu esqueça o que ali observei é enorme. Como público, praticamente todos os museus brasileiros não me trouxeram nada que chamasse muita atenção, no que tange ao entretenimento, afinal, cultura não precisa ser chata. O mesmo acontece com outros museus que seguem as mesmas estruturas tradicionais do começo do século XX, e insistem em manter essa visão concretada da história. Como diz Funari:

“A alienação da população e o divórcio entre o povo e as autoridades distanciam e separam as preocupações corriqueiras das pessoas comuns e o ethos e políticas oficiais. Houve uma política de patrimônio que preservou a casa-grande, as igrejas barrocas, os fortes militares, as câmaras e cadeias como as referências para a construção de nossa identidade histórica e cultural e que relegou ao esquecimento as senzalas, as favelas e os bairros operários...Para o povo, há, pois, um sentimento de alienação, como se sua própria cultura não fosse, de modo algum, relevante ou digna de atenção.”(FUNARI, 2007. P.73)

Para Funari – e concordo com ele – acontece, através disso, a subtração dos homens de seu potencial de transformação social. Temos dentro dos museus, como é o caso do Memorial do Cerrado, uma clara separação entre os profissionais que montam a exposição. Essa segmentação acontece na maioria das instituições brasileiras, o que demonstra uma acomodação na tentativa de fazer com que tais instituições de fato sejam relevantes ao público.

Nós, como arqueólogos, devemos cada vez mais refletir sobre nossas ações, sobre o poder que temos ao criar histórias, ao trabalharmos com a cultura material. Esse trabalho tem um motivo para ser feito além do puramente acadêmico. Acredito que podemos ir em direção de uma arqueologia de fato pública, ao inserir o que realmente importa para as pessoas, dando maior relevância social à produção arqueológica. Não há motivos para ficarmos engessados num modelo tradicional que pouco ou nada traz de proveitoso em nossa relação com as pessoas a não ser a acomodação. Creio que o futuro do que conhecemos hoje por arqueologia dependerá do envolvimento das comunidades, na valorização desse passado como parte de nossa própria vida.

Gosto de pensar na arqueologia como um caleidoscópio (HODDER, 1999) onde após cada mexida que você dá, há uma nova formação visual. Cada vez que tentar olhar, então, irá ver uma imagem nova se formando, de onde poderá tirar novas informações, criar novas narrativas, novas visões. Proponho que possamos dar uma agitada em nosso caleidoscópio sempre que quisermos ver as diversas visões que compõem nosso mundo hoje, e que fantásticas visões serão possíveis após uma simples mudança de posição.

Referências Bibliográficas

ARNOLD, Bettina. (1996) *The Past as Propaganda: Totalitarian Archaeology in Nazi Germany*. IN: *Contemporary Archaeology in Theory*, Blackwell, Oxford.

BEAVIS, J. & HUNT, A. (1999) *Communicating Archaeology*, Oxbow books.

BELLO, A. A. (2006). *Introdução à fenomenologia*. Bauru: Edusc.

BINFORD, Lewis R.(1987) *Middle-range Research and the Role of Actualistic Studies*. Academic Press, New York.

_____.(2007a) *Humo de Sauce y Colas de Perros: Los sistemas de asentamiento de los cazadores-recolectores y la formación de los sitios arqueológicos*. IN: *Clásicos de Teoría Arqueológica Contemporánea*, SAA, Buenos Aires, (original de 1980).

_____.(2007b) *Arqueologia como Antropología*. IN: *Clásicos de Teoría Arqueológica Contemporánea*, SAA, Buenos Aires, (original de 1962).

_____.(2007c) Los Pozos Ahumadores y el Ahumamiento de Cueros: El Uso de la Analogía en el Razonamiento Arqueológico. IN: *Clásicos de Teoría Arqueológica Contemporánea*, SAA, Buenos Aires, (original de 1967).

CARVALHO, A. V. ; FUNARI, P. P. A. (2009) *As possibilidades da Arqueologia Pública* 24/03/2009. *História e-História*, v. 2009.

CASTAÑO, Ana Maria Mansilla.(2006) A divulgação do patrimônio arqueológico em Castilla y León (Espanha): O desafio dos espaços divulgativos. IN: *Arqueologia Pública*, 1, Campinas, Editora da Unicamp.

CERQUEIRA, Fábio V. (2010) *Arqueologia pública na sociedade brasileira no início do século XXI*. 13/01/2010. *Historia e-História*, v.2010.

CLARKE, D. L. (1968) *Analytical Archaeology*, London, Methuen.

DEETZ, James(1996) *In Small Things Forgotten. An Archaeology of Early American Life*. Anchor Book, New York.

DURANT, J. (1997). Editorial. *Public Understanding of Science* 6(4). London.

FERREIRA, L. M. (2005) Solo Civilizado, Chão Antropofágico: A Arqueologia Imperial e os Sambaquis. IN: FUNARI, P.P.A., ORSER JR., C. & SCHIAVETTO, S.N. de O. *Identidades, Discurso e Poder: Estudos da Arqueologia Contemporânea*. São Paulo, Annablume.

_____. (2010) Arqueologia da Escravidão e Arqueologia Pública: Algumas Interfaces. IN: *Vestígios*, vol.3, n.1. Belo Horizonte.

FERREIRA, L.M. & FUNARI, P. P. A. (2009) Arqueologia como prática política. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 4.

FLANNERY, Kent V. (1982) The Golden Marshalltown: A Parable for the Archeology of the 1980s. IN: *American Anthropologist*, New Series, Vol. 84, No. 2.

FUNARI, P.P.A. (2003) *Arqueologia*. São Paulo, Contexto.

_____. (2004) Public Archaeology in Brazil. IN: MERRIMAN, Nick (ed.) *Public Archaeology*. London and New York: Routledge.

_____. (2007) *Arqueologia e Patrimônio*, Erechim, Habilis.

FUNARI, P.P.A. & CARVALHO A. V.(2005) *Palmares: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Zahar.

FUNARI, P.P.A & NOELLI, F. S. (2001) *Pré-História do Brasil*. São Paulo, Contexto.

FUNARI, P.P.A. ROBRAHN-GONZÁLEZ (2006) *Arqueologia Pública*, 1, Campinas, Editora da Unicamp.

FUNARI, Pedro P. A. & ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika M. (2008) *Ética, Capitalismo y Arqueologia Pública en Brasil*. IN: ACUTO, Felix A. & ZARANKIN, Andrés (Eds.) *Sed Non Satiata II: Acercamientos Sociales en la Arqueología Latinoamericana*. Córdoba, Encuentro Grupo Editor.

GALEANO, E. (1971) *Las Venas Abiertas de América Latina*, Buenos Aires: Siglo veintiuno editores.

GILMAN, Antonio (2007) *El Marxismo en la Arqueologia Norteamericana*, IN: *Clásicos de Teoría Arqueológica Contemporánea*, SAA, Buenos Aires.

GNECCO, Cristóbal & HERNÁNDEZ, Carolina (2008) History and Its Discontents: Stone Statues, Native Histories, and Archaeologists. IN: *Current Anthropology*, Vol. 49, No. 3.

GUIMARÃES, Carlos M. (1990) *O Quilombo do Ambrósio: Lenda, Documentos e Arqueologia Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, Brazil.

HEMPEL, C. (1952) *Fundamentals of Concept Formation in Empirical Science*. Chicago, University of Chicago Press.

HERNANDO, A. (2002) *Arqueología de la identidad*. Madrid, Akal.

HILBERT, Klaus(2006) Qual o Compromisso Social do Arqueólogo Brasileiro? IN: *Revista de Arqueologia*, SAB.

HILL, J. N. (1970) Broken K. Pueblo, IN: *Anthropological Papers* 18, University of Arizona.

HODDER, I. & ORTON, C. (1976) *Spatial Analysis in Archaeology*, Cambridge University Press.

HODDER, I. (1982) *Symbols in Action: New Studies in Archaeology*, Cambridge: Cambridge University Press.

_____. (1986) *Reading the past: current approaches to interpretation in archaeology*, Cambridge: Cambridge University

_____ . (1991) Interpretative archaeology and its role, IN: *American Antiquity*, vol.56, No. 1.

_____. (1992) *Theory and practice in archaeology*, London: Routledge.

_____. (1999) *The Archaeological Process: An Introduction*, Oxford: Blackwell Publishers.

HOLTORF, C. (2005) *From Stonehenge to Las Vegas. Archaeology as Popular Culture*. Walnut Creek: Altamira Press

_____. (2007) *Archaeology is a brand! :The meaning of archaeology in contemporary popular culture*. Oxford, Caric Press.

JOHNSON, Matthew. (2000) *Teoria Arqueológica*. Ariel, Barcelona.

JORGE, Vitor O.(2002) *Fragmentos, Memórias, Incisões : Novos contributos para pensar a arqueologia como um domínio da cultura*. Lisboa, Edições Colibri.

LEONE, M. (1972) *Contemporary Archaeology*. Southern Illinois University Press.

LIMA, Tania A.(2006) *Teoria Arqueológica em Descompasso no Brasil: o caso da Arqueologia Darwiniana*. IN: *Revista de Arqueologia*, SAB.

LITTLE, B. J. & SHACKEL, P. A.(2007) *Archaeology as a Tool of Civic Engagement*. Lanham, Altamira Press.

LITTLE, Barbara J. (2007) *Archaeology and Civic Engagement*. IN: LITTLE, B. J. & SHACKEL, P. A.(Eds.) *Archaeology as a Tool of Civic Engagement*. Lanham, Altamira Press.

LYNOTT, Mark J.(1997) *Ethical Principles and Archaeological practice: Development of an Ethics Policy*, IN: *American Antiquity*, 62(4).

MARX, Karl (1985) *O Capital*, vol. 1 – Livro 1. São Paulo: Difel

MCDAVID, Carol (2007) *Beyond Strategy and Good Intentions: Archaeology, Race, and White Privilege*. IN: LITTLE, B. J. & SHACKEL, P. A.(Eds.) *Archaeology as a Tool of Civic Engagement*. Lanham, Altamira Press.

MERRIMAN, Nick (1991) *Beyond the Glass Case. The Past, the Heritage and the Public in Britain*. Leicester, London and New York: Leicester University Press.

_____. (2004) Introduction: Diversity and Dissonance in Public Archaeology. IN: MERRIMAN, Nick (ed.) *Public Archaeology*. London and New York: Routledge.

_____. (2004) Involving the public in museum archaeology. IN: MERRIMAN, Nick (ed.) *Public Archaeology*. London and New York: Routledge.

MORI. (2000). *Attitudes Towards the Heritage. Research Study Conducted for English Heritage*. Documento eletrônico, (<http://www.ipsos-mori.com/researchpublications/researcharchive/poll.aspx?oItemId=1558>).

MULLINS, Paul R. (2007) Politics, Inequality, and Engaged Archaeology: Community Archaeology Along the Color Line. IN: LITTLE, B. J. & SHACKEL, P. A.(Eds.) *Archaeology as a Tool of Civic Engagement*. Lanham, Altamira Press.

MUSIL, Caryn M. (2005) Educating. for Citizenship *Peer Review* 5. Documento eletrônico, (<http://www.aacu.org/peerreview/pr-sp03/pr-sp03feature1.cfm>).

PATTERSON, Thomas C. (2007) Algunas Tensiones Teóricas en y entre Las Arqueologías Procesualista y Post-Procesualista. IN: *Clásicos de Teoría Arqueológica Contemporánea*, SAA, Buenos Aires.

PEERS, R. (1999) Museums and Archaeology. IN: BEAVIS, J. & HUNT, A. *Communicating Archaeology*, Oxbow books.

PHILIPS, Philip & WILLEY, Gordon R. (1953). Method and theory in American archaeology: An operational basis for culture-historical integration. IN: *American Anthropologist* 55(5).

PIÑON, A. (2008) *Brasil: arqueología, identidad y origen*, Mar del Plata, Argentina.

POPPER, K. (1959) *The Logic of Scientific Discovery*, London, Routledge Classics.

RAMOS, M. & DUGANNE, D. (2000) *Exploring Public Perceptions and Attitudes about Archaeology*. Washington, DC: Society for American Archaeology.

REID, J. J., SCHIFFER, M. B. & RATHJE, W. L. (1975) Behavioral Archaeology: Four Strategies, IN: *American Anthropologist* 77.

RENFREW, Colin & BAHN, Paul.(1993) *Arqueología: Teoría, Métodos y Práctica*. Akal Ediciones, Madrid.

RODRIGUES, M. 2001 Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo, IN *Turismo e Patrimônio cultural*, P.P.A. FUNARI & J. PINSKY(orgs.) São Paulo, Contexto.

ROSE, S.(1992). Governing the enterprising self. IN: Heelas, P. and Morris, P. (eds) *The Values of the Enterprise Culture. The Moral Debate*. London: Routledge.

SAITTA, Dean J. (2005)Dialoguing with the Ghost of Marx, Mode of production in Archaeological Theory. IN: *Critique of Anthropology*, vol.25(1), Sage Publications, London.

_____. (2007) *Archaeology of Collective Action*, Florida, University Press of Florida.

SCHIFFER, M. B., (1976) *Behavioral Archaeology*, Academic Press.

SENATORE, Maria X. & ZARANKIN, Andres. (2002) *Leituras da Sociedade Moderna: Cultura Material, Discursos e Práticas*. IN: *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul*, Ediciones Del Tridente, Buenos Aires.

SHACKEL, Paul A. (2007) *Civic Engagement and Social Justice: Race on the Illinois Frontier*. IN: LITTLE, B. J. & SHACKEL, P. A. (Eds.) *Archaeology as a Tool of Civic Engagement*. Lanham, Altamira Press.

SHANKS, M. & TILLEY, C. (1987a) *Reconstructing Archaeology*, Cambridge: Cambridge University Press.

_____. (1987b) *Social Theory and Archaeology*. Oxford, Polity Press.

SHANKS, M. (1992) *Experiencing The Past*, London: Routledge.

_____. (2001) *Culture/Archaeology: The Dispersion of a Discipline and its Objects*.

IN: *Archaeological Theory Today*, Cambridge: Polity Press.

SMARDZ, Karolyn (1977) *The Past Through Tomorrow: Interpreting Toronto's Heritage to a Multicultural Public*. IN: JAMESON, J. (ed.) *Presenting Archaeology to the Public. Digging for Truths*, Walnut Creek: Altamira Press.

_____. (2004) *Archaeology and Public Education in North America: ciew from the beginning of the millennium*. IN: MERRIMAN, Nick (ed.) *Public Archaeology*. London and New York: Routledge.

STEWART, Julian(1955). *Theory of Culture Change: The Methodology of Multilinear Evolution*. Urbana: University of Illinois Press.

TILLEY, C. (1990) *Reading Material Culture: Structuralism, Hermeneutics and Post-Structuralism*, Oxford: Basil Blackwell.

TRIGGER, Bruce G.(1996) *Alternative Archaeologies: Nationalism, Colonialism, Imperialist*. IN: *Contemporary Archaeology in Theory*, Blackwell, Oxford.

_____. (2004) *História do Pensamento Arqueológico*. Odysseys, São Paulo.

WHITE, Leslie A. (1959). *The Evolution of Culture*. McGraw-Hill, New York

WILLEY, Gordon R. & PHILIPS, Phillip. (1958). *Method and theory in American Archaeology*. Chicago: University of Chicago Press.

YATES, T.(1990) There is Nothing Outside the Text. IN: *Reading Material Culture: Structuralism, Hermeneutics and Post-Structuralism*, Oxford: Basil Blackwell.

ZARANKIN, A. (2000) El Pensamiento Moderno y el Pensamiento Posmoderno em Arqueologia, IN: RAGO, M. & GIMENES, R. A. de O. *Narrar o passado, repensar a história*, Campinas: Editora da Unicamp.

_____ (2002) *Paredes que Domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista*. Campinas: FAPESP.

Website acessados:

Programa TimeTeam: <http://www.channel4.com/history/microsites/T/timeteam/>

Site do filme Indiana Jones: <http://www.indianajones.com/site/index.html>

Site do filme Tomb Raider: <http://www.imdb.com/media/rm6>

Notícias da Folha de São Paulo:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u500943.shtml>

Notícias jornalismo da Globo:

<http://g1.globo.com/Noticias/Ciencia/0,,MUL924283-5603,00.shtml>

Colonial Williamsburg: <http://www.history.org/foundation/mission.cfm>

Museu de Alexandria: <http://oha.alexandriava.gov/archaeology/>

Jorvik Centre: <http://www.jorvik-viking-centre.co.uk/>; <http://www.digyorke.com/>

Museu Paulista: http://www.mp.usp.br/exposicao/expo_longa.html

Centro Cultural Jesco Puttkamer: <http://www.ucg.br/ucg/Institutos/igpa/jesco/sala2.htm>

Museu Arqueológico do Sambaqui de Joinville: <http://www.museusambaqui.sc.gov.br/>

African Burial Ground Project: <http://www.africanburialground.gov/>

Projeto de lei n. 912/2007:

<http://www.camara.gov.br/sileg/MontarIntegra.asp?CodTeor=618652>

Princípios de Ética SAA:

<http://www.saa.org/AbouttheSociety/PrinciplesofArchaeologicalEthics/tabid/203/Default.aspx>

Código de Ética da SAB:

http://www.sabnet.com.br/images/Arquivos/codigo_de_etica.pdf

Anexos

Anexo 1. Princípios de Ética da Society for American Archaeology

“Princípio n° 1: Supervisão:

O registro arqueológico, ou seja, material e sítios arqueológicos in situ, coleções arqueológicas, registros e relatórios, é insubstituível. É a responsabilidade de todos os arqueólogos trabalhar para a conservação a longo prazo e proteção dos registros arqueológicos através da prática e promoção do zelo (stewardship) do registro arqueológico. Supervisores são ao mesmo tempo zeladores e defensores do registro arqueológico para o benefício de todos; ao investigar e interpretar o passado, eles devem usar o conhecimento especializado que ganham para promover compreensão pública e suporte para sua preservação a longo prazo.

Princípio n° 2: Responsabilidade:

Pesquisas arqueológicas responsáveis, incluindo todos os níveis de atividade profissional, exigem um reconhecimento de responsabilidade pública e comprometimento para fazer todo esforço possível, em boa fé, de consultar ativamente com o(s) grupo(s) afetado(s), a fim de estabelecer uma relação de trabalho que possa beneficiar todas as partes envolvidas.

Princípio n° 3: Comercialização:

A Sociedade para Arqueologia Americana tem reconhecido desde a muito tempo que a compra e venda de objetos fora de contexto arqueológico é contribuir com a destruição do registro arqueológico nos continentes americanos e ao redor do mundo. A comercialização de objetos arqueológicos – seu uso

como “commodities” a serem exploradas para proveito pessoal ou lucro – resulta na destruição de sítios arqueológicos e de informação contextual que é essencial para o entendimento do registro arqueológico. Arqueólogos devem, assim, ponderar sobre os benefícios para a Academia de um projeto contra os custos de potencialmente aumentarem o valor comercial de objetos arqueológicos. Sempre que possível devem desencorajar e evitar, eles mesmos, atividades que aumentam o valor comercial de objetos arqueológicos, especialmente objetos que não são curados em instituições públicas, ou prontamente disponíveis para o estudo científicos, interpretação pública e exposição.

Princípio n° 4: Educação e Alcance Público:

Arqueólogos devem alcançar e participar no esforço cooperativo com outros interessados no registro arqueológico, com o propósito de melhorar a preservação, proteção e interpretação desse recurso. Em particular, arqueólogos devem encarregar-se de: 1) listar apoio público para a supervisão do registro arqueológico; 2) explicar e promover o uso de métodos arqueológicos e técnicas na compreensão do comportamento humano e cultural; e 3) comunicar interpretações arqueológicas sobre o passado. Existem muitos público para arqueologia, incluindo estudantes e professores; nativos americanos e outros grupos étnicos, religiosos e culturais que vêem no registro arqueológico aspectos importantes de seu patrimônio cultural; legisladores e oficiais do governo; repórteres, jornalistas e outros envolvidos na mídia; e o público em geral. Arqueólogos que são incapazes de encarregar-se da educação e alcance do publico diretamente, devem encorajar e apoiar o esforço de outros nessas atividades.

Princípio n° 5: Propriedade Intelectual:

Propriedade intelectual, como esta contido no conhecimento e documentos criados através do estudo de recursos arqueológicos, é parte do registro arqueológico. Como tal, deve ser tratado de acordo com os princípios de supervisão mais do que como uma questão de posse pessoal. Se houver uma razão forte o suficiente, e nenhuma restrição legal ou nenhum forte interesse de compensação, um pesquisador pode ter acesso ao material original e documentos por um tempo limitado e razoável, depois do qual esses materiais e documentos devem estar disponíveis para outros.

Princípio n° 6: Relatórios e Publicações Públicas

Dentro de um tempo razoável, o conhecimento que arqueólogos ganharam da investigação de registros arqueológicos deve ser apresentada de forma acessível (através de publicações e outros meios) para uma variedade de interesses públicos tão vasta quanto possível. Os documentos e materiais sobre os quais foram baseadas as publicações e relatórios públicos devem ser depositadas em local adequado para sua salvaguarda permanente. O interesse na preservação e proteção in situ de sítios arqueológicos deve ser levada em conta quando da publicação e distribuição de informações sobre sua natureza e localização.

Princípio n° 7: Registro e Preservação:

Arqueólogos devem trabalhar ativamente para a preservação e acesso a longo prazo de coleções arqueológicas, registros e relatórios. Com esse propósito, eles devem encorajar colegas, estudantes e demais interessados a fazerem uso de coleções, registros e relatórios em suas pesquisas como uma das maneiras de preservação in situ do registro arqueológico, bem como de aumentar o cuidado e atenção dado àquela porção do registro arqueológico que foi removida e incorporada às coleções, registros e relatórios.

Princípio n° 8: Treinamento e Recursos:

Dado ao caráter destrutivo da maioria das investigações arqueológicas, arqueólogos devem assegurar que tenham treinamento, experiência, instalações e outros suportes necessários para conduzir de maneira adequada qualquer programa de pesquisa para o qual sejam convidados, de maneira consistente com os princípios precedentes e com os padrões contemporâneos de prática profissional.”

(Retirado de:

<http://www.saa.org/AbouttheSociety/PrinciplesofArchaeologicalEthics/tabid/203/Default.aspx>)

No original:

“Principle

No.

1:Stewardship

The archaeological record, that is, in situ archaeological material and sites, archaeological collections, records and reports, is irreplaceable. It is the responsibility of all archaeologists to work for the long-term conservation and protection of the archaeological record by practicing and promoting stewardship of the archaeological record. Stewards are both caretakers of and advocates for the archaeological record for the benefit of all people; as they investigate and interpret the record, they should use the specialized knowledge they gain to promote public understanding and support for its long-term preservation.

Principle

No.

2:Accountability

Responsible archaeological research, including all levels of professional activity, requires an acknowledgment of public accountability and a commitment to make every reasonable effort, in good faith, to consult actively with affected group(s), with the goal of establishing a working relationship that can be beneficial to all parties involved.

Principle

No.

3:Commercialization

The Society for American Archaeology has long recognized that the buying and selling of objects out of archaeological context is contributing to the destruction of the archaeological record on the American continents and around the world. The commercialization of archaeological objects - their use as commodities to be exploited for personal enjoyment or profit - results in the destruction of archaeological sites and of contextual information that is essential to understanding the archaeological record.

Archaeologists should therefore carefully weigh the benefits to scholarship of a project against the costs of potentially enhancing the commercial value of archaeological objects. Whenever possible they should discourage, and should themselves avoid, activities that enhance the commercial value of archaeological objects, especially objects that are not curated in public institutions, or readily available for scientific study, public interpretation, and display.

Principle No. 4: Public Education and Outreach

Archaeologists should reach out to, and participate in cooperative efforts with others interested in the archaeological record with the aim of improving the preservation, protection, and interpretation of the record. In particular, archaeologists should undertake to: 1) enlist public support for the stewardship of the archaeological record; 2) explain and promote the use of archaeological methods and techniques in understanding human behavior and culture; and 3) communicate archaeological interpretations of the past. Many publics exist for archaeology including students and teachers; Native Americans and other ethnic, religious, and cultural groups who find in the archaeological record important aspects of their cultural heritage; lawmakers and government officials; reporters, journalists, and others involved in the media; and the general public. Archaeologists who are unable to undertake public education and outreach directly should encourage and support the efforts of others in these activities.

Principle No. 5: Intellectual Property

Intellectual property, as contained in the knowledge and documents created through the study of archaeological resources, is part of the archaeological record. As such it

should be treated in accord with the principles of stewardship rather than as a matter of personal possession. If there is a compelling reason, and no legal restrictions or strong countervailing interests, a researcher may have primary access to original materials and documents for a limited and reasonable time, after which these materials and documents must be made available to others.

Principle No. 6: Public Reporting and Publication

Within a reasonable time, the knowledge archaeologists gain from investigation of the archaeological record must be presented in accessible form (through publication or other means) to as wide a range of interested publics as possible. The documents and materials on which publication and other forms of public reporting are based should be deposited in a suitable place for permanent safekeeping. An interest in preserving and protecting in situ archaeological sites must be taken in to account when publishing and distributing information about their nature and location.

Principle No. 7: Records and Preservation

Archaeologists should work actively for the preservation of, and long term access to, archaeological collections, records, and reports. To this end, they should encourage colleagues, students, and others to make responsible use of collections, records, and reports in their research as one means of preserving the in situ archaeological record, and of increasing the care and attention given to that portion of the archaeological record which has been removed and incorporated into archaeological collections, records, and reports.

Given the destructive nature of most archaeological investigations, archaeologists must ensure that they have adequate training, experience, facilities, and other support necessary to conduct any program of research they initiate in a manner consistent with the foregoing principles and contemporary standards of professional practice.”

(Retirado de:

<http://www.saa.org/AbouttheSociety/PrinciplesofArchaeologicalEthics/tabid/203/Default.aspx>)

Anexo 2. Código de ética da SAB

“1 - SÃO DIREITOS DOS ARQUEÓLOGOS:

1.1 - O direito ao pleno exercício da pesquisa e acesso às fontes de dados, bem como à liberdade no que se refere à temática, à metodologia e ao objeto de investigação.

1.2 - O direito de autoria sobre os projetos e resultados de suas pesquisas, mesmo quando executados a serviço de órgãos públicos ou privados.

1.3 - O direito à proteção contra a utilização indevida de projetos e resultados de pesquisas, sem a necessária autorização ou citação.

1.4 - O direito de se recusar a participar de trabalhos que contrariem seus princípios

morais, éticos, religiosos ou científicos.

2 - SÃO COMPROMISSOS DOS ARQUEÓLOGOS:

2.1 - Com o seu objeto de estudo:

2.1.1 - Trabalhar para a preservação do registro arqueológico, aí entendidos áreas, sítios, coleções e documentos em geral.

2.1.2 - Empreender intervenções que afetem o registro arqueológico apenas sob condições que assegurem a produção de resultados satisfatórios do ponto de vista científico.

2.1.3 - Limitar as intervenções ao estritamente necessário, de modo a assegurar, tanto quanto possível e conveniente, a conservação dos testemunhos arqueológicos para gerações futuras.

2.1.4 - Desestimular qualquer forma de comercialização de bens arqueológicos móveis. Não emitir pareceres, autenticações, laudos, perícias, avaliações ou declarações que possam instrumentalizar qualquer tipo de prática comercial.

2.2 - Com a sociedade em geral:

2.2.1 - Reconhecer como legítimos os direitos dos grupos étnicos investigados à herança cultural de seus antepassados, bem como aos seus restos funerários, e atendê-los em suas reivindicações, uma vez comprovada sua ancestralidade.

2.2.2 - Colocar o conhecimento produzido à disposição das comunidades locais, dos colegas e do público em geral.

2.2.3 - Respeitar o interesse e os direitos das comunidades sobre o patrimônio arqueológico, atuando, sempre que possível, para a permanência dos acervos em seus locais de origem.

2.3 - Com os colegas de profissão:

2.3.1 - Dar os devidos créditos de autoria ao utilizar dados e/ou idéias de outros profissionais, quer publicados, quer transmitidos em confiança, como informação pessoal.

2.3.2 - Não omitir informações relevantes para a produção do conhecimento científico.

2.3.3 - Facilitar o acesso às coleções e respectiva documentação sob seus cuidados, ressalvados os interesses da própria pesquisa em andamento e os casos previstos anteriormente.

2.3.4 - Não atingir, falsa ou maliciosamente, a reputação de outro arqueólogo.

2.3.5 - Notificar as violações a este código às autoridades competentes.”

(Retirado de http://www.sabnet.com.br/images/Arquivos/codigo_de_etica.pdf)